242

A LAVOURA

ANO XLVIII JANEIRO A MARÇO DE 1945



BOLETIM MENSAL DA

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

SUMARIO



PROPOSTA PARA SOCIO

O abaixo assinado propõe para sócio efetivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso ....

Nacionalidade .... Profissão ....

Endereço para carga ....

Endereço para correspondência ....

Nome ou os nomes de fazendas que possue, o Município ou Municípios em que estiverem

....

....

....

Gênero de culturas a que se dedica ....

....

....

Variedade de gados que cria ....

....

....

E' a propriedade registrada no Ministério da Agricultura? ....

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promovê-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES ....

....

....

....

....

.... de .... de 19........

Juntar Cr$ 40,00 em registrado com valor declarado, ou em vale postal.

Assinatura do proponente — Assinatura do proposto

....

CAPÍTULO II DOS ESTATUTOS

Dos Sócios

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de sócios: Efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão sócios efetivos as pessoas naturais ou jurídicas, inclusive corporações ou organizações de caráter oficial que, domiciliadas no país, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuais, com a jóia de 50,00 e a anuidade de 40,00, e, sendo coletivas, com a jóia de 150,00 e a anuidade de 100,00.

§ 2.º — Serão sócios correspondentes as pessoas ou associações, com residência ou sede no estrangeiro, que forem escolhidas pela Diretoria em reconhecimento dos seus méritos e dos serviços que puderem ou quiserem prestar à Sociedade.

§ 3.º — Serão sócios honorários as pessoas que prestarem à Sociedade e à produção serviços tão relevantes que a Diretoria os julgue merecedores dêsse título.

§ 4.º — Serão sócios beneméritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade e à produção, forem por proposta da Diretoria e a juízo da Assembléia Geral dignas dessa investidura.

§ 5.º — Serão sócios filiados as associações agrícolas ou de classes diretamente ligadas à produção do Distrito Federal, que contribuirem com a jóia de 50,00 e anuidade de 100,00.

§ 6.º — Serão sócios remidos os que estando em condições de ser aceitos como efetivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a jóia e 10 unidades.

Art. 10 — Os filiados e as corporações oficiais deverão declarar o seu desejo de compartícipar das vantagens de sócios da Sociedade, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

Parágrafo único — Os demais sócios efetivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais sócios, à Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 11 — Os sócios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para êsse fim, qualidade de Diretor e cujo mandato, que terminará sempre com o da Diretoria, poderá ser renovado, a juízo da Instituição respectiva, entendendo-se que a recondução tenha sido feita, se aviso em contrário não fôr recebido pela Sociedade.

Art. 12 — Os sócios honorários e correspondentes não poderão ter ingerência alguma na direção da Sociedade, mas gozarão de todas as demais vantagens de sócios, inclusive do direito de propôr à Diretoria qualquer medida que julgarem útil à instituição e às classes que esta representa.

Parágrafo único — Aos sócios honorários e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13 — Poderão reunir-se, em qualquer tempo, os sócios efetivos e filiados, sendo para êsse fim, contado um terço das anuidades pagas até o máximo de mil cruzeiros.

Em virtude de resolução de Diretoria foi suspensa, até posterior deliberação, a jóia de Cr$ 50,00 cobrada aos sócios individuais e de Cr$ 100,00 aos sócios coletivos.

A LAVOURA

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura
Dr ARTHUR TORRES FILHO

Diretor
Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Resp. e Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA

Redator-Secretário L. MARQUES POLIANO

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação, Av. Presidente Roosevelt, 115, 1.º andar

RIO DE JANEIRO

ANO XLVIII	RIO DE JANEIRO	Janeiro a Março de 1945

Dr. Ildefonso Simões Lopes

O ANIMADOR DO ESPIRITO ASSOCIATIVO; O PRESIDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Desejavam os amigos e admiradores de Ildefonso Simões Lopes que nos reunissemos hoje para render culto à sua memória.

E' acima de tudo a afeição sincera, a admiração profunda por suas altas virtudes cívicas, que nos congrega, na convicção de que o Brasil também perdeu, com o desaparecimento de Ildefonso Simões Lopes, um grande filho, cuja memória será guardada como um precioso legado.

Embora pública, a cerimônia de hoje não perde também o sentido de uma verdadeira romaria de fiéis que procuram assentar as bases de um culto.

Será como que a homenagem de uma família ao Chefe desaparecido.

Anima-nos a certeza de que perdendo o mestre e o amigo, não perdemos o modêlo nobre que êle sempre foi para nós.

A respeito de sua multiplice personalidade, dirão os vários oradores desta solenidade, mas não quero deixar de ressaltar uma das suas maiores virtudes, que era a bondade secreta, isto é, aquela bondade que não se vê, mas que é uma das mais altas qualidades do ser humano; essa bondade, que se comunicava a todos os que dêle se aproximavam, dando-lhe uma personalidade moral formada ao mesmo tempo de idealismo profundo, idealismo animado pelo grande sentimento de servir à Pátria.

Para êle, a Pátria, não era sòmente o torrão onde nascemos, mas principalmente a grande moldura que guarnece as côres e variedades do grande quadro nacional, vale dizer, o homem, os costumes e as tradições brasileiras.

Como Voltaire, para êle a Pátria se representava por "um conjunto de muitas famílias", fazendo-o altruista e procurando servir a todos que dêle se aproximavam, concomitantemente procurava servir ao Brasil. Era um grande patriota dotado de sublime amor à humanidade.

Compreende-se por que, além da sua projeção no cenário da vida político-administrativa do país, soube fazer amigos em todos que tiveram o privilégio de seu convivio, e que jàmais o poderão esquecer.

A fatalidade da morte, no perpassar dos anos, servirá para elevar, e cada vez mais, a sua personalidade.

Como os grandes vultos que pertencem à galeria dos homens que bem serviram à Nação, êle soube aliar à cultura profissional o carater, o civismo, animando-o a fé inquebrantável nos destinos do Brasil.

Habituamo-nos a vê-lo nos bancos acadêmicos, dando seu sadiõ entusiasmo à causa da República; na administração, em vários setores, dotado do mais elevado espírito público e revelando qualidades de profundo observador e inteligente assimilador dos nossos fenômenos so-

ciais, econômicos e financeiros, promovendo realizações de interêsse vital para o engrandecimento da Pátria.

Nascido no Rio Grande do Sul, descendente de tradicional família daquele Estado, ligado portanto à nossa vida rural, Ildefonso Simões Lopes, Engenheiro Civil, não poderia fugir às seduções da agricultura, e a ela se dedicou como lavrador, e mais tarde soube defendê-la ardorosamente considerando-a a indústria mater por excelência, dignificadora do trabalho humano.

Com aquela sua feição muito própria de homem de ação, a um tempo progressista e entusiasta integrou-se na vida rural do seu Estado natal, devendo-se-lhe a aplicação da técnica agronômica na rizicultura, que viria transformar-se mais tarde numa das mais fortes riquezas do Rio Grande do Sul e quiçá do Brasil.

Com a larga experiência adquirida com o contacto com o meio rural, Ildefonso Simões Lopes passou a desenvolver campanha ardorosa em favor do revigoramento da economia rural brasileira, defendendo a adoção de métodos racionais nas explorações agrícolas, fora do tradicionalismo rotineiro; pela industrialização inteligente das nossas matérias primas vegetais e animais, pela vulgarização do ensino técnico e profissional agrícola, pelas garantias de financiamento à produção agro-pecuária, enfim, pela melhoria das condições sociais e econômicas do homem que vive do trabalho da terra.

Pode-se dizer que, em dado momento de sua vida, talvez um dos mais gratos, tornou-se um dos nossos grandes líderes agrários.

Ergueu bem alto, como lema de sua ação, a bandeira da arregimentação da numerosa classe produtora para defesa dos seus legítimos interesses.

Quer no cenário político, quer nos comícios, quer no seio das associações rurais, vemô-lo pregando sempre a união dos ruralistas, concitando-os a tomar parte ativa nos negócios públicos, pugnando por seus direitos e dando a devida colaboração ao Govêrno.

Na 2.ª Conferência Nacional de Pecuária, realizada nesta Capital em 1936, assim se manifestava:

"No isolamento forçado dos rincões, aos eflúvios sadios da família, o camponês encouraça o espírito para todos os embates.

Aí, há desprendimento de gosos e há fraternidade, porque os vastos horizontes nivelam as coisas e as gentes.

O camarada ou o peão, aqui ou ali, ao norte, ao centro ou ao sul, é mais um companheiro de jornadas do que um obscuro e desprezível serviçal.

Com êle, dormimos por vezes ao relento. Com êle, repartimos a frugal matula nas grandes travessias pelas matas e pelos campos. Ele também vibra conosco nos rodeios, quando, nos bons anos, aumenta o número de animais de marca do patrão.

As nossas famílias não se desdenham no convívio com as dêles.

E' dêste protoplasma, senhores, que se formam as populações rurais, robustas e resignadas, amando sobretudo a terra que lhes dá o pão e a liberdade, que defendem até de armas na mão, em meio da pobresa honrada, mas nunca humilhada, por quem quer seja".

Reunindo os lavradores e criadores, punha-lhes ao lado o técnico — sem o qual, a seu ver, tudo seria vão. Porisso — "não poderia a Sociedade dispensar a colaboração dos técnicos para o estudo dos problemas agrícolas".

Contando apenas com os pequenos recursos da Sociedade, passou logo à prática de suas idéias e organizou as comissões de especialistas que estudassem os vários setores da produção, em colaboração — não em contraposição — com os interesses da classe agrícla.

Também enviou, em longas viagens de inspeção ao interior, vários representantes da Sociedade, visando, não só a propaganda da instituição, como, também, a aproximação dos agricultores da Sociedade e do Ministério da Agricultura. Não compreendia que se pudesse fazer obra util em benefício da agricultura sem que a classe rural existisse devidamente organizada, dentro da tradição brasileira, ou seja, em "associações rurais", livremente, e livremente, sem quaisquer peias de natureza partidária, manifestassem os seus anceios e propósitos.

Assim entendia o papel da nossa Sociedade:

> *"Em meio dos mais variados matizes da nossa constituição étnica, geográfica e política, ao Norte, ao Centro, ao Sul do Brasil, terá de ser sempre a bandeira de uma só classe, sem preferências, sem ódios nem cortezanias, para poder falar do alto a linguagem sincera das conveniências coletivas, a bem da unidade e do progresso da Pátria".*

Com êsse objetivo, os seus "delegados itinerantes" fundaram por todo o o trabalho continuado dos animadores pa s numerosas associações agrícolas. Era da Sociedade — Ennes de Souza, Moura Brasil, Wenceslão Bello, Christino Cruz, Ignacio Tosta, Lauro Muller, Miguel Calmon, Lira Castro — que êle levava por diante — objetivando a congregação da maior classe trabalhadora do país, afim de que chegasse aquele dia em que ela pudesse "gosar do devido apreço" para o "aperfeiçoamento do trabalho nacional".

De tal maneira soube conduzir os seus esforços que, um ano depois, podia fundar, nesta Capital, a Confederação Rural Brasileira, símbolo da união dos quasi dez milhões de trabalhadores do campo que fazem a riqueza e a prosperidade do Brasil.

Foi-lhe dada a grande satisfação de ver fundado, em 1937, e em pleno funcionamento, nesta Capital, um dos tipos de estabelecimento de ensino rural que mais o empolgara: o ensino horticola sob moldes práticos. Era sua convicção que, com a formação de hortas e pomares conseguiriamos melhorar as condições de vida das nossas populações, geralmente mal nutridas. Segundo plano que traçou, foi transformado o antigo Aprendizado Agricola da Penha, criado em 1899, na atual e modelar "Escola de Horticultura Wenceslão Bello", pois sempre julgou e proclamou que o nosso povo "é inteligente e operoso", restando apenas "mobilizá-lo em favor da exploração da terra no Brasil".

Os seus continuadores, os seus "irmãos de ideal", como nos chamou de uma feita, ainda esperam poder levar avante uma outra grande aspiração sua, qual a de ver a classe rural instalada, na Capital da República, numa séde que corresponda à sua alta expressão como força de engrandecimento e do progresso do Brasil.

A "Casa da Agricultura" será uma realidade, porque, para tanto, não nos faltarão o apoio de quantos verdadeiramente desejam ver concretizado aquele ideal, que, afinal, será um símbolo do fortalecimento da economia brasileira.

Meus senhores.

O campo será como nos ensina a nossa própria história, em todos os seus ciclos econômicos e como bem o compreendia Ildefonso Simões Lopes — o fator decisivo e eficiente do progresso nacional.

Para tanto, teremos que nos organizar e, mais do que nunca, neste momento. A batalha econômica que se nos apresenta como um impositivo patriótico ter-se-á que fazer, sobretudo pela arregimentação da classe rural em cujo nome fato.

Temos êsse programa e, agora, só posso dizer que proseguiremos trilhando as diretrizes que nos traçou Ildefonso Simões Lopes, vendo na união dessa classe, cada vez mais fortalecida e prestigiada, a nossa bandeira, para que com ela possamos cobrir todo o território nacional, colaborando mais vigorosamente e sempre concientemente no presente e no futuro do Brasil.

(Discurso pronunciado pelo Dr. Artur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, na sessão solene realizada no Clube de Engenharia a 4 de dezembro de 1944, 1.º aniversário do falecimento do Dr. Ildefonso Simões Lopes).

*

A Situação do Alcool

(Dados fornecidos pelo Instituto do Açucar e do Alcool)

O Conselho Federal do Comércio Exterior solicitou a êsse Instituto "uma exposição tanto quanto possivel completa" sobre diversos aspectos da economia alcooleira e sobre a política econômica adotada pelo I. A. A. neste importante setor.

Para fixar melhor os pontos em que o Conselho desejou ser informado e tendo em vista que a exposição foi solicitada a requerimento do Dr. Torres Filho, houve u mentendimento pessoal com aquele conselheiro.

Vão a seguir, transcritos os elementos que, sobre a matéria,, mereceram mais especial consideração do Instituto do Açucar e do Alcool na ordem em que foram solicitados pelo C. F. C. E..

"O problema do álcool anidro e do álcool-motor, levando-se em conta as providências determinadas pelo Govêrno e as sugestões feitas pelo Conselho".

Uma exposição "tanto quanto possivel completa" sobre o problema do álcool anidro e do álcool-motor", nos termos em que a solicita o Conselho Federal do Comércio Exterior, é tarefa para muitas páginas e para não pouco tempo de trabalho. O assunto está estudado em várias publicações do Instituto, que, obviamente, são do conhecimento do Conselho. Para nos eximir da repetição e para fugir ao perigo de, resumindo exposições alheias, deturpa-las ou omitir partes essenciais, sugerimos a remessa ao consulente de uma coleção das publicações sobre álcool editadas pelo Instituto, coleção a que não deve faltar o "Alcool-Motor" de Barbosa Lima Sobrinho e "O Problema do Alcool-Motor", de Moacir Soares Pereira.

Complementarmente aos dados que ali se encontram, juntamos a seguir e em outros itens da presente exposição, alguns quadros estatisticos mais atualizados.

Observa-se, nos elementos de 1942 e 1943 em confronto que, enquanto neste último ano a produção de álcool hidratado continuou em ascenção com cêrca de seis milhões de litros a mais do que em 1942, a de álcool anidro sofreu um declínio bastante sensivel. Cremos de necessidade registar aqui as razões que explicam êsse fenômeno, as quais já tivemos oportunidade de relatar em nossa exposição n.í 128-44, de 4 de outubro, estudando um expediente do Conselho Nacional do Petróleo:

a) Em primeiro lugar, faz-se mistér mencionar a escassez de desidratante como causa do decréscimo da produção de álcool anidro em 1943. A guerra interrompeu a importação do dravinol, produto de procedência alemã. Passou, então, o benzol a constituir o artigo imprescindivel à obtenção do único tipo de álcool miscivel com a gazolina em qualquer proporção, o tipo anidro. Para melhor atender às necessidades da indústria, o Instituto assumiu a incumbência de promover a importação de benzol. Orgão oficial do govêrno brasileiro, esta autarquia tem desenvolvido esforços junto às autoridades competentes, perante às quais as pretensões de particulares poderiam encontrar maiores dificuldades. E êsses esforços não foram poupados junto a todas as entidades ou pessoas que pudessem facilitar a importação do mencionado artigo na medida de nossas necessidades industriais.

Infelizmente, porém, os volumes de benzol até agora obtidos têm estado longe de satisfazer às necessidades das distilarias. Isso aconteceu durante o ano de 1943 e está acontecendo no momento atual, em que muitas fábricas não dispõe de qualquer volume de desidratante.

b) A notória perturbação dos transportes marítimos afetaram a economia açucareira muito diretamente. E, com o entrelaçamento existente entre o açucar e o álcool, através da matéria prima comum — a cana —, qualquer perturba-

QUADRO N.º 1

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL NO PERIODO DE 1933 A 1943

Unidade: — Litro

Anos	*Anidro*	*Hidratado*	*Total*
1933	100.000	(1) 54.986.000	55.086.000
1934	911.861	(1) 52.360.439	53.272.300
1935	5.411.429	45.848.480	51.259.909
1936	18.462.432	47.313.332	65.775.764
1937	16.397.781	42.784.577	59.146.358
1938	31.919.934	49.103.716	81.023.650
1939	38.171.502	58.543.213	96.714.715
1940	53.473.533	63.027.363	116.500.896
1941	76.572.318	56.617.854	133.190.172
1942	82.169.595	65.454.000	147.623.595
1943	50.199.344	71.325.922	121.525.266

(1) Dados não controlados pelo I. A. A.

QUADRO N.º 2

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL ANIDRO E ÁLCOOL APLICADO NA MISTURA CARBURANTE

Anos	*Produção de álcool anidro*	*Álcool aplicado na mistura (Hidratado e anidro)*
1933	100.000	12.963.002
1934	911.861	14.115.963
1935	18.462.432	16.741.945
1936	5.411.429	21.340.393
1937	16.397.781	18.446.646
1938	31.919.934	32.689.879
1939	38.171.502	49.065.372
1940	53.473.533	44.834.030
1941	76.572.318	102.789.512
1942	82.169.595	101.692.135
1943	50.199.344	87.934.676

ção na economia de um dêsses produtos repercute sobre o outro de modo imediato e necessário.

Durante o ano de 1943, pelas dificuldades da navegação, houve certa escassez de açucar nos mercados que se suprem com o produto de procedência nordestina. No Distrito Federal, essa escassez teria sido clamorosa se o Instituto não tivesse desviado para o suprimento da Capital aquela parte da produção de Campos que normalmente se destina ao Estado de Minas Gerais e se, concomitantemente, não se tivesse promovido o racionamento do consumo. Porem, com isso, foi sacrificado o consumo de Minas, onde a falta de açucar muito se acentuou. A escassez do produto atingiu, também os Estados de S. Paulo (onde o racionamento da Capital era até bem pouco de 750 gramas por pessoa e por quinzena), Paraná, Goiaz e Mato Grosso.

Esse período de escassez nas regiões citadas importava em pesado sacrificio para as respectivas populações.

E, nessa hora, não faltavam exploradores que responsabilizavam o govêrno e a sua política açucareira pela falta do produto. Não se lembravam que a produção brasileira era e continua sendo mais suficiente para o consumo nacional e que, no Nordeste, milhões de sacos aguardavam embarque, congestionando o mercado local e exigindo vultosos financiamentos.

Em tal estado de cousas, era possivel desviar da produção açucareira do Sul, consideravel volume de cana para a produção de álcool? O interesse público estava indicando que não. Dai, os dois grandes parques alcooleiros, o do Rio de Janeiro e o de S. Paulo, terem funcionado com menor intesidade em 1943 do que em 1942. Os números abaixo, onde se comparam a produção de açucar e álcool anidro do Norte e do Sul, nos dois anos, apoiam cabalmente essas considerações:

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL ANIDRO

Anos	*Norte*	*Sul*	*Total*
1942	18.440.167	63.729.428	82.169.595
1943	18.560.328	31.639.016	50.199.344

c) Coincidindo com os fatos acima expostos, ocorreu o declínio da safra canavieira do Estado do Rio de Janeiro, pela irregularidade das estações. Uma estiagem de vários meses e, após, as enchentes do Rio Paraiba reduziram bastante a produção fluminense que, em toneladas de cana se exprime pelos seguintes dados nas duas safras em causa:

Safra de 1942	1.908.054
Safra de 1943	1.448.070
Decréscimo	459.984

Si não tivesse tido êsse decréscimo na produção agricola fluminense e si a cana a êle correspondente tivesse sido empregada na produção do álcool, teriamos, tomando mesmo o rendimento de 60 litros de álcool por tonelada de cana, mais de 27 milhões de litros de álcool a mais.

Tal circunstância, agravou a situação. E foi, precisamente, o Estado do Rio aquele em que o declinio de produção do álcool anidro se fez mais pronunciado:

	litros
Em 1942	40.850.247
Em 1943	16.816.581

d) E' preciso considerar, ainda, que os volumes aplicados na mistura carburante (quadro n.º 2), estão longe de representar a totalidade do álcool empregado como carburante. O álcool aplicado na mistura carburante é, via de regra, o do tipo anidro, miscivel em qualquer

percentagem. Grandes são os volumes de álcool de graduação baixa, que são vendidos diretamente pelos produtores em bombas particulares. Isso tem lugar, particularmente, em regiões de grandes produções de alcooes baixos, como Pernambuco e Alagôas, havendo mesmo no primeiro desses Estados uma entidade distribuidora, organizada pelos produtores.

c) Em 1942, o álcool hidratado representava 41% do total da produção brasileira. Essa produção subia 58% em 1943. Mas não foi sòmente pela diminuição dos volumes de álcool anidro produzido. Em números absolutos, a produção de àlcool hidratado do País, foi, como vimos, superior a de 1942 em cêrca de seis (6) milhões de litros.

Esse álcool, em sua maior parte, é destinado à indústria que consome aproximadamente 40 milhões de litros por ano. Dêsse consumo participam as próprias fábricas de material bélico, as quais estão, obviamente, livres de racionamento, falando, aqui, o interesse da defesa nacional".

Quanto à ação do Instituto "levando em conta as providências determinadas pelo Govêrno e as sugestões feitas pelo Conselho", o que deve ser registrado é que êste órgão tem dado cumprimento à legislação de estímulo à indústria e, muito frequentemente, garantido aos produtores, vantagens que ultrapassam as que foram asseguradas em lei.

Aliás, toda a politica alcooleira se inspira ou tem sido um cumprimento de medidas legais. A exposição solicitada, neste caso, compreenderia toda a história econômica do álcool, no período de existência do I. A. A. Não cremos ser nesse sentido a solicitação do Conselho mas, em particular, a do conhecimento dos resultados obtidos com as providências tomadas para estimular a produção do álcool no período de escassez de carburante trazido pela guerra.

Esse problema, na emergência da guerra, foi amplamente estudado no Conselho de Comércio Exterior. E, em consequência, foi baixado pelo Govêrno, a 22 de setembro de 1942, o decreto lei n.º 4.722, que "declara a indústria alcooleira de interesse nacional e estabelece garantias de preço para o álcool e para a matéria prima destinada à sua fabricação".

As medidas mais importantes estabelecidas por êsse decreto-lei, são as consubstanciadas nos artigos abaixo:

> Art. 2.º — Pelo período de quatro anos, a contar da safra 1943-44, fica assegurado ao álcool anidro e ao álcool de graduação superior a 96º Gay Lussac, a 15º centigrados, quando produzido diretamente da cana de açucar, de mel rico ou de outras matérias primas, o preço mínimo por litro, de mil quatrocentos e cinquenta réis ..... (1$450) e mil e quatrocentos réis (1$400), respectivamente.

> Art. 4.º — O I. A. A. fixará a correspondência entre o preço do álcool e o da matéria prima, estabelecendo, desde já, que a tonelada de cana não poderá ter preço inferior a ...... 35$000".

Sabe-se que, quanto à procedência, pode-se agrupar em duas espécies o álcool produzido no Brasil. O de mel residual e o produzido diretamente da cana, seja através do mel rico, seja pela fermentação do caldo. O álcool de mel residual, obtido pelo aproveitamento de um sub-produto da fabricação de açucar tem, por isso mesmo, custos de produção relativamente baixos. Seu volume de produção é mais ou menos certo e proporcional ao de açucar: cêrca de sete litros por saca de açucar.

Por êsses motivos, o incremento à produção através de preços estimuladores deve incidir principalmente sobre o álcool produzido diretamente da cana, o que provém da matéria prima mais cara, é obtido a custos de produção mais elevados e tem um volume de matéria prima que pode aumentar como reflexo da política de preços.

Essa compreensão do problema a corresponde literalmente nos termos da lei citada. Mas, na execução dessa política econômica, os preços do álcool direto, que do outro não cogita o decreto, têm sido largamente ultrapassado nas fixações de preço que, anualmente, são estabelecidas pelo I. A. A. em seus planos de safra. Basta mencionar que, já anteriormente à data do decreto-lei n.º

4.722, o Instituto assegurava ao álcool preços de paridade com o do açucar, à base da cotação nos centros produtores do Norte. E' o que se verifica na Resolução da Comissão Executiva n.º 30-42, de 24 de junho de 1942. Nas três safras seguintes à data daquela Resolução, vem sendo mantida a paridade de preços entre o álcool direto e o açucar. Em consequência, o álcool direto do tipo anidro, teve preço de Cr$ 2,20, que corresponde à paridade de preços com o açucar no mercado campista.

Pela execução dessa politica, igualou-se praticamente o interesse em produzir açucar ou em fabricar álcool, e também o de cultivar cana para um ou outro fim.

A efetivação desses preços em face dos que são pagos pelas companhias petrolíferas e pelos consumidores de álcool carburante no Nordeste só é possivel através de um jôgo de compensação com o álcool destinado à indústria. Os compradores de álcool industrial (fabricantes de bebidas, perfumes, produtos químicos, etc.) recolhem ao Instituto uma taxa destinada a constituir a "Caixa do Álcool". Com o produto dessa Caixa, são pagas bonificações do álcool, bonificações que se somam ao seu preço inicial e que variam de acôrdo com a procedência e a graduação do produto. (V., quanto aos detalhes dêsse sistema, a Resolução 86 da Comissão Executiva do I. A. A.).

Graças ao sistema de paridade do preço, a remuneração da matéria prima tem ultrapassado de muito o limite de Cr$ 35,00 por tonelada de cana, previsto no decreto-lei 4.722.

Na safra atual, a cana recebida para álcool que não póde ter preços inferiores à destinada ao açucar, dentro dos limites da paridade, é vendida aproximadamente a Cr$ 56,00 a tonelada.

5) *A rêde de distilação de que dispõe o País, inclusive pela desidratação de aguardente.*

Parece interessante conhecer, principalmente nesse particular, a rêde de distilarias de álcool anidro, pois que é em torno do problema do carburante que giram a sindagações do Conselho. O quadro estatístico n.º 3 encerra os elementos que traduzem a evolução do parque industrial de álcool anidro até o ano de 1943.

Como é sabido, essa indústria começou com o I. A. A., em 1933. E os números constantes do quadro não sòmente satisfazem à solicitação do Conselho, mostrando "a rêde de distilarias de que dispõe o País, como ainda indicam a evolução dessa rêde de fábricas de álcool anidro.

Quanto à produção de álcool pela redistilação de aguardente, é fato notório que essa redistilação é feita, na maioria dos casos, em fábricas que não foram montadas especialmente para êsse fim. Isso sem qualquer inconveniente.

Uma única distilaria foi fundada especialmente para redistilar aguardente, a situada no Municipio de Lençois, em S. Paulo, região de produção aguardenteira muito intensa.

E' de salientar nesse particular, ter a experiência demonstrado que a redistilação de aguardente só é aconselhavel em proporções moderadas. A requisição daquela bebida provocou uma alta geral em seus preços. Em consequência, o desvio, para os alambiqueiros, de cana que normalmente se destinava à produção de álcool e açucar, fenômeno que neutralizava o aumento da produção de álcool obtido através da aguardente.

Não se devendo omitir a capacidade de produção de álcool hidratado, que também se emprega largamente como combustivel, damos no quadro n.º 4, o número de distilarias e a sua capacidade, por Estado.

QUADRO N.º 4

Distilarias de álcool hidratado

(situação em 1943)

Estados	*N. de distilarias*	*Capacidade*
Pará	7	3.223
Piauí	1	1.200
Ceará	2	3.000
R. Grande do Norte .	1	1.800
Paraiba	7	14.050
Pernambuco	50	251.795
Alagoas	15	41.760

QUADRO N.º 3

NÚMERO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL ANIDRO E CAPACIDADE POR ESTADO — UNIDADE: — LITRO

ANOS	PARAÍBA		PERNAMBUCO		ALAGÔAS		ESPIRITO SANTO		RIO DE JANEIRO		DIST. FEDERAL		SÃO PAULO		MINAS GERAIS		TOTAL	
	N.º de dist.	*Cap. pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap pro. alc. anid.*	*N.º de dist.*	*Cap. pro. alc. anid.*
1933	—	—	—	—	—	--	—	—	—	—	—	—	1	12.000	—	—	1	12.000
1934	—	—	1	20.000	1	8 000	—	—	1	5.000	1	3.000	1	12.000	—	—	5	48.000
1935	—	—	2	40.000	1	8.000	—	—	4	38.000	1	3.000	6	49.500	—	—	14	138.500
1936	1	10.000	5	105.000	1	8.000	—	—	7	75.000	1	3.000	10	69.000	1	5.000	26	275.000
1937	1	10.000	5	105.000	1	8.000	—	—	8	138.000	1	3.000	10	108.000	1	5.000	27	377.000
1938	1	10.000	5	105.000	1	8.000	—	—	9	148.000	1	3.000	12	148.000	1	5.000	30	427.000
1939	—	—	6	120.000	1	8.000	1	5.000	9	148.000	1	3.000	12	148.000	1	5.000	31	437.000
1940	—	—	8	195.000	3	33.000	1	5.000	11	173.000	1	3.000	13	158.000	1	5.000	38	572.000
1941	—	—	9	200.000	3	33.000	1	5.000	13	198.000	1	3.000	13	158.000	2	15.000	42	612.000
1942	—	--	10	224.000	3	33.000	1	5.000	14	217.000	1	3.000	13	180.000	2	15.000	44	707.000
1943	—	--	11	239.000	3	33.000	1	5.000	15	252.000	1	3.000	13	180.000	2	15.000	46	727.000

Sergipe	4	12.000
Bahia	4	20.500
Espirito Santo	2	3.700
Rio de Janeiro	25	135.400
S. Paulo	38	309.150
Santa Catarina	4	9.300
Rio Grande do Sul . .	6	3.530
Minas Gerais	17	41.950
Mato Grosso	9	10.930
TOTAIS	192	863.288

O esforço no sentido da fundação de distilarias novas continua intenso. Com o irrompimento da guerra, deixou o Brasil de receber da Europa, o material de distilarias. Logo êsse material passou a ser fabricado no Brasil, o que proporcionou certo desenvolvimento em nossa cas de distilarias aqui fundadas — a Codiq e a Skoda — mesmo trabalhando intensamente, não têm podido satisfazer em tempo curto, todas as encomendas indústria metalúrgica. E as duas fábrique recebem. Mas o parque alcooleiro continua crecendo. O quadro n.º 5 mostra as distilarias que atualmente estão sendo instaladas.

QUADRO N.º 5

Número e capacidade das distilarias que estão sendo instaladas

Estados	*Número*	*Capacidade em litros*
Maranhão	1	1.000
Alagoas	1	5.000
Sergipe	1	7.000
Rio de Janeiro	2	21.000
S. Paulo	10	32.000
Paraná	2	20.000
Minas Gerais	2	25.000
TOTAIS	19	111.000

6) *Discriminação da matéria prima empregada pela indústria do álcool.*

As últimas apurações que possuimos referem-se à safra 1942-43. Desse modo, apresentamos, no Quadro n.º 6, uma discriminação abrangendo o quadriênio 1939-40 — 1942-43.

QUADRO N.º 6

Discriminação da produção de álcool segundo a matéria prima, por safra — Unidade — litro

Safras	*Mel residual*	*Diretamente da cana*	*Açucar dissolvido*	*Redist. aguardente*	*Total*
1935-36	55.318.126	6.720.484	—	—	62.038.610
1936-37	46.348.124	11.034.024	—	—	57.382.148
1937-38	52.966.232	10.895.373	—	—	63.861.605
1938-39	65.139.278	19.226.293	7.948.504	—	92.314.075
1939-40	73.865.324	16.283.283	3.565.632	—	93.714.239
1940-41	72.116.565	40.820.675	13.683.748	—	126.620.988
1941-42	83.678.783	36.563.473	8.098.968	—	128.341.224
1942-43	83.945.813	59.885.063	2.570.476	5.336.936	151.783.288

E' de salientar, na safra de 1942-43, o grande contingente com que a cana diretamente contribuiu para o total da produção alcooleira.

7) *Adoção pelo Instituto de uma orientação no sentido de estabelecer zonas abastecedoras de álcool carburante nas várias regiões do interior do País, principalmente naquelas onde a gazolina alcance preços elevados e, portanto, não tenha possibilidade de concorrer com o carburante nacional.*

Indagava-se, como se vê, da possibilidade de criar zonas de abastecimento de carburante exclusivamente pelo álcool.

Esse problema é para ser examinado sob vários e diferentes aspectos. Em dois planos principais pode a questão ser colocada: o *Tecnológico* e o *Econômico*.

Sob o aspecto tecnológico cabe indagar si o álcool puro, isto é, não misturado à gasolina, pode e deve, em tempos normais, ser distribuidos como combustivel em determinadas áreas do território nacional, a serem consideradas zonas abastecidas pelo álcool.

Os estudos tecnológicos têm demonstrado cabalmente que o álcool adicionado à gazolina em proporção de até 25 a 30 por cento, melhora o poder energético da gazolina, o que importa dizer que o álcool-motor (mistura gazolina-álcool) com aquela percentagem alcoólica é um combustivel melhor do que a gazolina pura.

Mas, quanto ao álcool puro, o que se verifica é ser êle um combustivel inferior à gazolina. E, desse modo, os estudos tecnológicos, em geral, abandonam a hipótese de seu uso como sucedâneo do carburante importado. (V. principalmente — "Álcool-motor e motores de explosão", do engenheiro Eduardo Sabino de Oliveira, Ed. do Instituto do Açucar e do Álcool).

Do ponto de vista *econômico*, o que se precisa investigar precipuamente é a possibilidade de concorrência do álcool com a gazolina nas regiões mais afastadas do litoral e onde o preço deste último combustivel é acrescido de maiores encargos de transportes.

O quesito do C. F. C. E. antecipa uma afirmação: a da existência de áreas "onde a gazolina... não tenha possibilidades de concorrer co mo carburante nacional".

Ao nosso ver, as únicas áreas onde, em tempos normais, o álcool pode competir com a gazolina são aquelas em que êle é produzido com o mel residual, o que equivale dizer: as atuais áreas de grande densidade de produção açucareira e alcooleira. O álcool fabricado diretamente da cana tem custos de produção açucareira e alcooleira. O álcool fabricado diretamente da cana tem custos de produção não competitivos com os preços da gazolina. E, mesmo nas áreas onde êle é produzido com o aproveitamento do mel residual, precisará ser vendido uns 30% abaixo do preço da gazolina, dado o mais baixo rendimento no motor.

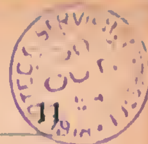
Surge a hipótese de em zonas longinquas, onde a gazolina chega a preços mais elevados, o álcool poder competir com o carburante importado. Mas, nessas zonas longinquas, o álcool também se obtem a custos mais elevados. Por várias razões: a mão de obra é mais cara e, não raro, escassa; a distribuição dificilima e muito onerosa, dada a própria dispersão dos consumidores e rara existência de grandes núcleos urbanos. E, o que é talvez mais importante, exatamente as áreas em que o fator distância torna mais elevados os preços da gazolina, são as mesmas em que o mesmissimo fator eleva igualmente o preço do açucar. Ora, sendo o álcool obtido da mesma matéria prima que o açucar, a remuneração de sua produção, para ser estimuladora, precisaria assegurar ao álcool uma paridade de preços com o açucar.

O I. A. A. fez assim tomando para cálculo da paridade, os preços do açucar no Norte e em Campos, onde o açucar tem preços mais baixos. No interior, essa paridade daria em resultado preços para o álcool muito superiores aos da gazolina.

Vê-se por aí o quanto seria dificil criar no Oeste núcleos industriais de álcool carburante à base da cana, em condições de competir com a gazolina.

8) Todavia, alguma coisa se poderá fazer no sentido de tornar mais racional a distribuição e consumo de álcool. Achamos que se deve abandonar, preliminarmente, a idéia de abastecimento de combustivel através do álcool puro em determinados regiões. Isso em virtude de razões tecnológicas e econômicas.

O que se pode estabelecer, mediante um plano estudado em conjunto pelo I. A. A., pelo Conselho Nacional do Petróleo e pelas Companhias Petroliferas é a variação da percentagem alcoólica da mistura carburante, segundo a maior ou menor produção de álcool anidro das diversas regiões. Nas áreas de grande produção alcooleira, a percentagem de álcool na mistura seria mais elevada.



Homenagens à memoria do engenheiro Ildefonso Simões Lopes

I — Por iniciativa de associações cientificas e culturais desta Capital, com o Clube de Engenharia, a Federação Brasileira de Engenheiros e a Sociedade Nacional de Agricultura á frente, constituiu-se em Agosto uma Comissão de Homenagens à Memória do Engenheiro Ildefonso Simões Lopes.

II — A' primeira reunião, realizada a 23 de agosto, estiveram presentes os srs. Saturnino de Brito Filho e Paulo Amarante, representando a Federação Nacional de Engenheiros; Morales de Los Rios, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, pelo Clube de Engenharia; João Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial; Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Arruda Câmara, e Eurico Santos, da Sociedade Nacional de Agricultura, Luiz Marques Poliano, redator-secretário da "A Lavoura", Heitor Duarte, antigo secretário do Dr. Simões Lopes, e outros.

III — Ficou resolvida a constituição de uma Comissão Promotora Nacional, da qual fariam parte, inicialmente, as referidas entidades e pessoas, a que, de futuro se juntariam as que desejassem participar das justas homenagens ao ilustre brasileiro; de uma Comissão Executiva, destinada a efetivar as resoluções adotadas pela primeira, e constituida dos srs. Torres Filho, Saturnino de Brito Filho, Alfredo Nasser, Heitor Duarte, Paulo Lopes Corrêa, Morales De Los Rios e Joaquim Bertino.

Para Secretário Geral foi indicado o Sr. Luiz Marques Poliano, tendo, também, sido aventada a hipótese da criação de comitês regionais.

IV — Numa seguinte reunião, foi lido o seguinte programa elaborado pela Sociedade Nacional de Agricultura:

1) Inauguração do retrato do Dr. Ildefonso Simões Lopes na séde provisória da Sociedade;

2) Publicação da Conferência sôbre petróleo — última que pronunciou na primeira daquelas entidades;

3) Realização de uma sessão solene a 4 de dezembro — data do primeiro aniversário do falecimento;

4) Instituição do prêmio "Simões Lopes", a ser conferido pela Sociedade ao aluno que mais se distinguir no curso geral da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Constará êsse prêmio de uma medalha de ouro, com 10 a 15 gramas, na qual, além da efígie do patrono do prêmio, no verso, terá, no anverso, o emblema da Sociedade Nacional de Agricultura e as inscrições necessárias, acrescidas do ano em que fôr conferido;

5) Escultura e fundição de um busto em bronze do Dr. Simões Lopes, para

---

Nas de produção alcooleira pequena ou nula, a percentagem de álcool na mistura seria pequena ou nula.

Levantadas as estimativas de produção de álcool anidro nas diversas regiões, e as de consumo total de carburante, fácil seria o estabelecimento das quantidades de álcool a entregar e do teôr alcoólico do álcool-motor.

As companhias de petróleo deveriam, para isso, criar entrepostos de mistura nas zonas de intensa produção de álcool.

dupla vantagem: economia de transpor-

A aplicação dêsse plano teria uma

te para o álcool e possibilidade maior de abastecer, com a gazolina assim poupada, as zonas de menor produção alcooleira.

E' verdade que, em linhas gerais, a proporção alcoólica da mistura carburante nas regiões produtoras como Pernambuco, Alagoas, etc., já é muito elevada. Mas, quando a gazolina puder chegar no Brasil por preços mais baixos e em quantidade suficiente, é mister, para que se proteja o produto nacional, elevar o teôr alcoólico da mistura de modo a assegurar o consumo regional (o que não está sujeito a grandes encargos de transportes) de todo o álcool anidro produzido.

ser inaugurado na definitiva séde da Sociedade Nacional de Agricultura;

6) Instituição de um prêmio bienal, em dinheiro, a ser conferido à melhor monografia sôbre assunto de experimentação agrícola realizado no Brasil; a regulamentação dêsse prêmio será feita por ua comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura;

7) Publicação de um número especial de "O Lavoura" com a biografia, relação de serviços, bibliografia e fotografias a respeito da personalidade do homenageado;

8) Publicação de um livro de "testemunhos", contendo apreciações de amigos e de antigos e de antigos colaboradores;

Quanto ao item n.º 1, ficou resolvido que a Comissão o transformasse em iniciativa da Comissão Promotora, e que se convidasse diversas pessoas para, em sucintos discursos, apreciarem as várias facetas da multiplice atividade pública e particular do Dr. Simões Lopes.

Assim, tais oradores, logo indicados, tratariam, em seus discursos, da personalidade do Dr. Simões Lopes, sob os seguintes aspectos:

— O animador do espírito associativo na agricultura brasileira — Dr. Arthur Torres Filho.

— O propulsor do desenvolvimento da pecuária brasileira — Dr. Franklin de Almeida.

— O Diretor do Banco do Brasil — Dr. Vilobaldo Machado de Souza Campos.

— O engenheiro civil — Dr. Saturnino de Brito Filho.

— O Ministro da Agricultura — Dr. Pires do Rio.

— O Parlamentar — Dr. Ariosto Pinto.

— O propagandista da República — Dr. Brício Filho.

— O riograndense e o pelotense — Dr. Joaquim Luis Osorio.

— O organizador e o propulsor do ensino técnico profissional — Dr. João Luderitz.

— O organizador e o propulsor do nesino superior agrícola, veterinário e químico — Dr. Paulo Parreiras Horta.

— O animador da especialização técnica e o valorizador do técnico nacional — Dr. Joaquim Bertino.

— O entusiasta da produção mineral e das fontes de energia — Dr. Antonio José Alves de Souza.

— O cidadão — Dr. Piratinino de Almeida.

V — Também o item 8 — o livro de "testemunhos" a ser organizado, ficou como parte do programa da Comissão Promotora, sendo designada uma comissão composta dos srs. Paulo Lopes Corrêa, Alfredo Nasser e Luiz Marques Poliano para realizá-lo.

O Sr. Heitor Duarte, falou a respeito do trabalho de coleta a que está procedendo para a organização das suas "Obras Completas". Ficou deliberado que se aguarde o pronunciamento dêste membro da Comissão quanto ao número aproximado de páginas que o trabalho alcançará, para, então, ser solicitada a respectiva publicação ao Serviço Nacional do Livro.

O sr. Franklin de Almeida sugeriu e foi aprovado, que, desde logo, se publicasse as "introduções" aos relatórios do dr. Simões Lopes como Ministro da Agricultura, porque aí, disse, se encontram muitas idéias a que ainda hoje são dignas de meditação, sobre constituirem um verdadeiro catecismo agrícola. O presidente recolheu a sugestão e a aproveitará.

Também ficou resolvido que, ao envés de um busto, se façam dois, um dos quais destinados ao seu jazigo. Foi deliberado que a respeito se oficiasse à Exma. Viuva.

O sr. Alfredo Nasser propôs a realização de um ensaio biográfico.

O sr. Bertino sugeriu e foi aprovado que se pedisse ao Prefeito a designação de uma das ruas novas do centro da cidade com o nome de Ildefonso Simões Lopes.

Ficou também resolvido que de tudo se desse ciência ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Interventor no R. Grande do Sul, oficiando-se também à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e pedindo-lhe que aceitasse a incumbência de, como dirigente de uma comissão estadual, orientar e realizar idênticas homenagens, inclusive uma sessão no dia 4 de dezembro.

O Sr. Itagiba Barçante prometeu levar a efeito a publicação da conferência sobre petróleo, juntamente com a interessante documentação que a acompanha.



Dr. Ildefonso Simões Lopes

VI — Esse programa está sendo já realizado.

A publicação a respeito do petróleo — de grande interesse principalmente pela farta documentação que acompanha a conferência, extraída dos arquivos da Câmara e compreendendo toda a atividade do Dr. Simões Lopes no Congresso no que toca a êste assunto, foi levada a efeito. Incumbiu-se dela o Dr. Itagiba Barçante, Diretor do Serviço de Informação Agrícola.

O número especial de "A Lavoura" também foi atendido, e conterá além de outras coisas, a reprodução das "Introduções" nos relatórios de 1919,

1920 e 1921, hoje raros mas nem por isso destituidos de interesse. Muitas idéias ali contidas estão sendo utilizadas e, no dizer do Dr. Franklin de Almeida, constituem um verdadeiro catecismo agricola.

A sessão foi realizada no dia aprazado, e a inauguração do retrato e dos bustos foi protelada até a instalação definitiva da Sociedade.

No mausoléo, será colocada uma palma de bronze, em nome dos seus companheiros de diretoria da Sociedade, ao invês do busto.

A publicação do livro de testemunhos conterá escritos especiais das seguintes pessoas:

— Cooperativismo e Crédito Agricola, Dr. Fabio Luz Filho.

— Organização da classe agrícola, Dr. Arthur Torres Filho.

— A Cooperação Agricola como método de educação e fomento agricola, dr. Carlos de Souza Duarte.

— Introdução de raças exóticas. O papel do zebú na criação nacional, Dr. Landulfo Alves.

— Colonização, Imigração, Abastecimento, Dr. Dulfe Pinheiro Machado.

Avicultura, Dr. Cesar Guimarães

— Sericicultura, Dr. Amilcar Savassi.

— Apicultura, Emilio Schenk.

— Agrostologia, Jorge Ramos de Otero.

— Quimica Agricola, Maria Saraiva.

— Indústria Animal, Franklin de Almeida.

— Ensino Agricola, Joaquim Bertino de Morais Carvalho.

— Ensino Técnico Profissional, João Luderitz.

— Triticultura.

— Algodão (Cultura, Beneficiamento, Comércio) Dr. W. W. Coelho de Souza.

— Meteorologia Agricola, Dr. Joaquim Sampaio Ferraz.

— Lavoura sêca (Dry Farm), Dr. R. Fernandes e Silva.

— Fibras, Dr. Luiz Guimarães Júnior.

— Defesa Sanitária Vegetal, Dr. Eugênio Rangel.

— Proteção aos indios, Gen. Cândido Rariano Rondon.

— Café, Prof. Antônio Barreto.

— Registro Genealógico e Marcas de Gado, Dr. Vitor Leivas.

— Estatistica. Recenseamento de 1920, Dr. M. A. Teixeira de Freitas.

— Ação na assembléia estadual, Joaquim Iniz Osorio.

— Agricultura Prática. Técnicos e Práticos Rurais, Diaulas de Abreu.

— Viticultura, Dr. Celeste Gobbato.

— Produção, seleção e distribuição de sementes, Dr. Fr. de Assis Iglésias.

— Oleos vegetais, Dr. Joaquim Ber-

— Defesa Sanitária Animal, Armantino.

do Rocha.

— Biologia Animal, Dr. Arthur Moses.

— Fruticultura, Dr. Antonio de Arruda Câmara.

— Motocultura, Arthur Prado.

— Expurgo e Beneficiamento de Cereais, Antonio Francisco Magarinos Torres.

— O Economista, Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga.

— O Rio São Francisco, Waldemar José de Carvalho.

— Petróleo, Avelino de Oliveira.

Carvão mineral. Fleury da Rocha.

Combustiveis e minérios, E. Fonsecaca Costa.

— Ação em pról do Nordeste, João Mauricio de Medeiros.

— Energia Elétrica, Aduzindo Magalhães.

Gazogênio, Heraldo de Souza Matos.

— Estâncias Minerais, João Bruno Lobo.

— O Parlamentar, Antonio Carlos.

— O Homem de Govêrno, Costa Rego.

A Crise da Alimentação

A propósito dêste palpitante assunto, o Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e representante da Agricultura no Conselho Federal do Comércio Exterior, apresentou àquele Conselho a seguinte indicação:

"Sr. Diretor Geral e demais membros do Conselho Federal do Comércio Exterior,

Haveis de permitir que, como representante da classe agricola, venha mais uma vez, solicitar a atenção do Conselho para aspectos da crise alimentar que nos assoberba.

O Brasil vem atravessando, em consequência da guerra mundial, uma situação que pôs em evidência fenômenos de ordem social, econômica e financeira uns requerendo solução imediata, outros planificaçes que nos possam garantir futuro tranquilo.

Perturbações várias evidenciaram, por exemplo, falhas graves no mecanismo de abastecimento do mercado interno, muito particularmente no abastecimento dos grandes centros de consumo que têm vivido em crise, não apenas pela falta eventual de determinados produtos como também pela ascenção vertiginosa dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Deve-se acentuar que, de modo geral, nem a falta de produtos alimentícios, nem a elevação dos preços, decorreram, de inicio, do descrécimo sensivel da produção nas principais zonas produtoras.

Basta que examinemos as estatisticas para verificarmos não ter havido, até 1942, descesso acentuado na produção.

Não será, por conseguinte, por êsse lado, que devamos procurar a causa primordial do desequilíbrio que sentimos.

Serve o quadro anexo, abrangendo o periodo de 1930 a 1942, de confirmação do alegado, embora fosse para desejar tivessemos logrado acentuado aumento de gêneros alimentícios em correspondência com o acréscimo da população do país.

O exodo de braços da lavoura para as indústrias e para as fileiras militares, virá a ter, como começam a ter, forte repercussão no volume de nossas colheitas.

Em futuro próximo, possivelmente já nas safras de 1944, deveremos contar com êsse óbice na regularisação do abastecimento alimentar do país.

Podem ser recordados fatos recentes vivos na lembrança dos que se interessam pelas questões econômicas e que comprovam as observações feitas.

Veio a faltar o milho quasi completamente no mercado desta Capital, em certo período do ano passado; no entanto, quando na mesma ocasião agricultores em Minas e na zona norte do Paraná deixavam de remeter êsse cereal para os centros de consumo porque havia falta de transportes e as cotações não recompensavam as despezas feitas com a colheita e o beneficiamento. A grande produção do Rio Grande do Sul, o abastecedor desta Capital, ficou sem meios de escoamento devido à falta de transporte marítimo. As safras de arroz, apenas nas regiões centro e sul do país, ultrapassaram 25 milhões de sacas, dispondo de um excesso exportavel de mais de 6 milhões. Os maiores óbices impediram sua distribuição. A exportação para o exterior tem sido feita, no entanto, com certa facilidade, apezar da natural irregularidade do tráfego marítimo.

A colheita de batata dos municípios paranaenses de Araucaria e Irati igualmente não logrou completo excoamento. Houve falta deste produto em quasi todos os mercados internos e a agricultura paulista ficou sem tuberculo-sementes para suas plantações, a ponto de tê-lo ido buscar na Argentina.

Quanto ao açucar de usina, fortemente racionado, sua produção nos grandes centros produtores não decresceu. A safra pernambucana foi uma das melhores dos últimos tempos.

Até mesmo a safra de trigo, cujo montante está aquem das necessidades minima de nosso consumo, sofreu de

idêntico mal, tendo exigido enérgicas medidas de emergência, relativamente ao seu transporte, para que grande parte das colheitas não se perdesse nos próprios locais de produção e pudesse chegar aos moinhos.

Esses poucos exemplos dão-nos nítida idéia das enormes dificuldades criadas à distribuição da produção alimentar, que resultaram, dentre outras causas, da insuficiência de meios de transporte e da falta de organização dos mercados internos com sistema adequado de armazenamento e conservação dos produtos pereciveis.

No referente aos produtos de origem animal o aspecto, quando ao transporte, é muito semelhante, diferindo no que concerne a certos setores do volume da produção.

Os maléficos efeitos da crise que nos aflige teriam sido, certamente, muito mais profundos e prejudiciais, não fossem as prontas e enérgicas medidas adotadas pelo govêrno, quer tomando providências especiais para o transporte de determinados produtos, quer evitando no comércio de gênero alimentícios especulações e manobras "altistas"; quer ainda, reprimindo abusos e fraudes.

Tais medidas, porém, si bem que indispensáveis e de efeitos temporários apreciáveis, não são de molde a resolver, em definitivo, a questão e, muito menos, a dar à organização que nosso mercado interno precisa para que possa cumprir, com perfeição, a tarefa que lhe cabe mórmente em circunstâncias como as atuais.

Faz-se mister sejam tomadas outras medidas visando, de um lado, impossibilitar os açambarcamentos que forçam, por meio da retenção do produto ,elevação dos preços e favorecem as vendas clandestinas e, de outro lado, dar o maior aproveitamento possivel aos meios de transporte existentes.

Para alcançar, concomitantemente, êstes dois objetivos, uma solução se apresenta, de pronto, como indispensavel e de carater permanente: *essa é a de se promover, ao máximo, a produção dos gêneros alimentícios em torno e nas proximidades dos grandes centros populosos, facilitando-se a venda direta do produtor ao consumidor.*

Do ponto de vista agrícola não apresenta essa solução dificuldades maiores pelo fato de se tornar possivel produzir, *economicamente*, qualquer dos produtos básicos de nossa alimentação, nas visinhanças de qualquer dos maiores centros de população do país. Não existe carência de espaço, nem as condições ecológicas impedem, nessas zonas, a produção de arroz, milho, feijão, aipim, batata doce, hortaliças, frutas e de muitos produtos animais, sendo que a produção de leite deve de preferência ser colocada nessas zonas.

Algumas dificuldades existem e precisam ser afastadas, para que possa ter êxito a execução de um plano de tal natureza.

Justo é salientar que de há muito os poderes públicos aperceberam-se de que está no desenvolvimento da produção agrícola, ao derredor dos maiores centros de consumo, a solução natural de seu abastecimento, e tanto é assim, que já são numerosas as medidas postas em prática com essa finalidade. Dentre outras convem sejam salientadas: a colonização de próprios federais; o saneamento de áreas paludosas; as facilidades concedidas para o estabelecimento de granjas-modelos; os trabalhos de fomento realizados pelos serviços oficiais, os quais não conseguiram, entretanto, até agora, dar impulso tal à produção que resultasse em acentuada modificação de uma situação de um regimen cujos efeitos vêm de longe e que a guerra acentuou a gravidade para a vida das grandes populações citadinas.

A solução integral e duradoura só será alcançada com a execução de um plano cuja base fundamental resida na sub-divisão da terra em derredor das cidades com a concessão de crédito a longo prazo para a aquisição, aparelhamento e exploração de sítios e granjas que existame a se estabelecerem nessas zonas.

Esse plano visaria, antes de mais nada, estabelecer a delimitação das zonas em que pudesse ser aplicado um regimen intensivo de auxílio e fomento da produção agro-pecuária e das indústrias correlatas.

Nessa delimitação dever-se-ia evitar a dispersão de recursos e energias, realizando-a em função da capacidade de con-

sumo dos respectivos núcleos de população, isto é, quanto maior e mais populosa fôr a cidade tanto mais extenso deverá ser o raio da zona abastecedora.

Uma vez estabelecidos os limites dessas zonas, poder-se-ia aplicar um programa que visasse:

a) a sub-divisão das grandes áreas objetivando o desenvolvimento da policultura.

b) difusão do crédito agrícola, em suas diversas formas e muito particularmente sob a soma hipotecária de modo a atender *à colonização*, facilitando capital a juros módicos aos agricultores regionais ou de outras zonas, para aquisição de terras e desenvolvimento das propriedades.

Para atingir esse "desideratum" medidas preparatórias precisarão ser adotadas, de modo que as futuras transações e explorações se realizassem com facilidade e dentro de um cunho de perfeita segurança, para o crédito concedido.

De início ter-se-ia que estabelecer a área máxima permitida para as propriedades localizadas dentro das zonas abastecedoras, área essa que seria na conformidade da população e das necessidades de consumo das respectivas cidades.

Aquelas cuja área ultrapassasse o limite máximo fixado e não estivessem sendo motivo de exploração conveniente seriam loteadas por seus proprietários ou pelo govêrno em caso contrário.

O loteamento, pelos particulares, obedeceria ao que prescreve o Decreto-lei n.º 58, de 10 de Dezembro de 1937 e o Decreto n.º 3.079, de 15 de Setembro de 1938, que dispõem sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, ou, ainda, de conformidade com o Decerto n.º 451-B, de 31 de Maio de 1890, que estabelece o registro de transmissão de imóveis pelo sistema *Torrens*.

Este Decreto, ainda em vigor, segundo opinam Melo Franco, Filadelpho Azevedo, Clovis Bevilacqua, Medeiros da Fonseca e outros, em face do artigo primeiro número 90 da lei orçamentária para 1918, n.º 3.446, de 31 de Dezembro de 1917, não poderia, para a questão em lide, ser integralmente mantido em sua pureza primitiva. E isto porque, dado o seu carater facultativo, não seria instrumento bastante forte para provocar uma transformação radical no ambiente rural.

Para as *zonas abastecedoras* e, por enquanto ,apenas para estas, o sistema *Torrens* precisaria ser obrigatório, porque como o Decreto-lei n.º 58 e o Decreto 3.079 acima citados, representaria garantia plena da propriedade registrada, de seus limites, benfeitorias e principais caracteristicos, constituindo segurança perfeita para o proprietário e terceiros.

A aplicação obrigatória do registro *Torrens* criaria, desde logo, ambiente de grande confiança e concorrência, certamente, para que numerosos agricultores, e até mesmo pessoas residentes nos centros urbanos, procurassem adquirir pequenas propriedades e explora-las convenientemente, favorecendo, por outro lado, a organização de companhias que promovessem a sub-divisão, por meio do sistema de incorporação, das grandes propriedades ainda existentes e em estado de quasi abandono.

Além disso, daria lugar ao crédito real pela emissão de *cédulas hipotecárias* e um grande desenvolvimento às demais transações de crédito agrícola, principalmente, sob a forma de *penhor agrícola* e, dentro de muito pouco tempo, ver-se-ia, em plena circulação, a *cédula rural pignoratícica* (Lei n.º 492, de 30 de Agosto de 1937).

Para um rápido conseguimento dêsse objetivo, entretanto, impõe-se a instituição imediata do crédito hipotecário rural, pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, afim de realizar emprêstimos até 70% do valor das pequenas propriedades localizadas nas zonas abastecedoras, à juros módicos e praso máximo de 30 anos.

Simultaneamente, conviria fosse estudada a colaboração de bancos autorizados para a emissão de cédulas hipotecárias rurais, que ficariam sujeitas a redesconto no Banco do Brasil visando acelerar a mobilização da propriedade territorial.

Por último, e com o fim de incrementar a colonização particular dessas zonas, aparece como imprescindivel, a criação da *Carteira de Colonização* rural no Banco do Brasil a exemplo das existentes em outros países.

MIL TONELADAS

Anos	*Total*	*Gêneros de Alimentação e Forragens*	*Matérias Primas*	*% dos Gêneros de Alimentação e Forragens*	*% das Matérias Primas*
1925-29	17.294	14.541	2.753	84	16
1930	18.243	16.406	1.837	90	10
1931	18.448	16.436	2.012	89	11
1932	20.071	18.108	1.963	90	10
1933	21.017	18.627	2.390	89	11
1935	21.183	18.260	2.923	89	14
1934	22.266	18.749	3.248	85	15
1936	22.747	19.018	3.998	82	18
1937	23.441	18.849	4.592	80	20
1938	24.382	19.291	5.091	79	21
1939	24.930	18.960	5.970	76	24
1940	25.009	19.402	5.607	78	22
1941	24.360	18.611	5.749	76	24
1942	25.547	18.980	6.594	74	26

Veiga Filho no seu Manual da Ciência das Finanças ao tratar da teoria da valorização do meio circulante cita as seguintes palavras de Bernardino de Campos, em 1897, como Ministro da Fazenda, em relatório ao Presidente da República:

"Aumentar a produção do país, fomentando as indústrias, promovendo a policultura de acôrdo com os climas e a qualidade das terras, diminuindo às despesas públicas, eis, em síntese, *o processo mais eficaz com que se póde ter meios seguros para valorizar o meio circulante*".

Aquele ex-Ministro da Fazenda, indicava, já naquela época, entre as causas determinantes da *crise econômica* as seguintes:

"carência de conhecimentos profissionais e de utilização nas culturas dos processos e instrumentos aperfeiçoados no domínio da mecânica e das ciências naturais: *necessidade de divisão da propriedade, aplicação da lei Torrens e mobilização do sólo* para a verdade do crédito real; necessidade de transportes rápidos e econômicos; deficiência de trabalhadores remunerados de modo proporcional nos resultados de seus trabalhos; modificação na arrecadação do impôsto de exportação".

Tem-se que salientar, dentre as medidas apontadas a necessidade da divi-

Notas práticas sobre a cultura da alface

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Engenheiro Agrônomo

I — CLASSIFICAÇÃO BOTANICA

A alface, de acôrdo com a classificação de Engler, ocupa a seguinte posição sistemática:

Seção — Angiospermae
Classe — Dicotyledoneal
Sub-classe — Sympetalae
Ordem — Tetracyclicae
Série — Campanulatae
Familia — Compositae
N. científico — Lactuca sativa L.

II — CARACTERES BOTANICOS

A alface é uma planta anual, herbácea, de raizes tipicamente fasciculadas.

As folhas são largas, mais ou menos ovais ou arredondadas, radicais, reunidas em torno de um curto talo.

Essas folhas são glabas, de coloração verde claro ou escuro ou, em algumas variedades, matizadas de amarelo ou roxo.

As flores, que surgem na extremidade da haste, são pequenas, hermafroditas, de coloração amarelo-claro, reunidas em capitulos.

Os frutos são pequenos aquênios, brancos, amarelos ou negros, conforme as variedades.

III — VARIEDADES HORTICOLAS

As variedades horticolas de alface são reunidas em:

a) *Alface repolhuda* — Lactuca satiav var. capitala DC, cujas folhas fecham como as do repolho, formando o que se denomina, vulgarmente, cabeça.

b) *Alface romana* — Lactuca sativa romana D,C, cujas folhas não fecham como as do repolho. Essa alface é também chamada alface comum ou alface de folhas soltas.

As principais variedades de alface do 1.º grupo, mais cultivadas nas nossas hortas são:

a) *Alface repolhuda Rainha de Maio*

Possue folhas muito tenras, de coloração evrde claro, que formam cabeças muito volumosas. E' uma variedade de

---

são da propriedade e aplicação da lei *Torrens* e *mobilização do sólo para a verdade do crédito real.*

Em brilhante conferência realizada em 7 de Junho de 1944, o ilustre Ministro da Fazenda, Sr. Souza Costa, focalisando os notáveis empreendimentos do atual Govêrno pôs em destaque, muito merecidamente, a vultosa obra de saneamento da Baixada Fluminense, com uma área já concluida de 8.500 k2, na qual se inverteu um capital aproximado de 200 milhões de cruzeiros. Essa obra não é apenas de profilaxia, ela terá de ser, acima de tudo, uma obra de colonização rural para que alcance sua justa finalidade. Poderá, e direi mesmo, deverá favorecer o abastecimento da Capital da República.

E' preciso repetir, que o crédito agricola representa para nós, como sendo para todas as nações ciosas de sua expansão econômica, a providência, dando á classe rural o sentimento de sua responsabilidade coletiva.

Todas essas considerações, entretanto, não importam em dizer que, com a adoção das providências sugeridas, as medidas de emergência não devam de ser executadas.

Essas medidas são, entretanto, de resultados passageiros, como já vimos em outras épocas, e seria imperdoavel que, diante da lição colhida, não procurassemos nos precaver para o futuro, criando condições que impossibilitem sua repetição sempre mais agravada.

As providências lembradas não são de ação imediata mas postas em prática, com o tempo, resultariam na transformação completa do meio agrícola em derredor das grandes cidades do país, suavisando senão afastando de uma vez por todas, os perigos e os inconvenientes, que a atual situação nos está revelando com côres carregadas".

desenvolvimento muito rápido, bastante precoce, e muito apreciada nos mercados consumidores. E' muito sensível ao excesso de calor e a sua cultura não deve ser tentada no verão.

b) *Alface repolhuda sem Rival*

E' uma variedade de folhas tenras, que formam cabeças não só volumosas, como também, um tanto compactas.

E' bastante precoce e muito aceita nos mercados consumidores. Desde que sejam tomados todos os cuidados necessários, pode ser plantada em quase qualquer época do ano.

c) *Alface repolhuda de Berlim*

Possue folhas macias, bem desenvolvidas, muito saborosas, que formam cabeças tão volumosas que atingem, às vezes, quasi o peso de um quilo, sendo comum, o peso superior à meio quilo. Com os cuidados necessários, pode ser cultivada em quase todo o ano, inclusive nas épocas um tanto quentes.

d) *Alface repolhuda das Quatro Estações*

E' uma variedade bastante vigorosa, de folhas tenras, de coloração ligeiramente loura. Em virtude de seu desenvolvimento rápido, grande resistência e aceitação nos mercados consumidores, presta-se para ser cultivada em grande escala.

e) *Alface repolhuda Sanguínea*

E' uma variedade muito saborosa, de folhas muito tenras, ligeiramente marrons, que formam cabeças mais ou menos volumosas. A alface repolhuda sanguínea resiste muito pouco no calor, de modo que déve ser cultivada apenas nas estações menos quentes do ano.

f) *Alface repolhuda Imperial*

Possue folhas grandes, muito macias, de coloração verde-clara, que formam cabeças mais ou menos volumosas. E' uma variedade que pode ser cultivada durante quase todo o ano, pois resiste bem na época mais ou menos quente.

g) *Alface repolhuda Tosão de Ouro*

E' uma variedade de folhas um tanto crespas, muito macias e saborosas, que formam cabeças mais ou menos volumosas. Em virtude de sua grande resistência pode ser cultivada nas épocas mais quentes; desenvolvendo-se, entretanto, em melhores condições, nas regiões temperadas, como as demais variedades de alfaces repolhudas.

Entre as numerosas variedades de alface pertencentes ao segundo grupo, isto é de folhas soltas, são mais cultivadas nas nossas hortas, as seguintes:

a) *Alface romana Trianon*

E' uma variedade de folhas grandes, tenras, facilmente colocada nos mercados consumidores. Em virtude de sua grande resistência e vigor, crescimento muito rápido e possibilidades de cultura nas épocas um tanto quentes, é muito apreciada pelos horticultores.

b) *Alface romana Balão*

E' uma variedade de folhas macias, muito grandes, de coloração verde claro. E' também muito apreciada pelos horticultores, pois é, não só precoce, como também muito resistente, podendo ser plantada durante quase todo o ano.

IV — CONDIÇÕES DE CLIMA E SOLO

A cultura da alface pode ser feita nas mais variadas condições climáticas, desde que sejam convenientemente escolhidas as variedades à serem cultivadas, pois, si algumas só se desenvolvem bem nas regiões temperadas, outras resistem nas regiões mais ou menos quentes, etc. O plantio, não deve, entretanto, ser feito indiferentemente, em qualquer época, pois está na dependência da variedade a ser cultivada. Existem alfaces que podem ser cultivadas durante quase todo o ano, como a repolhuda sem Rival, a repolhuda Imperial, etc., outras, só de maio à setembro, isto é, nos meses mais frescos, como a repolhuda Rainha de Maio, alface crespa americana etc. O ideal para a cultura, é uma temperatura mais ou menos fresca e uniforme. Nas épocas muito quentes, o desenvolvimen-

to das folhas é mais reduzido e, o sabor é um tanto amargoso. O frio excessivo é também muito prejudicial pois, retarda o desenvolvimento das plantas, chegando mesmo à queimar as folhas, quando caem geadas. De um modo geral, nas regiões de clima temperado, o plantio pode ser feito durante quase todo o ano. Já nas regiões quentes, de dezembro à março, só é possivel, praticamente, a cultura de alfaces de folhas soltas, e, assim mesmo, desde que sejam intensificados os cuidados não só de proteção com anteparos, contra o excesso de sol, como também, com regas abundantes. Relativamente ao solo, como a maioria das hortaliças, prefere os terrenos silico-argilosos, bem trabalhados, contendo uma boa quantidade de matéria orgânica. O sólo destinado à cultura da alface, deverá ser bastante poroso, revolvido até uns 0,30m de profundidade e bem drenado, pois o excesso de água lhe é prejudicial.

V — PREPARO DO TERRENO E ADUBAÇÃO

Uma vez escolhido o terreno, deve-se prepará-lo convenientemente. Nas grandes plantações, o preparo do terreno deve ser feito mecanicamente, isto é, depois de desbravado, deve-se fazer uma ou duas arações, seguidas de gradagem e cilindragem. Nas grandes culturas, não se usa o plantio em canteiros. Uma vez convenientemente preparado o terreno e perfeitamente nivelado, abrem-se sulcos para escoamento da água, e, nas partes mais elevadas (compreendidas entre os sulcos), faz-se o plantio. Nas pequenas áreas, é comum o plantio em canteiros, que devem medir, no máximo, 1,50m de largura, podendo o comprimento ser igual à extensão do terreno. A altura dos canteiros não deve ser excessiva. Basta que permita o perfeito escoamento do excesso de água. Para que o rendimento seja bom, é necessário praticar a adubação. De um modo geral, deve-se aplicar, com uma certa antecedência, a seguinte fórmula de adubação, por metro quadrado:

esterco de curral	8-10 quilos
superfosfato de cálcio ..	20-25 gramas
cloreto de potássio	10-15 gramas

O esterco empregado, deve ser bastante velho (bem curtido) pois, o esterco fresco, prejudica a alface, como outras hortaliças mais ou menos tenras. Na falta de quantidade suficiente de esterco, pode-se recorrer, com sucesso, à adubação verde. Na ocasião do plantio, deve-se anexar ao sólo, cêrca de 10 à 15 gramas de sulfato de amônio, por metro quadrado. Uma adubação correta, com os elementos químicos em proporções adequadas, não é possivel indicar, sem o conhecimento detalhado do terreno, através de uma análise química. A fórmula indicada, si bem que imperfeita, pode ser aplicada, para qualquer classe de terreno.

VI — SEMEADURA

De acôrdo com a variedade cultivada, a semeadura, pode ser feita, durante todo o ano, ou, apenas, nas épocas mais propicias. De um modo geral, na época muito quente, de sol muito intenso, a semeadura, e o próprio palntio, exigem muito cuidado.

Para calcular a quantidade de sementes necessárias ao suprimento da horta, basta lembrar os seguintes dados:

a) que um litro de sementes de alface pesa, aproximadamente, 425 gramas.

b) que cada grama, contém, em média, cêrca de 800 sementes

c) que 0,025 quilos de sementes são suficientes para semear um metro quadrado, e fornecem, aproximadamente, 600 boas mudas para serem transplantadas.

A semeadura pode ser feita:

a) em caixotes ou alfobres, com torriço, como se faz nas grandes plantações

O primeiro processo é o comumente empregado, e aquela que fornece mudas mais vigorosas, principalmente quando se usa fazer a repicagem.

Nos canteiros de sementeira (alfobres), ou nos caixotes, as mudas são distribuidas à lanço, misturadas com pó de serra, cinza, etc., e encobertas com uma delgada camada de terriço bem pulveri-

zado (cêrca de 0,015 a 0,020 m de espessura).

Desde que as sementes sejam boas, e não faltem as regas necessárias, no fim de 4 à 6 dias, elas estarão germinando.

Nos caixotes ou alfobres, não devem ser descuidados os tratos culturais indispensáveis ,régas, arrancamento de ervas daninhas, proteção contra as intempéries, etc.), até o transplantio para o local definitivo.

No caso da semeadura feita diretamente no local definitivo, a distribuição das sementes deve ser feita em linhas, manualmente ou por intermédio de semeadeiras. As linhas devem ficar distanciadas 0,30 a 0,40m, uma da outra, cobrindo-se as sementes com uma delgada camada de terra bem pulverizada.

Quando as mudas apresentam umas 4-6 folhas deve-se fazer um desbaste, afim de que elas fiquem distanciadas 0,25m à 0,30m uma da outra.

VII — PLANTIO DEFINITIVO

De acôrdo com o método mais comum de cultura da alface, quando as mudas apresentam 4-6 folhas, estão em condições de serem transplantadas dos caixotes ou alfobres, para os canteiros definitivos.

A transplantação deve ser feita, de preferência em dias frescos e sombreados, não se descuidando de, na véspera, à noite, fazer uma rega nos caixotes ou alfobres, para facilitar a retirada das mudas, sem danificar o sistema radicular.

As mudas, cuidadosamente arrancadas, são levadas para o local definitivo, tomando-se as precauções para que elas não sejam prejudicadas pela exposição demorada ao sol ou aos ventos muito fortes.

Nesta ocasião, faz-se uma seleção, eliminando-se as mudas com sintomas de doenças ou pragas, as mal conformadas, as com sistema radicular defeituoso, as raquíticas, etc..

O plantio nos canteiros é feito em linhas distanciadas 0,25 m à 0,40 m uma das outras, conservando-se a distância de 0,20 m à 0,35 m, de pé à pé.

Durante o plantio deve-se tomar cuidado para que o coleto fique um pouco acima do nivel do terreno, principalmente em se tratando de cultura de alface repolhuda, pois, no caso contrário, as folhas não fecham bem.

E' conveniente ainda, após o plantio, cobrir a terra com um pouco de palha de estrume, não só para conservar a água, como também, proteger o sólo do excessivo aquecimento pelos raios solares.

Quando necessário, deve-se proteger os canteiros, nos primeiros dias após a transplantação, por intermédio de bambus, folhas de palmeiras, etc.

VIII — TRATOS CULTURAIS

Os tratos culturais da alface, são os mesmos dispensados à outras hortaliças cultivadas pelas suas folhas, como sejam:

a) regas diárias abundantes, de preferência duas vezes, uma pela manhã, outra à tarde.

b) quando necessário, arrancamento das ervas daninhas.

c) escarificações cuidadosas para não ferir as plantas.

d) amontoar, no caso do plantio ser feito diretamente no local definitivo.

e) duas regas, durante o ciclo vegetativo, com Salitre da Chile, na proporção de 10 gramas para cada 20 litros de água e para cada metro quadrado.

IX — COLHEITA

De um modo geral, a colheita é feita 80 à 90 dias após a semeadura, quando as plantas já estão convenientemente desenvolvidas, mas as folhas ainda permanecem tenras.

A colheita pode ser feita:

a) arrancando-se o pé, como mais commumente se faz.

b) cortando-se o pé, rente ao sólo, por intermédio de uma faca ou canivete.

Após a colheita, devem as plantas permanecerem em lugar sombreado e arejado após terem sido lavadas em água limpa.

Quando já estão bem enxutas, são acondicionadas em cestos, baláios, jacás, caixas, etc., e assim enviadas aos mercados distribuidores.

Assim que chegam aos creados, os baláios, cestos, jacás, caixotes, etc. devem ser abertos e os pés de alface expostos ao ar para que se conservem melhor.

Enquanto estiverem expostos à venda, os pés de alface devem receber, várias vezes ao dia, uma aspersão de água.

A colheita da alface fornece um rendimento de 1 a 2 quilos por metro quadrado, podendo ser maior, segundo as condições convincentes de clima e sólo, cuidados culturais, variedade cultivada, etc..

X — CONSORCIAÇÃO E ROTAÇÃO

A alface é comumente consorciada no meio de canteiros de couve, repolho etc.. Nas grandes culturas, não se faz consorciação. E' sempre conveniente, como para as demais hortaliças, fazer uma rotação cultural, não repetindo, anos seguidos, a cultura da alface no mesmo terreno. Deve-se, após a colheita, plantar no terreno, uma outra hortaliça, que não pertença à mesma família (compostas). Uma boa rotação é a seguinte:

1.ª vez — alface
2.ª vez — cenoura
3.ª vez — ervilha ou feijão

Na quarta vez, planta-se novamente a alface, repetindo-se sempre a rotação cultural.

XI — A ALFACE NA MEDICINA

Cortando-se o talo da alface, verifica-se que dele exuda um liquido leitoso e amargo, chamado lactucánio ou tridácio, de grande valor medicinal.

As folhas da alface, são empregadas, com sucesso:

a) como calmante, para pessoas muito nervosas e irritadas (o remédio já era aconselhado por Hipócrates).

b) nos casos de insônia. Narra a história, que Galeno, usava comer à noite, algumas folhas de alface para proporcionar-lhe um sono calmo e reparador.

c) nos casos de vertigens.

A alface é, pois, sob o ponto de vista medicinal, uma hortaliça de facil digestão, refrescante, emoliente e sedativa.

XII — A ALFACE NA ALIMENTAÇÃO

A alface é uma hortaliça de digestão facil e muito aquosa (contém, crúa, cêrca de 94% de água).

A composição química da alface é, em média, a seguinte:

água	93,80%
carbo-hidratos . . .	3,40%
cinzas	1,00%
matérias graxas ...	0,30%
proteinas	1,50%

As análises revelaram que, as alfaces romanas, isto é, de folhas soltas, são mais ricas, sob o ponto de vista alimentar, que as alfaces repolhudas, comumente chamadas entre nos, alfaces paulistas.

De fato, enquanto que nas primeiras existe, aproximadamente, 6% de substâncias sólidas para 94%, de água, nas segundas, a proporção de água é de cêrca de 97%, e de substâncias sólidas, apenas 3%.

Pode-se, facilmente, comparar a riqueza dos dois grupos de alface, através das análises de Wolff e Haskins abaixo transcritas:

Variedades de alface	*Sais minerais* K_2O	Na_2O	CaO	MgO	P_2O_5
Alface commum	0,37	0,08	0,05	0,02	0,07
Alface repolhuda	0,23	0,02	0,02	0,01	0,03
Diferença à mais para a alface commu	0,14	0,06	0,03	0,01	0,04

Conforme se verifica, a alface comum apresenta, em relação à alface repolhuda:

a) cêrca de 1/3 mais de K_2O
b) quatro vezes mais Na_2O
c) duas vezes mais CaO
d) o dobro de MgO
e) duas e meia vezes mais P_2O_5

Relativamente à riqueza em vitaminas, verifica-se também, que a alface de folhas soltas, apezar de menos apreciada que a alface repolhuda, é mais rica que ela.

Variedades da alface	*Vitaminas*					
	A	B_1	B_2	C	D	E
Alface de folhas soltas .	+++	++	+	+++	...	++
Alface repolhuda	+	++	+	+++	...	...

Indicando-se por:

+ pouca vitamina
++ boa fonte de vitamina
+++ muita riqueza em vitamina
+++ muita riqueza em vitaminas
... ausência de vitamina

pode-se comparar o valor das alfaces romana e repolhuda, através do seguinte quadro:

XIII — DOENÇAS E PRAGAS DA ALFACE

As principais doenças que atacam a alface são:

a) Podridão, causada pelo Corticium vaguan;
b) mofo pardo, causado pelo Botritissp;
c) raquitismo, determinado pelo Pythium sp
d) manchas das folhas, causadas pelo Septoria lactucae
e) mancha das folhas, causadas pelo Cercospora lactucae
f) queima das pontas (doença fisiológica).

As principais pragas da alface são:

a) lesmas
b) caracoes
c) lagarta de Laphygma frugiperda
d) Diabrotica speciosa, commente chamada vaquinha das plantações.

XIV — A ALFACE NA MITOLOGIA

Conta a mitologia, que Venus costumava esconder Adonis, filho de Mirra, em um pé de alface.

Narra ainda a mitologia, que o mesmo Adonis, era um grande apreciador de alface.

Certa vez, após come-la, e estando mais ou menos hipnotisado por ela, foi atacado por um javalí, e no estado em que se encontrava, não pounde defender-se.

E' esse o motivo pelo qual, no dia da festa de Adonis, o povo da antiguidade percorria as ruas, carregando nas mãos, vasos com pés de alface.

★

"As Forças da Produção Agro-Pecuaria do Brasil"

Discurso de paraninfo do professor Arthur Torres Filho na solenidade de formatura dos agrônomos da turma de 1944

Sensibilizou-me profundamente ter sido escolhido entre mestres ilustres da nossa Escola, para receber a láurea do paraninfado nesta cerimônia, vinculando-se a minha carreira, já em decl'nio, à vossa que se inicia sob os melhores auspícios.

Por bem conhecer o idealismo que vos anima, como elementos integrantes da vigorosa mocidade brasileira; por saber da confiança que depositáis no próprio esfôrço e nos destinos do Brasil; estou certo de que sabereis resistir a todos os embates da adversidade, honrando a carta de idoneidade que hoje vos é conferida pela Escola Nacional de Agronomia.

Assumís o compromisso dignificante de engrandecer a profissão abraçada; mas um outro compromisso, bem mais elevado, neste momento augusto em que vivemos, deverá constituir a idéia matriz de vossa ação: a de ter sempre presente a imagem do Brasil, que entrou na órbita das grandes potências, lançando-se na luta pela liberdade do mundo.

A Nação empenhada em guerra, necessita da colaboração decidida de todos os seus filhos, seja nas fôrças armadas, seja na mobilização dos campos, seja nas fábricas, seja no trabalho silencioso dos gabinetes, — em todos os ramos da atividade humana.

São complexos os problemas da nacionalidade e os moços devem ser advertidos para que não se coloquem em atitude desanimadora, devendo afugentar, para bem longe, a atmosfera de derrotismo que por vezes nos envolve, porque será trabalhando, utilizando fôrças, valorizando a terra e o homem, que fortaleceremos as fontes da riqueza nacional. Carecemos de iniciativa, de vontade inquebrantavel nos nossos propósitos, enfim, de confiança nos destinos da Pátria.

Não espereis vantagens fáceis, porque, na vida, os bens morais valem mais do que os materiais. Deveis crer, acima de tudo, nos próprios esforços, sabendo esperar com calma, mantendo fidelidade incorruptivel aos compromissos assumidos com a profissão e a Pátria.

Em solenidades como esta, não podemos deixar de ter nosso pensamento voltado para os heróis brasileiros que, em terras longínquas de outro continente, se batem pelo desagravo da honra nacional e contribuem denodadamente para o estabelecimento de normas mais justas entre os povos.

A Agricultura será sempre a fonte perene de todos os nossos recursos, porém, as condições sociais e econômicas da produção experimentaram modificações profundas.

Daí, a mais elementar prudência aconselha volvermos a atenção carinhosa para aqueles que, isolados dos centros civilizados vivem do labor da terra.

No complexo das condições que formam a atividade brasileira, dentro do panorama do mundo convulsionado pela guerra, devemos traçar os rumos da nossa política ruralista. Esses rumos resultarão do conhecimento profundo do meio social-econômico de cada região do país. O Brasil oferece, para êsse fim, vasto campo de investigação.

Vemos, por vezes, a produção dos campos não se desenvolver em rítmo acelerado ou mesmo decrescer, o que se deve atribuir ao esfôrço de produzir não ser convenientemente compensado. E' fenômeno curial entre nós, mesmo nas proximidades dos grandes centros de consumo, serem os produtos agro-pecuários oferecidos por preços irrisórios ou não encontrarem colocação, pelo fato de reinar a desordem nos mercados distribuidores.

Desconhecemos o custo de produção das múltiplas manifestações do trabalho nacional, principalmente na agricultura, derivando dêsse fato a estagnação dos centros produtores porquanto a sobrecarga de impostos e fretes é tal que pouco ou nenhum lucro acaba por proporcionar ao produtor. No entanto, a verdadeira política econômica reside no aperfeiçoamento e organização da produção, qualquer que esta seja, para proporcionar lucros. Do modo de encaminhar êsses lucros é que derivará a capacidade produtiva do país, trazendo o bem-estar das populações. Caberá ao poder público manter contacto estreito com

as classes produtoras para remediar as dificuldades que as assaltam e prever eventualidades que possam comprometer nossa evolução econômica.

O Brasil sempre teve na agricultura a base da sua riqueza. Admite-se havermos entrado no ciclo industrial. Si tal fato pudesse ser verdadeiro, não deveriamos ver a agricultura relegada a plano secundário, ou descuidada da atividade dos brasileiros. Grave êrro estariamos cometendo si tal circunstância pudesse sobrevir. A firmeza da economia nacional residirá, antes de tudo, no aproveitamento dos recursos potenciais fundados na riqueza agrícola, animal e mineral.

Carecemos, é certo, das chamadas **indústrias de base**, para que possamos aproveitar convenientemente nossos recursos naturais e, principalmente, as matérias-primas contidas em nosso território.

Em 13 de Novembro de 1940, falando em Pôrto Alegre, assim se expressava o Presidente Getúlio Vargas sôbre o perigo que nos ameaçaria o desequilíbrio das fôrças da economia nacional:

"O crescimento de nossas cidades tem-se intensificado à medida que se desenvolvem nossas indústrias. Essa evolução encerra, de par com seus benefícios, perigos contra os quais nos devemos acontelar em tempo, refreando o urbanismo excessivo que despovôa os campos e enfraquece a agricultura".

E acrescentava ainda:

"Precisamos considerar que, em países como o nosso, a prosperidade da indústria depende diretamente do rendimento das atividades rurais, pois que a maior ou menor capacidade de absorção do mercado interno, para os produtos industriais, resulta dos recursos auferidos na exploração do solo".

Não considero que só na fase industrial intensiva os povos possam alcançar o desejado enriquecimento e bem estar. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido de sua civilização. E' um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. A agricultura, a pecuária, a mineração, representam fôrças valiosas que, conduzidas com segurança, são capazes de proporcionar elementos de riqueza, constituindo as bases seguras da industrialização. Conquanto que promovamos a **industrialização** de modo equilibrado, de mãos dadas com outras atividades, sem nos esquecermos de contar, acima de tudo, com o mercado interno, que é a mais sólida garantia do progresso nacional.

O fortalecimento do mercado interno, com entrelaçamento das diversas zonas produtoras, constituirá a verdadeira segurança da unidade nacional.

Na grande massa da população que vive no interior do país, de baixa capacidade aquisitiva, vivendo no desconforto, é onde reside nosso mais grave problema sociológico e econômico.

Feito o confronto desconcertante do nível de vida entre os habitantes da cidade e da população campensina se nos depara a gravidade de uma intensa **industrialização**.

Faz-se preciso, estudar atentamente o complexo de causas econômicas, financeiras e sociais que recaem sôbre a agricultura brasileira, estudo que se terá de realizar nas próprias zonas produtoras.

Prevalece, em vastas extensões do território nacional, o primitivismo dos métodos de exploração das riquezas naturais, mesmo no das de simples extrativismo. Nelas se terá de aplicar métodos econômicos, agrícolas e industriais adequados, de modo a se criarem valores econômicos e humanos, e, portanto, civilisação. O potencial de riquezas, adormecidas ou mal exploradas, exigirá **programa definitivo e sistemático**, em que o fator industrial terá papel estabilizador de indubitavel valia econômica e social. Só assim, poderemos incorporar à economia nacional extensas regiões abandonadas ou mal exploradas. Defrontamo-nos, no momento, com problemas complexos de ordem econômica e financeira, que se entrelaçam e constituem o reflexo da própria guerra.

Diz-se que o Brasil sofre de crise de produção. E' essa uma afirmativa que não deve ser levada à conta da incapacidade do nosso povo para produzir. Já tem demonstrado o contrário, em várias oportunidades, sempre **que não falte a remuneração ao trabalho do agricultor ou criador**.

Com a guerra, ficaram evidenciadas graves falhas no abastecimento do mercado interno, por falta de meios de transporte, e que só poderão ser vencidas criando-se **zonas abastecedoras em derredor dos grandes centros populosos**, com a sub-divisão da propriedade territorial e o auxílio do crédito agrícola, de modo a favorecer a policultura.

Como nos foi revelado pelo Sr. Ministro da Agricultura Apolônio Sales em sua conferência sôbre sua recente viagem aos Estados Unidos:

"O preço dos produtos agrícolas na América não é preço de miséria. E' a justa paga a que não falta muitas vezes o subsídio direto do Govêrno, quando o aumento das cotações viesse redundar em redução do consumo, por incapacidade aquisitiva dos consumidores ou pela concurrência leal de outros produtores".

E está fóra de dúvida que temos de colocar nossa agricultura e nossa pecuária em bases mais estáveis e que temos de oferecer maior compensação econômica ao agricultor e ao criador. E' o Brasil o país detentor da maior área livre nas regiões tropical e subtropical, necessitando organizar-se para enfrentar a concurrência de outras regiões onde o trabalho é mais barato e a colocação da produção está garantida pelas metrópoles.

Na hora presente, a **politica agrária** está a exigir a atenção vigilante dos brasileiros por seus reflexos sensíveis na ordem social.

A produção agrícola experimentou profunda modificação nos últimos anos, em consequência das condições criadas pelos meios de transporte, aproximando os povos e só podendo vencer na concurrência aqueles melhor organizados **técnica e economicamente**. Causas múltiplas entorpecem essa produção entre nós, podendo-se destacar: a falta de experimentação agronômica em maior escala; do ensino profissional agricola, ainda mal difundido; do crédito agrícola, precisando ser melhor ajustado às condições do meio rural; do cooperativismo, que só nos últimos anos se tem desenvolvido; do aperfeiçoamento da padronização agro-pecuária; do estudo pedológico dos nossos solos; da adubação orgânica e química; da necessidade da mais rápida substituição do trabalho manual pelo mecânico elevando-se a capacidade per-capital do trabalhador rural; do aperfeiçoamento dos métodos de beneficiamento e conservação dos produtos agro-pecuários; do desenvolvimento da tecnologia agrícola aplicada; da irrigação; do reflorestamento; da defesa sanitária vegetal; da estatística agrícola em moldes seguros; do aperfeiçoamento e da defesa dos rebanhos; enfim, falta-nos ainda um aparelhamento que, **ajustado às realidades das várias regiões**, garanta a prosperidade econômica do país.

E' à agricultura que cabe resolver o problema do **pauperismo** de que tanto se começa a falar entre nós, ela, por êsse motivo, em todos os tempos, foi a preocupação máxima para a humanidade.

Historiando a presença da fome no mundo, Semjenow mostrou que ela só tem ocorrido onde a classe rural vive mergulhada na ignorância. Enquanto os povos primitivos atribuiam à causas supersticiosas os males que lhes advinham da pobreza das colheitas, os povos cultos, graças à ciência, encontram na técnica agronômica o meio de alcançar a abundância e a prosperidade. **Foi o milagre das escolas agronômicas.**

A profecia feita por Malthus de fome na Europa não se realizou graças a Liebig, grande gênio da ciência, que tornou possível a adubação mineral; como mais tarde com Mendel tivemos o conhecimento das leis da hereditariedade, que deu origem à genética, a ciência maravilhosa que nos veio facultar seguros melhoramentos das plantas e dos animais.

Coube a **ciência**, por conseguinte, proporcionar meios de, sem se destruir a **fertilidade das terras**, conseguir o abastecimento das populações em crescimento e garantidas contra a fome, também ocorre nos paises novos, onde a ciência torna possível resolverem-se os problemas de produção vegetal e animal.

As variedades de plantas, com as espécies animais, são creadas de acôrdo com o clima e o sólo das regiões, obtendo-se notáveis transformações econômicas da agricultura em qualquer região.

Sem a **ciência aplicada**, não se poderão assegurar essas transformações.

Ao profissional em agronomia estão reservados tais estudos técnicos, traçando as diretrizes que ao Govêrno competirá realizar, única fórmula de se garantir ao Brasil o fortalecimento de suas fôrças de produção agro-pecuária.

E' nessa produção que encontraremos os alimentos para acudir ás populações, robustecendo a nacionalidade.

A frase de Napoleão **"os exércitos marcham sôbre estômagos"** poderá ser extendida as nações.

As determinações básicas para o conhecimento das exigências do organismo humano nos conduzem às cifras de calorias como denominador comum.

Escapam-nos elementos para dizer quantas calorias consome o homem brasileiro nos vários ramos de atividade.

A Liga das Nações fixou, e a grande maioria dos especialistas concorda com essa taxa, que um trabalhador adulto necessita, por dia, de 3.000 calorias, fornecidas por uma alimentação que contenha 1/3 de alimentos de origem animal.

Os estudos de Owne, realizados na Universidade de Oxford, conduzem-nos a considerar a proteina em primeiro lugar, que deverá ser fornecida pelo trigo e pela carne.

Merece que aqui deixemos registado o que se contem no excelente trabalho intitulado "Aspectos da Produção de Origem Animal", recentemente aparecido, do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

> "O consumo de carne no Brasil é muito baixo, não obstante a noção corrente de que, em certas regiões do país, "só se come carne", noção derivada da impressão de quem, perlongando as estradas do Nordeste, ou vias fluviais do extremo Norte e mesmo certas zonas dos Estados de Leste e do Centro-Oeste, nota a preponderância dêsses elementos nas mesas dos hotéis e das famílias abastadas, tão pródigas, sempre, de uma hospitalidade generosa e acolhedora. Mas o viajante que se detiver em observar os hábitos alimentares das classes menos providas de recursos, verá como as proteinas cedem lugar aos hidrocarbonados, entre os quais se destacam a rapadura e a farinha de mandioca".

E chega à seguinte conclusão:

> "Distribuida a produção retida em território nacional, somada ao que foi importado, por toda a população do país, a quota de cada habitante não chegará a ficar acrescida de 10 grs. diárias".

Ora, sabendo-se que essa taxa deve ser de 200 grs., segundo os higienistas, pode-se concluir pela extrema precariedade alimentar nesse artigo fundamental à vida do homem brasileiro. O consumo indispensável diário de leite *per capita* está calculado em 900 grs. a 1000 grs., base essa que excede, de muito, o consumo nos centros urbanos e rurais do país, onde escasseia ou falta de modo absoluto. E o que acontece com a carne e o leite, também ocorre com os ovos, as hortaliças e as frutas. Em face da mortalidade infantil e da media da duração da vida humana, os fisiologistas brasileiros vem demonstrando **"que o problema do homem no Brasil é o da alimentação, ou seja, das suas condições de vida"**. E sem alimentação escapa ao homem energia para o trabalho e defesa contra a doença.

Estamos evidentemente diante de um capítulo de elevação do nível de vida humana, o qual só póde ser alcançado melhorando os nossos métodos de trabalho, que não obedecem à técnica moderna.

Convem que fiquem ligeiramente abordados alguns aspectos da nossa indústria animal. Verifica-se por exemplo, ser muito irregular a distribuição do rebanho bovino pelo território nacional, base fundamental do suprimento de alimentos ao povo; além disso, o rendimento desse rebanho, — é extremamente baixo, apezar da proclamada uberdade do nosso sólo.

Em 1943 foram abatidas no Brasil ..... 11.397.409 cabeças de gado das diversas espécies. Dêste total referem-se aos bovinos 4.591.016 ou seja pouco mais de 40%; aos suinos 4.523.034 ou cêrca de 40%; aos ovinos 1.258.480 ou 11%; e aos caprinos 1.021.879 ou 9%. O total de 4.591.016 bovinos está representado por 3.093.666 bois, 1.280.350 vacas e 217.000 vitelas.

Existem em todo o país 18 frigoríficos, estando 6 localizados em São Paulo, 6 no Rio Grande do Sul, 2 no Estado do Rio, 2 em Minas Gerais, 1 no Paraná e 1 em Santa Catarina. O número de charqueadas é superior a 70 situados no Rio Grande do Sul (maior produtor), em Minas Gerais (segundo produtor), em Goiás, em Santa Catarina, em Mato Grosso, em São Paulo, no Paraná, no Estado do Rio, no Espírito Santo, na Bahia e no Pará.

Tem-se a acrescentar à contribuição da pecuária para a riqueza nacional vários outros produtos e sub-produtos.

Não é o Brasil grande produtor de laticinios e a quantidade de seus produtos poderia satisfazer a todas as nossas necessidades.

Si se tomar, por exemplo, por base, o índice de rendimento, por cabeça de bovino, na zona Sudeste (de 185,4 quilos), si o compararmos com o Norte, acharemos uma diferença de 41,1 quilos; com o Nordeste, de 46,9 e, com o Centro de 45,2. Essa diferença seria muito maior si a comparação se fizesse com o gado da região Sul.

Calculada em relação aos rebanhos, respectivamente do Norte, Nordeste e Centro, chegariamos à apuração de centenas de milhares de toneladas de carne não produzidas que, com os preços atuais, representam tremendo desperdício para a economia nacional.

Apregoa-se dispor o Brasil de um dos maiores rebanhos do mundo, figurando no quarto lugar como produtor de bovinos, no terceiro como de suinos e no nono, como de caprinos. Esses dados são estimativos.

E' inegavel que, graças à assistência dos poderes públicos e uma valiosa colaboração da iniciativa particular, já temos, nos últimos tempos, conseguido realizar progressos zootécnicos dignos de relevo; não é menos verdade, também, que muitíssimo temos por executar dentro do nosso complexo mesológico, impondo-se a delimitação das zonas criadoras para as espécies e raças de animais.

Somos, é exato, país exportador de carne e seus sub-produtos. Essa exportação surgiu na primeira guerra mundial por influência do "trust" internacional de carnes. Fôra preferivel que essa contribuição se destinasse antes ao abastecimento do mercado interno, si para tanto dispuzessemos de equipamento.

Consideram os conhecedores do assunto que, essa exportação não deveria exceder de 70 mil toneladas; elevou-se no entanto, para 92 mil em 1939; 158,5 mil em 1940; 2 mil em 1941 e 135, mil em 1942.

Como sintoma alarmante para os anos próximos; vimos surgir a orientação adotada — o alargamento da exportação de carne em conserva, sendo abatidas 511.193 vacas em 1940; 1.177.634 em 1941 e, finalmente, ... 1.493.794 em 1942.

Os problemas de indústria animal, tanto os zootécnicos, como os de defesa sanitária e de industrialização propriamente dita, têm de estar sujeitos à nossa permanente atenção, por envolverem setores dos mais importantes da economia nacional e se ligarem a interesses vitais de milhões de brasileiros.

Está patente que o Brasil, por exigência própria e da humanidade, precisa tornar-se grande reservatório de carne e de produtos animais. A população humana cresce em desproporção com as reservas de gado, o que se acentuará de modo alarmante depois da guerra atual dada a destruição dos rebanhos europeus e a exploração intensiva dos paises abastecedores dos exércitos em luta.

A pecuária nacional é objeto de desvelo administrativo em nosso país; a obra que temos de realizar em seu benefício e, no entanto, imensa, condicionado o melhoramento dos animais, à transformações econômicas e científicas, que o criador por si só não poderá conhecer nem aplicar na formação dos tipos de animais por depender das condições do ambiente físico e, principalmente, da riqueza do solo e, também, ainda, da aplicação da genética.

"A zootécnica — na opinião do saudoso profissional Paulo de Lima Corrêa — tem no emprêgo dos bons reprodutores e nos cuidados de uma alimentação equilibrada, os dois fatores essenciais do bom êxito da criação dos animais domésticos.

A agricultura, meus senhores, prende-se à vida do homem por condição biológica; onde estiola ou é mal orientada tecnicamente, sobrevem a indigência. Tudo floresce onde floresce a agricultura — disse Sully. E' ela que nos fornece o alimento, o vestuário e o próprio teto. Não depende, portanto, a população de um país do número de homens que pode conter, mas sim do que pode nutrir.

Questão palpitante e digna da mais elevada atenção dos nossos governantes e dos profissionais de agronomia é a prática da lei da restituição, fazendo voltar à terra o que dela é extraido pelas colheitas e pelos rebanhos. A nossa produção agrícola e pecuária retira do sólo pátrio, anualmente, milhões de toneladas de azoto, ácido fosfórico, potássio e cálcio; cuja restituição é mínima. Assistimos, assim à queda dos valores das terras brasileiras com a derribada incessante das matas virgens, o exodo das populações rurais, o deslocamento das plantações da proximidade das vias de transporte e comunicação, creando um problema social econômico de graves consequências para o futuro do Brasil.

E' a agricultura nomade a que se refere com sagacidade Roy Nash, praticada nas regiões tropicais e sub-tropicais de preferência, consistindo em retirar-se duas ou três colheitas e indo abater a floresta mais adiante. Esse é o processo da India, da Africa e, diz êle, do Brasil.

Sabeis que a verdadeira agricultura é aquela que cuida de ajustar as plantas e os animais aos recursos do terreno, sem exaurir-lhe a fertilidade. A fertilidade do solo é formada de multas variantes (propriedades mecânica-fisicas, químicas, biológicas) assentadas em condições geológicas e climatológicas, constituindo objeto de um dos setores mais importantes da agronomia, que é o estudo científico dos solos. Os grandes progressos dessa ciência permitem, ao lado de outros conhecimentos agronômicos, elevar os rendimentos culturais e a produção dos rebanhos, sem a queda da fertilidade do sólo. A economia intervirá ainda ajustando os fatores da produção para conseguir-se produzir com

o mínimo de despesas e o máximo de rendimento, sendo êsse o lema da agricultura nacional como o é a da indústria.

O solo só começa verdadeiramente a se formar quando no seio das partículas desintegradas das rochas, que formam o seu **substratum**, aparece a vida produtora da matéria orgânica. Essa matéria orgânica se acumula progressivamente, graças aos resíduos dos vegetais inferiores.

Deveis ter presente na vossa atividade profissional, que dentre os fatores que influem para a fertilidade do nosso sólo, nenhum se sobreleva à abundância e à natureza da matéria orgânica ou **humus**. Sem êle, mesmo que recorramos à adubação química ou mineral, chegaremos, à decadência da produção não sendo outro o motivo de se acusar o adubo químico de "estragar a terra". O emprêgo conciente dos adubos químicos, de que necessitamos imperiosamente dependerá de orientação a ser dada pelas estações experimentais.

"O humus" — no dizer de Walksman, microbiologista da Estação Experimental de New-Jersey — "é uma dádiva da natureza para servir de celeiro permanente da humanidade, do qual ela póde utilizar-se para suas culturas intermináveis".

Mesmo sem se levar em conta a erosão, em cinquenta anos um sólo póde perder mais de metade de sua fertilidade total.

E' o **humus** o elemento vivificador do sólo, podendo-se considerá-lo como o grande elemento fertilizante.

Sem o aproveitamento, nas propriedades rurais, dos resíduos das colheitas e de beneficiamento; sem o emprêgo do estrume de curral, devidamente preparado em estrumeiras; sem o uso da adubação verde; sem a utilização do "composto" de fórma generalizada; estaremos sem as fontes mantenedoras do humus e condenando as terras de cultura à esterilidade, ficando comprometido todo o sistema de produção agrícola do país.

E' passageira a fertilidade de nossas terras de floresta; nas acidentadas, como é a maioria, a erosão virá concorrer ainda para destruir mais rapidamente essa fertilidade.

Aos agrônomos compete ter presente o papel de substituir a cultura vampiro, isto é, aquela que rouba a fertilidade do sólo sem a sua restituição, que está transformando as nossas terras em desertos. Para tanto, será preciso associar a criação à agricultura pondo-se em prática medidas que importem no aproveitamento dos fertilizantes de fazenda, evitando a perda de toda matéria orgânica.

Si os ensinamentos de Dafert, o notavel Diretor do Instituto Agronômico de Campinas, dados a mais de cinquenta anos, tivessem sido seguidos, a cafeicultura paulista não estaria hoje ameaçada de ruina, nem as plantações se teriam deslocado num **rush** de destruição das florestas. Que aconselhava êle? Que se aumentasse o número de gado nas fazendas; que se modificasse seu tratamento para a completa utilidade do estrume; que se iniciasse o emprêgo do "composto"; que se fizesse, com regularidade, a estrumação do cafeeiro durante seu crescimento.

Isso não quer dizer que a adubação química deva ser posta à margem. Deverá estar sempre associada ao emprêgo da adubação orgânica. E' êsse, no meu conceito, a verdadeira orientação que devemos seguir na defesa da fertilidade do nosso sólo agrícola. Competirá às estações experimentais o papel de alta relevância orientando nossos agricultores na aplicação de fórmulas econômicas de adubação, considerando o sólo, a planta e o clima das regiões produtivas.

As grandes migrações de povos se fazem das terras improdutivas para as consideradas férteis, toda vez que a **lei da restituição** não é convenientemente aplicada.

A fertilidade das terras tropicais está sujeita a um conjunto de fatores que ainda não conhecemos. E' êsse um campo imenso que compete à pesquiza agronômica entre nós.

Graças à química agrícola e à descoberta das jazidas minerais, a indústria de adubos passou a assumir importância decisiva para garantir a prosperidade das explorações agropecuárias.

Continuar praticando exploração depredatória da fertilidade do sólo, será destruir o nosso valioso patrimônio nacional.

O regime da agricultura nômade à custa da terra virgem reserva-nos dias sombrios no futuro, pelo aumento demográfico do país. Aos agrônomos compete defender a riqueza do sólo pátrio, que se empobrece rapidamente. E' ameaça grave à produção vegetal e animal do país, e, por conseguinte, às fontes básicas do fortalecimento da nacionalidade.

Finalmente, carecemos fixar o problema da educação rural com o olhar atento e vigilante no futuro do país. Falta-nos de modo

alarmante, a instrução profissional agrícola generalizada, com base bôa em lei orgânica, que seja capaz de atender às realidades brasileiras, condição indispensavel para que possamos erguer o nível de vida das populações campesinas. O que se passa no terreno econômico entre nós faz prever os dados dos problemas por vindouros, com as adaptações de após guerra.

Está reconhecido pelas conferências internacionais que a produção de gêneros alimentícios e de matérias-primas representa a mais básica e a mais difundida indústria universal, dela dependendo a prosperidade mundial e a elevação do mais alto nível de trabalho e bem estar. Acentua-se ainda que, a produção dêsses artigos, deva ser estimulada nas áreas de mais baixo custo, devendo-se ainda suprimir todas as barreiras à livre movimentação internacional.

A pequena evolução do ensino agrícola, no regimen republicano, serve para demonstrar que nos falta uma lei orgânica, pois, o decreto n.° 8.319, de 20 de outubro de 1910, cuja vigência foi de pequena duração para produzir todos seus resultados, não teve, até hoje, outra que a substituisse. E' evidente que não poderemos ficar limitados às poucas escolas atuais, com número limitadíssimo de alunos; teremos de agir com rapidez, levando os ensinamentos às massas da população que habita os campos, dando-lhe meios mais eficientes de trabalho e instrução para a defesa do solo brasileiro.

Verifica-se, além disso, o contraste, cada vez mais acentuado, entre a difusão do ensino industrial e do agrícola, como ainda agora acontece com a magnifica criação pelo govêrno, em normas amplas, e de grande elasticidade, contando com fartos recursos financeiros, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, sob a vigilância do Ministério da Educação.

E' essa uma orientação sadia e altamente louvavel de adestramento do operariado industrial, faltando, no entanto, a medida correspondente em relação aos melhoramentos do nível de vida dos que mourejam na agricultura.

O futuro do Brasil dependerá, certamente, da formação de cientistas e técnicos em todos os setores profissionais. Em relação à agronomia, à veterinária e às indústrias que lhe são conexas, pela ausência acentuada dessa cultura profissional e especializada, imenso será o caminho a percorrer.

Basta referir que possuimos pouco mais de três mil agrônomos e cêrca de mil e duzentos veterinários para acudir a todas as exigências da moderna técnica aplicada no melhoramento da produção agro-pecuária.

A organização do Centro Nacional de Ensino e Pesquizas Agronômicas, nas proximidades da Capital, será verdadeiro monumento a atestar a ação patriótica do atual govêrno em favor da economia agrícola do país.

Tem sido, até aquí, altamente meritória, a ação desenvolvida pelo Ministério da Agricultura em favor da educação rural, contando para êsse fim com o concurso de algumas administrações estaduais. Entretanto, faz-se mister intensificar, ao mais alto gráu os métodos de aperfeiçoamento das explorações agrícolas e pastoris, formando, nos municípios, núcleos que congreguem as entidades de classe, para estruturar o ruralismo, transformando-o em fôrça dinâmica para defesa dos mais altos interêsses do país.

A desunião em que vive a classe rural dificulta a possibilidade de rumos convergentes, perdendo-se, em grande parte, os efeitos da ação do poder-público.

Possuimos apenas cêrca de dois milhões de propriedades agrícolas e, dessas, 46%, conforme dados apurados pelo govêrno em 1939, por sus resultados deficientes, estão exigindo assistência técnica.

E' esse um imenso patrimônio que precisa ser amparado para nossa defesa, na grande batalha econômica que nos envolve e tende a se agravar no após-guerra.

Verificais, assim, ser vasto o campo aberto pela vida rural, às investigações sociais, econômicas, técnicas e científicas. Falta-nos no entanto, o elemento humano, isto é, o número suficiente de técnicos e especialistas, para levar a cabo, com a intensidade necessária, a verdadeira cruzada de reforma agrária exigida pela situação nacional.

Não só não vemos a mocidade a acorrer às escolas profissionais de agronomia e veterinária, como por vezes, assistimos sair bons elementos da vida rural para outras atividades urbanas. Temos que aplicar os meios para que se opere reação em sentido contrário. As regalias profissionais concedidas não produziram todos os resultados esperados. Sugerimos, por antecipação, além de outras providências, a de se concederem lotes de terreno aos diplómados em agronomia e veterinária, regulando-se essa concessão mediante a cláusula principal da inalienabilidade.

Sociedade Nacional de Agricultura

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA REALIZADA A 25 DE JANEIRO DE 1945

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 1945, às 17 horas, no salão de sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, provisoriamente instalada no prédio à Av. Rio Branco n. 277, presentes os senhores associados constantes do livro de presença, realizou-se a assembléia geral ordinária de sócios da mesma Sociedade, para discussão e votação do relatório do biênio 1943-1944, do parecer da comissão de contas e eleição da nova Diretoria e Conselho Superior para o biênio 1945-1946. O Sr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade, abre os trabalhos e pede que a Casa de acôrdo com os Estatutos indique um presidente para a assembléia. O Sr. Alberto Ravache indica o Sr. Carlos de Souza Duarte, que a assembléia aclama com uma prolongada salva de palmas. Assumindo a presidência, o Sr. Carlos de Souza Duarte convida para secretários os Srs. Geraldo Goulart da Silveira e Alberto Ravache. O Sr. Presidente manda proceder à leitura da ata da sessão anterior e o Sr. Cinéas de Lima Guimarães propõe que, para se ganhar tempo, dada a extensão da ordem do dia, se dê a mesma como lida e aprovada. Submetida a discussão e votação a proposta, é a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, é dada a palavra ao Sr. Arthur Torres Filho que, como Presidente, procede à leitura do relatório da diretoria que terminara o seu mandato. Esse relatório vem publicado na sua íntegra no presente número da "A LAVOURA", boletim oficial da Sociedade. Terminada, sob palmas prolongadas, a leitura do relatório, o Sr. Ismael Cordovil propõe um voto de louvor à diretoria pelos auspiciosos resultados apresentados, e de agradecimentos pelos grandes esforços desenvolvidos em pról da instituição. Em seguida, o Sr. Presidente anuncia a leitura, pelo secretário Sr. Geraldo Goulart da Silveira, do parecer da comissão de contas, o qual está assim redigido:

A Comissão nomeada pela Diretoria para examinar as contas da Sociedade Nacional de Agricultura, depois do exame do livro Caixa e mais documentos, relativos aos exercicios de 1943-1944, achando tudo em perfeita ordem, é de parecer que sejam aprovadas.

Outrossim, tomou conhecimento da aplicação da verba de cincoenta mil cruzeiros, correspondente à indenização re-

---

Ninguém melhor do que êsses profissionais estarão aptos a explorar convenientemente a terra, dando exemplo dos conhecimentos adquiridos e concorrendo para sua divulgação.

A contribuição por êles prestada, que o grande público não pode avaliar, já se expressa por inestimáveis resultados para a riqueza do país na defesa e melhoramento da produção agrícola como na da nossa pecuária. Por sua utilidade imediata deve merecer cuidados especiais por parte do govêrno.

Não deverá nunca o Brasil ser um povo pobre em país rico. Para que tal não aconteça a terra precisará produzir, mas produzir economicamente e sem perda de sua fertilidade. O Brasil está sendo chamado a colocar-se entre as nações mais fortes e consideradas do mundo. Precisa contar com a dedicação e o entusiasmo de sua valorosa mocidade.

Mereceis, meus caros colegas, todos os louvores nesta hora augusta em que recebeis a carta profissional que vos habilitará a concorrer para a vitória do Brasil no campo da produção, servindo à humanidade.

A mobilização dos campos é bem um imperativo na hora decisiva que atravessamos.

Não vos arreceieis das dificuldades, elas servirão para exaltar ainda mais o valor da vossa ação. Ao partirdes para a vida, escolhei bem o objetivo e não varieis como o vento nos soltos de cada hora.

Trabalhai! O trabalho bem conduzido afasta três males: o tédio, o vício e a necessidade.

Confiam plenamente vossos mestres na vossa dedicação à carreira abraçada, e tudo esperam do vosso esfôrço e da vossa fé nos destinos imortais da nossa Pátria. — Sêde felizes!

cebida da Companhia de Seguros Previdente, quando do incêndio que destruiu, a 9 de julho de 1943, a séde social.

Também os documentos referentes à venda de uma área no Horto da Penha, à compra de uma outra ao Domínio da União e, por fim, a venda desta área, estão de perfeito acôrdo com as respectivas quantias devidamente escrituradas e levadas a depósito no Banco do Brasil. Tomou a comissão conhecimento da desapropriação levada a efeito pela Prefeitura sobre uma faixa do Horto da Penha, para por aí passar a Avenida Brasil, também devidamente escriturada.

Muito facilitaram os trabalhos da comissão os levantamentos parciais das diversas contas, realizados pela secção de contabilidade da Sociedade, cujos quadros a Comissão propõe sejam incluidos no relatório da Sociedade, como documentos dos mais esclarecedores.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1944.

Submetido a votos o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente anuncia, então, que vai suspender por alguns instantes a sessão, afim de ser organizada a mesa para as eleições, e de que os senhores sócios se munam de cédulas, ou organizem as suas chapas. O Sr. José Aristobulo de Castro Filgueira pede a palavra para propor que, de acôrdo com os Estatutos se faça a votação por aclamação da seguinte diretoria geral, diretoria técnica e conselho superior: (lê)

DIRETORIA GERAL

Presidente — Arthur Torres Filho; 1.º Vice-Presidente — Luiz Simões Lopes; 2.º Vice-Presidente — Edgard Teixeira Leite; 3.º Vice-Presidente — Mario de Oliveira; 1.º Secretário — Antonio de Arruda Câmara; 2.º Secretário — Adamastor Lima; 3.º Secretário — Enrico Santos; 4.º Secretário — Cinéas de Lima Guimarães; 1.º Tesoureiro — Kurt Repsold; 2.º Tesoureiro — Domingos de Faria.

DIRETORIA TÉCNICA

Fabio Furtado Luz, Franklin de Almeida, Frederico Murtinho Braga, Hilario Luiz Leitão, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José Sampaio Fernandes, Luiz de Oliveira Mendes, Luiz Gonçalves Vieira, Otto Frensel, Virginio Werneck Campelo.

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Altino de Azevedo Sodré, Alvaro Simões Lopes, Antonio Barreto, Antonio F. Magarinos Torres, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Ben-Hur Ferreira Raposo, Carlos de Souza Duarte, Dioclécio Duarte, Diogenes Caldas, Euvaldo Lodi, Eduardo Duvivier, Fernando Costa, Francisco Saturnino de Brito Filho, Gastão de Faria, Guilherme Weinschenck, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Itagiba Barçante, Ismael Cordovil, Jeronimo Antonio Coimbra, João Batista de Castro, João Mauricio de Medeiros, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Monteiro Ribeiro Junqueira, José Solano Carneiro da Cunha, João Tjader, Julio Vieira de Almeida, Landulpho Alves de Almeida, Mario Augusto Teixeira Freitas, Mario Villhena, Napoleão de Alencastro Guimarães, Newton de Castro Beleza, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bitencourt, Rubens Farrula, Rui Carneiro, Raimundo Fernandes e Silva, Sebastião Herculano de Matos.

O Sr. Presidente submete a votos, primeiro, a preliminar, isto é, a aceitação, ou não, da eleição por aclamação. Essa proposta é aprovada. Em seguida, é submetida à Casa a chapa, cujos nomes foram lidos, e a mesma é aclamada sob prolongada salva de palmas. O Sr. Presidente declara, então, eleitos e empossados os diretores e conselheiros da mesma constantes, e convida os membros da Diretoria Geral eleitos para tomarem os seus lugares à mesa. (Tomaram lugar à mesa, dentre outros, os Srs. Arthur Torres Filho, Luiz Simões Lopes,, Mario de Oliveira, Edgard Teixeira Leite, Arruda Câmara). O Sr. Torres Filho pronuncia então um discurso, agradecendo a confiança de seus consócios e promete que tudo fará paar elevar, cada vez mais, o nome da Sociedade. O Sr. Arruda Câmara pede a palavra pará ler a seguinte proposta:

"Considerando que um dos pontos do programa com que esta Sociedade, há

cêrca de cincoenta anos, se apresentou ao país, foi o de congregar a classe rural;

Considerando que, durante êsse largo período, não tem sofrido qualquer solução de continuidade o trabalho em pról desse elevado objetivo;

Considerando que, passados tantos anos é já muito auspiciosa a situação do espírito associativo no Brasil, representado através de mais de quatro centenas de associações rurais espalhadas no território nacional;

Considerando que S. Excia. o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Apolonio de Sales, sempre demonstrou um grande interêsse pelo trabalho das ditas associações, prestigiando-as e, assim, incentivando-as no seu trabalho de cooperação e animando a fundação de novas;

Considerando, além disso que S. Excia., ainda recentemente, prestigiou no seio do govêrno o salutar empenho de se dar às associações rurais do Brasil condições de seguro desenvolvimento e meios de ação em benefício da classe e da economia nacional;
PROPOMOS:

Que se manifeste a Sua Excelência o Senhor Ministro Apolônio de Sales êste sentimento da Sociedade Nacional de Agricultura, com os votos, que ora são feitos, para que sejam redobrados os esforços tendentes a dotar o meio rural brasileiro de uma legislação especial relativa às suas associações de classe.

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1945.

a) *Antonio de Arruda Câmara*".

O Sr. Luiz Simões Lopes pede permissão para propor que a essa proposta seja aprovada por aclamação, o que é logo atendido pela Casa, que entusiasticamente aplaude as suas palavras. O Sr. Mário de Oliveira a seguir pede a palavra e lê a seguinte indicação:

PROPOSTA

Considerando que esta Sociedade já promoveu nesta Capital a realização de três congressos nacionais de agricultura e pecuária, respectivamente em 1901, 1908 e 1922;

Considerando que os três certames citados foram da maior utilidade para a agricultura e a criação nacionais, não sòmente pela oportunidade que foram levados a efeito mas, sobretudo, pelo vulto de seus trabalhos e acêrto de suas conclusões;

Considerando que o atual momento é propicio à realização do 4.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, e que a Sociedade Nacional de Agricultura poderá levá-lo a efeito com a habitual proficiência, valendo-se para tanto dos seus próprios meios e dos que, em tais ocasiões, lhe são postos à disposição;

Considerando, finalmente, que a voz da agricultura deve ser ouvida num momento, como êste, quando todas as atividades se manifestam através de congressos e conferências, visando, além do bem de cada classe o supremo bem nacional,

Propomos:

1) Que a Sociedade Nacional de Agricultura promova com os meios ao seu alcance a realização, dentro de menor prazo possivel, no Rio de Janeiro, de um Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, que seria o quarto da série;

2) Que, para a articulação de todos os meios e elementos a serem utilizados com esse fim, fique constituida uma comissão promotora, composta dos seguintes nomes: Eduardo Duvivier, Teixeira Leite, Luiz Simões Lopes, Arruda Câmara, Torres Filho, Landulfo Alves, Hilário Leitão, João Mauricio de Medeiros e Napoleão de Alencastro Guimarães;

3) Organizados os planos do congresso, por esta comissão, promoveria a Diretoria a nomeação da Comissão Organizadora e da Comissão Executiva, para a organização das teses, regulamentos, regimentos, etc.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1945.

a) *Mario de Oliveira*

O Sr. Torres Filho aborda algumas considerações em torno da matéria, que julga merecer todo o apoio da assembléia, e a submete a discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade.

O Sr. Adamastor Lima, membro da Diretoria Geral, apresenta a seguinte proposta:

"Considerando que os atuais Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura em vigor há vinte anos, carecem de uma reforma que forneça a esta Sociedade melhores meios de ação;

Considerando, além disso, que, nesse lapso de tempo, grandes modificações se deram, não só nos trabalhos e serviços desta Casa, como também no meio em que opera a Sociedade;

Considerando que talvez haja conveniência de adaptar a função social da instituição à nova feição que porventura se dê às associações rurais do país;

Considerando, finalmente, que a nova fase que esta Sociedade vem atravessando, de crescimento material com um muito possivel alargamento de suas atribuições futuras;

Propomos:

1) Que a atual diretoria fique autorizada a promover a reforma dos Estatutos nas partes que julgar convenientes, de acôrdo com o art.º 59 dos estatutos vigentes;

2) Que sejam nomeados os srs. Kurt Repsold, tesoureiro, Arruda Câmara, secretário e Luiz Marques Poliano, redator-secretário da Revista "A LAVOURA", para constituirem a comissão encarregada de apresentar o ante-projeto da reforma em vista.

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1945.

a) *Adamastor Lima*

O Sr. Antônio de Arruda Câmara propõe que nesta Comissão seja incluido o nome do Sr. Adamastor Lima, o que foi aprovado. Submetida à votação, pelo senhor Presidente, Arthur Torres Filho, a proposta da reforma dos Estatutos, foi a mesma aprovada por unanimidade. O sr. Geraldo Goulart da Silveira, professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, lê a seguinte moção:

MOÇÃO

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", o unico estabelecimento do país que ministra o ensino especializado da horticultura em seus diferentes ramos, é, sem dúvida, o maior entre os maiores empreendimentos da Sociedade Nacional de Agricultura.

Com o auxilio do Govêrno Federal, vêm a Sociedade Nacional de Agricultura através da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" ministrando o ensino horticola inteiramente gratuito, sob regimen de internato, beneficiando assim, os filhos de lavradores das mais remotas regiões do país.

Em sete anos de atividades ininterruptas, já conferiu 544 diplomas, sendo 452 referentes a cursos temporários e 92 a cursos regulares.

Por tão notáveis conquistas propomos:

a) um voto de agradecimento aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura, DASP, Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, pelo amparo sempre dispensado ao estabelecimento.

b) um voto de grande louvor à Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, pela maneira eficiente e patriótica pela qual vem mantendo tão util educandário, e, em especial, ao seu Diretor Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, com tanto acêrto e abnegação, vem, desde 1937, conduzindo a Escola por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

Rio, 25 de Janeiro de 1945.

a) *Geraldo Goulart da Silveira*

O Sr. Subael Magalhães da Silva, também professor da Escola de Horticultura, faz a leitura de uma outra moção, concebida nos seguintes termos:

MOÇÃO

Da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, um de seus melhores alunos diplomados, o cabo André da Silva Neto, saiu para integrar a gloriosa Força Ex

pedicionária Brasileira que, nos campos de luta da velha Europa, sustenta a soberania brasileira, através de efeitos que honram e elevam os fastos da nossa História.

Esse digno patrício, como tantos outros, colabora de armas na mão, para manter bem alto o nome do Brasil — que êle pretendia servir pacificamente nas árduas tarefas do amanho da terra.

Sejam, senhores, estas palavras um convite a que volvamos o nosso pensamento aqueles bravos. Voltemos por um momento as nossas vistas para o cenário trágico da fria Europa e, nesse soldado do Brasil rendamos a nossa homenagem à valente Força Expedicionária, legítima herdeira das glórias do Exército de Caxias. Em o fazendo, não olvidemos aqueles que já tombaram, regando com o seu sangue generoso a estrada da Vitória, para que por ela também passe o Brasil!

Para êsses, um minuto de silêncio!

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1945.

Terminada a leitura, toda a casa, de pé e em silêncio, reverencia a memória dos patrícios tombados no campo da luta e o Sr. Torres Filho propõe, com aprovação geral, que se dê do fato conhecimento ao Sr. Ministro da Guerra. O Sr. Bertino de Carvalho referindo-se à personalidade do Sr. Ildefonso Simões Lopes, o qual, como disse, aqui estaria conosco se vivo fosse, acompanhando-nos com o seu interesse e dedicação. Por tal motivo, propõe, sendo o aprovado, um voto de profunda saudade, a êsse ilustre brasileiro, que, sobre ser um grande patriota, era, também, um perfeito católico. O Sr. Alberto Ravache, referindo-se ao terreno que acaba de ser concedido pelo governo para a construção da futura séde da Sociedade, sugere que se promova uma campanha financeira com o fim de obter os meios necessários à construção de um grande edifício, ao que responde o Sr. Presidente que, oportunamente, terá muita satisfação em contar com a colaboração do seu consócio nesse sentido.

O Sr. Luiz Simões Lopes pede a palavra e diz: "Meus senhores, não como membro da Diretoria, para a qual acabo de ser eleito, mas como sócio desta Sociedade, apenas, portanto, como membro desta assembléia, peço permissão para, ferindo a modestia do nosso caro Presidente, antes do encerramento desta sessão, fazer uma saudação a êste nosso ilustre e brilhante colega que há longos anos honra de maneira toda particular a classe agronômica do país e enaltece todo aquele que se dedica às atividades agricolas, quer nos gabinetes, nos laboratórios, nos campos ou lavouras. Seria uma injustiça que encerrassemos esta sessão sem trazermos o nosso testemunho de apreço e gratidão a este incansavel batalhador da Sociedade Nacional de Agricultura, que é Arthur Torres Filho. Nos momentos em que todos ou quase todos descriam das possibilidades da nossa Sociedade, nesses momentos difíceis e durante êstes longos anos o tivemos sempre, direta ou indiretamente, à frente dos nossos destinos, quer como vice-presidente da Sociedade, quer, depois, como presidente efetivo. Realmente, a ele a Sociedade deve a sua vitória, que comemoramos hoje com tanta satisfação, e talvez mesmo a sua existência, a sua vida, porque todos nós, que acompanhamos a vida da Sociedade com carinho, sabemos das vicissitudes por que passou, das incompreensões de que foi vitima, por parte até de algumas autoridades, mal-avisadas quanto aos propósitos e serviços desta Casa. Foi exclusivamente pela pertinácia de Arthur Torres Filho, que não descançou um só momento para manter a Sociedade à altura das suas tradições e enaltecer a honorabilidade deste lugar que foi ocupado por homens dos mais eminentes do nosso país, entre os quais citaremos as figuras ilustres de Miguel Calmon, Geminiano Lira Castro e, porque não dizê-lo por falsa modéstia? por meu pai, Ildefonso Simões Lopes. Assim, secundando a proposta de um dos nossos ilustres colegas, que propoz um voto de louvor à Diretoria cujo mandato acaba de se encerrar, eu proporia a esta assembléia geral uma moção particular, um voto todo especial para o nosso prezado e caro Presidente, com o qual eu tenho hoje a suprema satisfação íntima e grande honra de vir colaborar ao seu lado nesta Sociedade. Uma prolongada salva de palmas coroam as palavras do Sr. Luiz Simões Lopes e o Ar. Torres Fi-

Relatorio da Sociedade Nacional de Agricultura em 1944/5

O último periodo administrativo foi marcado para a Sociedade Nacional de Agricultura por alguns fatos de excepcional relevo, sobrelevando dentre êstes o incêndio que ocorreu a 9 de Julho de 1943 no Edificio do Parc Royal, onde a instituição tinha a sua séde provisória.

INCÊNDIO DE 9 DE JULHO:

A noite de 9 de Julho de 1943 assinala um dos maiores incêndios verificados na Capital da República. Com efeito, o edificio da casa Parc Royal, ocupando todo um quarteirão, destinara o seu segundo andar para escritórios. Quando a Sociedade teve de entregar a sua séde à Rua 1.º de Março n.º 15, foi para alí transferida uma grande parte do mobiliário e arquivo, que ocupavam os 3 andares daquele edificio, acomodando-se em 3 salas, até que ficasse definitivamente resolvido o problema da construção ou aquisição de uma séde própria.

Alí permanecemos cêrca de cinco anos.

O sinistro, cujas vastas proporções ainda hoje estão vivas na memória de todos, destruiu de modo o mais completo tanto o arquivo como os móveis e utensilios da Sociedade. Na voragem perdemos uma das mais valiosas bibliotécas especializadas de economia e agricultura, acumulada em quasi meio século. E' de lamentar, além da perda de muitas obras esgotadas, enciclopédias e dicionários, a Flora de Martius, cujo custo vai hoje a muitas dezenas de mil cruzeiros.

O pequeno seguro (50.000 cruzeiros) em que a Sociedade tinha o seu acêrvo, deu apenas para uma instalação modesta na séde provisória onde hoje nos encontramos, no Edificio São Borja, onde aguardaremos a construção da séde própria.

Foi um golpe tremendo. Mas serviu para mostrar a grande vitalidade da instituição, que, já hoje, póde-se considerar resurgida, com a sua ação apenas paralizada por alguns dias. Mostrou, também, o desastre, o grande apreço de que gosam os seus serviços ao país e o conceito em que é tida por todas as classes sociais e pela própria administração pública, tais foram as demonstrações então recebidas.

De tudo quanto existia na séde da Sociedade, poude ser apenas salvo o conteúdo do cofre — o único que resistiu ao imenso braseiro — no qual se encontravam além dos livros principais da escrituração, o registro de sócios, os documentos vitais da Sociedade e algum dinheiro. Com êsse núcleo e a boa vontade de todos tem-nos sido possivel recolocar a Sociedade no seu ritmo de trabalho.

O tempo decorrido, desde aquela noite fatal, nós o empregamos para reconstruir o nosso ambiente de trabalho, afim de prosseguirmos na senda de quasi meio século de serviços à agricultura do Brasil. Pouco mais de dois anos decorreram e nos encontramos instalados, continuando nossos esforços, não só na parte material da instituição, como na sua projeção exterior — pelas iniciativas de que se tornou pioneira, pela propaganda, pela

---

lho agradece. O Sr. Alcides Parizéo de Souza propõe um voto de louvor as duas mesas que presidiram a sessão, pelo acêrto na direção dos trabalhos, e o Sr. Hilário Luiz Leitão propõe, sendo aprovado por unanimidade, que a presente ata seja considerada inteiramente válida, mediante a assinatura do Presidente e Secretários da mesa da assembléia, e a do Sr. Presidente da nova Diretoria. Nada mais havendo a tratar, eu, Geraldo Goulart da Silveira, servindo de secretário, fiz lavrar a presente, que vai assinada de acôrdo com a proposta aprovada. Sala das sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, em 25 de Janeiro de 1945.

Carlos de Souza Duarte
Geraldo Goulart da Silveira
Alberto Ravache
Arthur Torres Filho

animação da vitalidade da classe, pela cooperação com os poderes públicos.

A época que atravessamos leva-nos, até, a descuidar um pouco da nossa própria séde e instalações, e a dedicar o melhor de nossos esforços em benefício da Nação, empenhada numa guerra em que todos os brasileiros têm de participar com a sua cooperação, quer nas fileiras, quer nos campos, e, quer nos gabinetes.

A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE RURAL

Recebemos o golpe da fatalidade como um incentivo para que redobrassemos os nossos esforços, principalmente para congregar a classe rural — ponto de partida de nossa capacidade militar, fonte de suprimentos das indústrias bélicas, nossas e de nossos aliados, manancial de que nos teremos de valer, e cada vez mais, para o nosso próprio suprimento alimentar, como de outros povos, empenhados ou não na pavorosa contenda.

Foi sempre esse um de nossos maiores anelos — o de congregar os milhões de brasileiros que trabalham a terra e os campos. Outros empreendimentos, igualmente dificultosos, foram vencidos pela tenacidade e pela continuidade das administrações desta Casa. Valeria a pena lembrar o caso do álcool-motor, do pão misto, do crédito agrícola, dos congressos e exposições agro-pecuárias, do cooperativismo, da organização da classe agrícola. Muitos dos seus maiores entusiastas, todos necessariamente partidos de nossas fileiras, já não existem. Mas a realidade nos dá ânimo para que não desistamos, porque se todos aqueles problemas foram alcançados, porque o não será êste, justamente numa época em que a idéia de classe é predominante, e que as soluções econômicas implicitamente obrigam a considerar a profissão, como fator preponderante e até indispensavel?

Arregimentar a classe tem sido sempre o nosso objetivo; agora, porém, temos redobrado nossos esforços em tal sentido.

E assim que, em 30 de maio do ano passado, submetemos à apreciação das autoridades federais um projeto de organização da classe rural, tomando-se para ponto de partida as numerosas associações agrícolas existentes em todo o território nacional — muitas delas contando já no seu crédito os mais assinalados serviços à agricultura e pecuária nacionais.

Tal projeto trazia, dentro outras vantagens a de imediatamente, e sem qualquer onus para o govêrno, atender a reiterados propósitos oficiais, preparando ainda o meio rural para uma legislação normal, talvez mais indicada no futuro de organização profissional.

O ilustre titular da pasta do Trabalho, Ministro Marcondes Filho, ouvido a respeito, manifestou-se favorável ao plano, concordando em que, exatamente teria êle o mérito de aplainar o terreno para uma lei sindical futura.

Seria portanto um meio de facilitar êsse trabalho, que se apresenta tão árduo quanto são notórios os óbices próprios do relativo atrazo de nossas populações, no que concerne ao espírito associativo, à dispersão da classe, às dificuldades de que estão livres os profissionais das cidades e dos grandes centros fabris — ainda assim até hoje não de todo integrados nos sistemas profissionais em vigor.

Acresce, no empenho que puzemos em favor da pronta execução dêsse plano, a necessidade da arregimentação — que se nos afigura como um levantamento de um balanço de possibilidades visando a colaboração dos lavradores e criadores com o govêrno no fomento da produção, sem o que muito pouco poderemos conseguir. Com efeito, o plano de desenvolvimento da produção, inspirado nas sérias necessidades do momento, seria a nosso ver, grandemente impulsionado com uma tal organização, mais *econômica que profissional, da maior classe* de trabalhadores do Brasil. Seria a ligação do Ministério da Agricultura com o campo, um necessário meio de contato e um ponto de partida para todas as medidas que, visando desde logo o aumento da produção embasaria as medidas do futuro.

Não será de desprezar, tão pouco, a favoravel repercussão que teria no meio rural. Cêrca de quatro centenas de associações agrícolas já existentes seriam distinguidas com a confiança governamental, e muitas outras se instalariam

sem perda de tempo, constituindo êsse fato um vigoroso movimento de simpatia aos propósitos oficiais de amparo da classe.

Batemos até aqui nessa tecla e continuaremos a mostrar a sua necessidade, sobretudo agora, em que a Nação tem de procurar nos recursos de sua agricultura e criação os suprimentos que não mais pode esperar do comércio importador.

A industrialização, por outro lado, precisa ser embasada numa agricultura organizada. E organizar a agricultura importa, primeiro, organizar os agricultores.

Logo que o Brasil se declarou em guerra contra as potências do Eixo, num largo apelo a todas as administrações e sobretudo encaminhado ás municipalidades, lembramos a conveniência de se organizar em cada municipio, um *comitê* que estudasse as principais necessidades da lavoura, e criação locais, constituindo um ponto de partida de um orgão orientador e propulsor das atividades econômicas da região. Esse projeto é o amadurecimento dessa idéia, que sinceramente reputamos de subido alcance para o momento econômico brasileiro.

A nossa revista, cujo primeiro número veio a lume em Janeiro de 1897, abriu com um artigo preconizado o crédito agricola. Quarenta anos mais tarde vimos o atual govêrno tendo à frente o benemérito Sr. Getulio Vargas, dotar a lavoura dêsse indispensavel elemento de propulsão.

Mas, sem um regime de terra equitativo, capaz de prender o homem à gleba, nada ou muito pouco se conseguirá. Temos em mente as palavras de S. Excia., o Sr. Presidente da República, quando declarou que "povoar e sanear não é tudo. Faz-se mister também prender o homem ao sólo, o que sòmente se consegue transmitindo-lhe o direito de dominio. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa — abrigo da familia — deve possui-la como seu proprietário".

Tivemos ocasião, no Conselho Federal do Comércio Exterior, de estudar um fato concreto de latifúndio na Capital do país e então, de propor ao govêrno medidas de carater local, que poderiam ser aplicadas ás demais regiões do país. A nossa proposta foi aprovada e, por ela, deevria ser organizado o cadastro das propriedades rurais, e oferecida garantias aos que trabalham a terra.

Ao examinar a questão, pude verificar que a venda de terras rurais em prestações, na própria Capital da República, não havia sido ainda objeto de nenhum estudo especial, ficando ao arbitrio das partes contratantes — e isto quer dizer do propritário ou vendedoras obrigações assumidas. No caso focalizado, tratava-se de contratos verbais em que os arrendatários eram despejados sem direito a indenização nem mesmo pelas benfeitorias.

E' essa ainda a situação vigente no país e esperamos que o Govêrno dará ao caso a atenção merecida.

Sem a propriedade da terra não póde haver agricultura. O Latifúndio econômico tem sido um dos maiores males do Brasil e se bem que em grande parte se dava a sua ocurrência à pequena densidade demográfica do país, não é êste evidentemente, o caso dos centros como o Distrito Federal densamente povoados e onde a ação protetora dos govêrnos mais se faz sentir. Deve o atual regime de terras ser responsabilizado em grande parte pela desorganização da produção de gêneros alimenticios, necessários ao consumo das populações das grandes cidades. Êste assunto, de resto, tem sido cuidado por esta Sociedade com um interêsse todo especial sendo de notar o memorial há cêrca de dois anos entregue ao Sr. Prefeito do Distrito Federal, em que focalizavamos, num plano geral, êsse e outros aspectos prementes da questão.

Mas não temos sido apenas teóricos.

As feira-livres nasceram nesta Sociedade como medida de emergência e até que se organizassem ercados e entrepostos de distribuição. O ensino da agricultura, a formação de horticultores, e de conhecedores de diversas especialidades da lavoura e criação, tem sido uma preocupação constante desta Casa, fartamente atestada pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello, de que nos deemos orgulhar.

A questão das terras, entretanto, caminha a passos largos para uma solução satisfatória.

Restará a organização da classe. E isto, com a ajuda de todos os companheiros, estamos certos, conseguiremos também, não só para atender à situação do momento, como para manter sempre alto o nivel da nossa produção, para melhorar o estado de vida do homem do campo, para tornar menos árdua a faina rural — no cenário de um mundo melhor, que se avisinha, com a terminação vitoriosa para as armas aliadas da guerra cruenta que lhe impuzeram as nações agressoras.

A AÇÃO DA SOCIEDADE:

Salvo o pequeno intervalo entre o incêndio e a reinstalação da Sociedade, não sofreram solução de continuidade os seus esforços em pról da Agricultura nacional. Ora atendendo diretamente aos lavradores em seus pedidos de providências, ora sugerindo medidas aos poderes públicos, ora ainda interferindo junto a uns e outros em pról da necessária harmonia entre os que trabalham a terra e os que são responsáveis pela pública administração, póde-se dizer que foi profícua a atividade social no último período administrativo.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÁO BELLO:

Esta dependência da Sociedade, pela sua importância cada vez maior na vida agrícola brasileira, felizmente, nada sofreu com a catástrofe de 9 de Julho. Com a sua administração autônoma, arquivos e dependências inteiramente separados, manteve-se em atividade, sem qualquer interrupção. Dos Relatórios do Diretor, Dr. Antonio de Arruda Câmara, extraimos alguns dados que servem para ilustrar a afirmativa, e também, demonstrar a grande aceitação que o ensino alí ministrado vai tendo nos nossos meios agricolas.

O movimento de matriculas em 1943 e 1944 foi o seguinte:

Em 1943

	alunos
Horticultura	5
Hortelão	24
Floricultura	8
Fruticultura	18
Jardinagem	4
TOTAL	59

Além disso foram matriculados no curso de especialização dois alunos profissionais sendo um agrônomo, em apicultura e um técnico de artes decorativas, em arquitetura de parques e jardins.

Dos 59 alunos matriculados nos cursos permanentes foram submetidos 50 a exame tendo sido aprovados 33.

Durante o ano de 1943 a Escola continuou a prestar sua colaboração à Legião Brasileira de Assistência com a realização dos cursos dé *horticultura* e *indústrias rurais*. E' também de notar a sua colaboração na campanha de produção de hortaliças, produzindo e distribuindo gratuitamente cêrca de setenta mil mudas de hortaliças diversas.

Em 1944:

	alunos
Horticultura	1
Hortelão	27
Fruticultores	26
Jardinagem	3
Floricultor	6
TOTAL	63

Além dêsses, houve 5 alunos ouvintes em vários cursos.

Em colaboração com a Diretoria dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura, foi ministrado o primeiro Curso Avulso de Horticultura.

Esse Curso ficou a cargo de três professores da Escola e de um técnico da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. 14 alunos terminaram êsse Curso.

O minucioso relatàório da Escola, referente ao biênio, e a ser oportunamente publicado, vos dão conta pormenorizada dos trabalhos da Escola, os quais, ao lado de uma louvável regularidade, se revestiu do necessário cunho prático nos seus métodos de ensino.

Continua como Diretor o nosso prezado consórcio Dr. Antonio de Arruda Guerra, 1.º Secretário da Sociedade.

COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE NO ESTADO DE GUERRA:

Além da sua ação doutrinária, através de manifestos e conselhos aos lavradores, visando aumentar a produção e também melhorá-la, fez-se sentir a atua-

ção da Sociedade diretamente, não só com a Legião Brasileira de Assistência, preparando monitores agrícolas, como com a Comissão Interamericana de Produção de Gêneros Alimentícios. Neste caso especialmente, a distribuição de mudas, de instruções e outros trabalhos, tem sido muito proveitosa.

CONSELHO FEDERAL DO COMÉRCIO EXTERIOR:

Desde a sua fundação, tem êsse órgão contado com a colaboração da Sociedade e da Confederação Rural Brasileira, através da sua representação alí, na pessoa do atual Presidente da Sociedade. A sua designação tem sido mantida durante onze anos, seguidamente, pelo Sr. Presidente da República. Numerosas têm sido as indicações, sugestões e propostas apresentadas, dentro do espírito que sempre norteou a Sociedade e a Confederação na sua atividade em pról da Agricultura. Relatando pareceres, sugerindo medidas oportunas, conciliando interêsses, em nenhuma sessão daquele órgão deixou de estar presente a classe agrícola, e com isto o papel da Sociedade tem adquirido uma importância cada vez maior, por colocá-la diretamente entre o produtor e o govêrno, facilitando assim a cooperação e o entendimento. Seria fastidioso enumerar todos os assuntos em que interferiu a delegação da Sociedade, por ser do conhecimento público.

BIBLIOTECA:

Em cêrca de 12.000 volumes, a maioria encadernada, era calculada a antiga Bibliotéca da Sociedade. Ai não estava incluida a Bibliotéca "Wencesláo Bello" doada por êsse antigo Presidente à instituição e que se catalogava à parte. O incêndio a que nos referimos no início deste Relatório, não poupou um único volume, e puzemos mãos à obra para recompor, ou melhor, para organizar uma nova Biblioteca. De alguns sócios, recebemos oferecimentos em dinheiro para aquisição de livros, e está neste caso o Sr. Arthur Vianna, que poz à nossa disposição 1.000 cruzeiros com êsse fim. De outros, recebemos doações em espécie, algumas de excepcional valor. Com esses auxilios, e as doações de repartições públicas federais, estaduais e municipais, dispomos já, decorridos apenas alguns meses, de uma pequena Biblioteca composta de cêrca de 3.000 volumes. E' verdade que ainda lhe faltam certas obras de valor bibliográfico, que com o tempo sómente poderão ser incluidas. Mas as doações continuam e temos esperanças de que voltaremos a uma situação aproximada da antiga.

"A LAVOURA"

O Boletim da Sociedade foi, de todos os serviços, o que mais sofreu com o incêndio. Além de ter sido consumido um número que havia chegado da tipografia, queimados ficaram três outros, preparados para a impressão. Mas já se conseguiu organizar outros, publicados, e quatro novos relativos ao ano passado se encontram em vias de publicação. E' que, não só o incêndio tem prejudicado a publicação da "A LAVOURA", senão também e principalmente ,a falta e elevado preço do material tipográfico. Contudo esperamos remediar a situação, talvez reduzindo o número de edições, condensando os meses em volumes por trimestres.

FORNECIMENTOS:

Os fornecimentos aos sócios, de plantas, sementes vacinas, adubos e máquinas, tem continuado, talvez com um acentuado aumento nos últimos tempos. Habituados a êsse serviço, de longa data prestado pela Sociedade, teem os sócios recorrido a ela, que tem procurado atendê-los na medida do possivel. Este serviço, vale a pena repetí-lo, nada custa aos interessados além da importância paga pelo objeto, nada cobrando a Sociedade, nem a título de expediente.

REPRESENTAÇÕES DIVERSAS:

Além da representação permanente do Conselho Federal do Comércio Exterior, mantem a Sociedade representação em vários órgãos consultivos oficiais, destacando-se dentre estas, a do Conselho Federal de Caça, a cargo dos Srs.

Antonio de Arruda e Eurico Santos, a do Gazogênio, a cargo do Sr. Carlos de Souza Duarte, a da Comissão Especial do Seguro Agrícola, a cargo do Secretário da Sociedade Dr. Antonio de Arruda Câmara. Adamastor Lima, na do Código Rural. Todos êsses delegados têm desempenhado as suas funções a inteiro contento e com especial brilhantismo.

DR. ILDEFONSO SIMÕES LOPES:

A 4 de Dezembro do ano de 1943, falecia, nesta Capital, o grande brasileiro que foi Ildefonso Simões Lopes. Presidia o antigo Ministro da Agricultura do govêrno Epitácio Pessoa a Sociedade desde 1926, quando, em substituição ao Dr. Geminiano Lira Castro, assumiu o elevado posto em que o colheu a morte. Quasi vinte anos de dedicações à Casa de Enes de Souza. Na sua administração, além de muitas iniciativas de vulto, deve-se contar como das mais importantes a instalação, nos moldes atuais, da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Era um sonho, êsse, que conseguiu realizar com a tenacidade que todos lhe reconheciam, e amor pelas cousas do ensino agrícola, de que se tornou paladino entre nós. Foi uma perda irreparavel para a Sociedade e para o Brasil. Nesse pequeno relato, não deixaremos de consignar, ainda ua vez, o grande pezar que o passamento do Dr. Simões Lopes, causou aos seus colegas de Diretoria.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA:

Distinguida a Sociedade para cooperar nesse comicio como representante da classe agricola, ali compareceu por meio de uma comissão composta do signatário, do Dr. Antonio de Arruda Câmara e do Dr. Edgard Teixeira Leite. Durante as sessões plenárias e de comissões, várias sugestões foram por essa comissão apresentadas, logrando aprovação. E' de destacar a que apreciava a politica econômica do Govêrno, a referente ao crédito agrícola, e ao plano de desenvolvimento e fortalecimento de uma política agrária, que nos colocasse de pronto, em posição de atender às difíceis condições do estado de guerra. Oxalá possam ser essas medidas atendidas por quem de direito.

SÉDE SOCIAL:

Pelo Decreto número 20.294, de 12 de Agosto de 1931, foi a Sociedade Nacional de Agricultura autorizada a alienar uma parte dos terrenos do Horto da Penha para, com o produto, montar a Escola de Horticultura Wenceslão Bello e adquirir ou construir um edifício para sua séde. Realizada a Escola, ficou prejudicada a outra parte do plano, isto é, a construção da séde, pois que o produto da venda, cêrca de quinhentos mil cruzeiros, mal chegou para as obras e instalação da Escola, que iniciou os seus cursos em 1937.

Como ainda fosse muito grande a área da Escola, conseguiu a Sociedade do Govêrno autorização para alienar um segundo lote e, com o produto, atender à premente situação da instalação da Sociedade então funcionando provisoriamente em três salas no edifício do Parc Royal (posteriormente incendiado, em 9 de Julho de 1943, com total prejuizo do arquivo e Bibliotéca da Sociedade). E, pelo Decreto-Lei n.º 662, de 1.º de Setembro de 1938, foi a Sociedade autorizada a alienar até 200 mil metros quadrados de terras a serem desmembradas do antigo Horto da Penha, para com os respectivos recursos adquirir ou construir uma séde condigna. Essa idéia, aliás, estava corporificada numa das conclusões da II Conferência Nacional de Pecuária, realizada nesta Capital em 1937, a qual preconizava o emprêgo de todos os esforços para a criação nesta Capital, da "Casa da Agricultura".

A venda foi realizada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, que pagou pela área, menor do que a autorizada, 190,729 m2, a 4.300 a importância de 820.131,70 cruzeiros, aí incluidos 35.000 cruzeiros recebidos a título de indenização, por incidir a área sobre a horta. Essa quantia se destinou à constituição da nova horta da Escola. Deduzidas as despesas, restaram da venda cêrca de 810.000 cruzeiros. Dada a elevação do valor imobiliário, viu-se a Diretoria impossibilitada de realizar a

idéia, a menos que se conformasse em voltar à situação da Rua Primeiro de Março, isto é, em adquirir para séde um edifício deficiente, fóra do centro da Cidade, e pequeno para as instalações previstas.

E assim ficou resolvido que se adquirisse um terreno, dos acrescidos de marinha, à venda pela Diretoria do Domínio da União.

A compra foi realizada mediante concurrência pública no Domínio da União por 774.415,80 cruzeiros. A área, sobre a Avenida Beira Mar, aparentemente reunia ótimos requisitos: ponto central, metragem suficiente para um prédio de grandes proporções, e, pois, facilidades de financiamento. Dois óbices, entretanto, logo surgiram: a limitação do gabarito, pelo Ministério da Aeronáutica, a seis pavimentos no máximo, com a consequente deficiência de renda em um edifício que teria de ser financiado. Isto prejudicaria o levantamento do capital, sem o qual à Sociedade não poderia construir. O outro, foi o imposto territorial, de 101.000 cruzeiros anuais, em quanto a Prefeitura lançou o imóvel adquirido, ficando logo a Sociedade devedora ao Município dessa elevada quantia, e sem meios de a pagar. A conservação da posse de um terreno em tal situação importaria no acréscimo dessa dívida, anualmente.

Ficou então deliberado aceitar-se uma proposta de compra pela qual receberia a Sociedade Cr$ 2.019.693,50. E a venda foi feita, tendo a Sociedade recolhido essa quantia em conta especial no Banco do Brasil, menos a quantia de 101.000, relativa ao imposto territorial devido à Prefeitura.

Chegou a Diretoria da Sociedade à conclusão de que, sem dispor de um terreno, não seria possivel dar à instituição que, na Capital do país representa a maior classe laboriosa do país, uma séde à altura. Dispondo de um terreno, bem situado e com os recursos em caixa, não seria dificil à Sociedade concretizar essa justa aspiração de sucessivas diretorias, e equiparar a classe rural, por sua associação representativa, a outras classes que se apresentam condignamente instaladas na Capital da República.

Assim pensando, apelou para o Sr. Presidente da República, sempre tão pronto em atender aos apelos da Sociedade e da classe que representa, afim de que lhe fosse doado o lote n.º 5 da quadra 12, de acrescidos da marinha, e pertencentes ao Domínio da União, a exemplo do que tem sido feito com outras não menos prestigiosas e idôneas associações sediadas nesta Cidade.

Tenho, agora, a grande satisfação de comunicar a esta Casa que o sr. Presidente da República, nosso sócio benemérito, assinou o Decreto-Lei n.º 7.227, de 4 deste mês, concedendo-nos o aludido terreno.

Com o dinheiro com que dispomos, e mais algum que se obtenha por financiamento, poderemos levantar dentro em breve a "Casa da Agricultura", designação agora oficial da nossa séde, pois que consta expressamente daquele diploma legal.

A 16 de janeiro de 1897, data que marca o primeiro meio século da fundação desta instituição, esperamos poder comemorar a efeméride na nossa própria Casa.

DESAPROPRIAÇÃO NA PENHA

Tendo a Prefeitura resolvido abrir a variante Rio-Petrópolis, posteriormente Avenida Brasil, e cortando o seu traçado sôbre o lado dos terrenos da Escola que limitam o mar, viu-se esta Sociedade na contingência de aceitar da Prefeitura do Distrito Federal o processo de desapropriação que tomou o n.º 3.215, da área de 18.000 metros quadrados, necessária aquela obra. A indenização oferecida e paga foi de Cr$ 209.800,00, metade em títulos (Apólices Urbanísticas) ao valor nominal de Cr$ 1.000,00, recolhidos ao Banco do Brasil, e metade em dinheiro de contado. Uma parte dêsse dinheiro foi destinado ao pagamento de urgentes obras na Escola, aos trabalhos de impressão do livro de discursos da sessão comemorativa do falecimento do Dr. Simões Lopes e outras despesas extraordinárias, havendo, ainda um saldo em depósito.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ao findarmos o atual período administrativo, é das mais auspiciosas a nossa situação financeira:

Em apólices:		
Federais (no Banco do Brasil)	14.147,00	
De Santa Catarina (no cofre)	500,00	
Federais (caucionadas à Caixa Econômica e hoje em cofre)	3.815,00	
Federais (urbanísticas)	104.130,00	122.592,00
Em Caixa:		
Nos Bancos		10.554,90
Banco do Brasil c/c	37.492,40	
Banco do Brasil c/ especial	2.055.840,50	2.093.332,90
Total		2.226.479,80
Em bens imóveis:		
Escola de Horticultura (construções)	683.144,90	
Escola de Horticultura (terreno)	1.373.234,80	2.056.379,70
Valor do terreno doado à Sociedade		4.000.000,00
Em bens móveis:		
Biblioteca	15.654,00	
Móveis e utensílios	43.294,50	
Veículos	4.000,00	62.948,50
Total		8.346.108,00

Esse valor, contudo, póde, sem exagero, ser calculado em dez milhões de cruzeiros, se dermos às construções da Escola e ao respectivo terreno (mais de 15 hectares) o valor atual.

A Sociedade e a Escola teem sido honradas co a confiança do Govêrno, que lhe tem concedido até aqui as subvenções respectivamente de 100 a 150.000 cruzeiros; com os quais tem sido possivel atender aos trabalhos de fortalecimento do espírito associativo da classe e desenvolvimento do ensino profissional arícgola.

Annualmente, tem a Diretoria prestado contas da aplicação dessas verbas ao Ministério da Agricultura.

Eis, senhores consócios, o que em linhas muito amplas, ovs posso apontar como resultado do trabalho da Diretoria, a cuja frente me tenho encontrado como Presidente efetivo, depois do falecimento do Dr. Simões Lopes.

Quero, daqui, agradecer aos companheiros da Diretoria que me assistiram com a sua valiosa colaboração, e aos funcionários desta Casa, que, todos não mediram esforços para bem servir à instituição.

Abre-se agora, à frente da Sociedade, uma estrada longa de realizações e também de responsabilidades. Alguns dos fatos mais importantes, de que vos dei conhecimento, exigirão no seu desdobramento futuro uma grande dose de vontade de bem servir, de abneagções e de sacrifícios, afim de que possamos atingir nossos altos objetivos.

Fazemos, daqui, os melhores votos para que a nossa velha Sociedade continue a sua trilha ascendente, para nossa inteira satisfação e para o bem da agricultura nacional.

De nossa parte, fizemos o que nos foi possivel para bem cumprir o mandato com que nos distinguistes.

(Relatório apresentado pelo Dr. Artur Filho, 1.º Vice-Presidente em exercício, na assembléia geral de 25 de Janeiro de 1945).

★

O Simbolo das Arvores. a Cooperação e Hot Springs

Por FABIO LUZ FILHO

O direito deve seguir a linha de evolução da moderna economia social, em que o tipo econômico-politico não póde ser o *soldado* ou os *membra terrae* da classificação justiniana... Os profundos conceitos de *Ihering* ainda preluzem.

Mais vale, segundo *Ferri*, um pouco de entusiasmo e sincero impulso construtivo a quilates de sabedoria hermética.

Meus tios-avós, *Júlio Furtado*, médico e dinâmico arborizador e embelezador do Rio de Janeiro, e *Frei Santa Catarina Furtado* (o êmulo de *Mont'Alverne*) que, de 1858 a 1896, foi um dos oradores sacros de maior brilho do Brasil, e cuja parenética encheria cinco volumes, possuiam, como meu pai, *Fábio Luz*, o culto das árvores. Em "*Cooperativas escolares*" friso êsse culto da natureza e o amor dos animais e das crianças que possuia *Fábio Luz*, médico, romancista, novelista, critico literário, poligrafo, educador e sociólogo. Aos três, todos baianos, rendo aqui, mais uma vez, meu preito de saudades e de admiração. *Fábio Luz* foi o iniciador do romance social no Brasil. *Júlio Furtado* várias vezes me fez sentir que via nas árvores simbolos da cooperação, na glória multicor da floração bendita e no fecundo sazonamento de polposos frutos, altas expressões de transcendentes funções de harmonia para consecução de elevado escopo de vida perfeita.

A arborização do Rio de Janeiro, seus jardins, dizem dêsse culto.

Realizou-se em fins de maio de 1943 a Conferência sôbre alimentação e agricultura em Hot Springs (Virgínia, Estados Unidos da América do Norte), a qual aprovou a seguinte resolução:

1.º — O movimento cooperativo foi de enorme importância em muitos paises, não só para as populações rurais, senão também para as urbanas, particularmente nas regiões rurais onde as pequenas unidades de cultura (pequenas propriedades) constituem a base da exploração agrícola e nos centros urbanos em relação aos lares de poucas posses;

2.º — *O bom funcionamento das sociedades cooperativas póde levar ao ajustamento necessário da produção agrícola e da distribuição*, porque os associados têm confiança nas recomendações e avisos de suas próprias organizações cooperativas, pois sabem que elas funcionam no interêsse de seus associados e da coletividade em geral;

3.º — *A constituição e o funcionamento democráticos e as atividades de educação*, que são traços característicos do movimento cooperativo, podem representar papel vital na formação de bons cidadãos em uma democracia e contribuir para a formação de sãs concepções em matéria econômica.

A conferência recomendou mais que todos os paises estudem a possibilidade de desenvolver as sociedades cooperativas de produtores e de consumidores para que possam elas preencher seu papel util na produção, escoamento, abastecimento, crédito e outras funções econômicas.

A árvore do cooperativismo frondeja e frondejará, circunsonante e altíloqua...

★

A LAVOURA

NUMEROS ATRAZADOS

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, agradecendo a todos os sócios e amigos que, em seguida ao incêndio de 9 de julho de 1943, que destruiu parte do arquivo social e, totalmente, a valiosa Bibliotéca — se apressaram em contribuir com suas doações para a reconstrução deste importante departamento da instituição, vem solicitar de todos aqueles que, dispondo de números antigos da "A LAVOURA", cuja coleção foi também inteiramente consumida na catástrofe, queiram colaborar na reconstituição da preciosa coleção, enviando-os, sob registo, à redação, à Avenida Presidente Roosevelt n.º 115, 6.º andar, Rio de Janeiro. Graças às doações até aqui recebidas, muitos anos foram completados, achando-se em falta, contudo, os seguintes:

1898 — 1, 10,11,12
1899 — 1 a 12
1900 — 1 a 6 e 8 a 12
1901 — 1 a 12
1902 — 1 a 12
1903 — 4 a 12
1905 — 1 a 12
1907 — 1 a 12
1909 — 11 e 12
1910 — 1 a 7 e 11 e 12
1911 — 1 a 12
1912 — 4 a 12
1913 — 1 a 10
1916 — 1 a 6
1917 — 1, 11, 12
1918 — 1 a 6 e 9 a 12
1919 — 1 a 9

Relatorio das atividades da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, referente ao ano de 1944

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura e subvencionada pelo Ministério da Agricultura vem, desde a sua inauguração, em 1937, realizando trabalho ininterrupto, procurando, pela experiência, como se verifica, analisando-se os relatórios anteriores e o atual, aperfeiçoar o mecanismo de seu funcionamento para a melhoria do ensino hortícola no país.

O presente relatório, referente às atividades durante o ano de 1944, dá bem uma idéia do que vem ela realizando, ministrando ensino inteiramente gratuito, sob regime de internato, aos filhos de agricultores, provenientes de vários Estados do país.

MOVIMENTO DE MATRICULAS NOS DIFERENTES CURSOS

Cursos	*Anos*		
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano
Horticultura	0	0	1
Hortelão	15	12	—
Fruticultor	15	11	—
Jardineiro	2	1	—
Floricultor	0	6	—
TOTAIS	32	30	1

NUMERO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA

	alunos
Cursos Regulares	62
Ouvintes	5

RELAÇÃO DOS ALUNOS OUVINTES

Nomes	*Data do Nascimento*	*Naturalidade*
Valdervot Cunha	2- 1-1929	Minas Gerais
Augusto Mattos Siqueira	25- 2-1929	Espírito Santo
Jorge F. Silva	25- 2-1928	Minas Gerais
Er Jacinto Antunes	10- 8-1924	Rio Grande do Sul
Rubem Simões Lopes	17- 3-1926	Rio Grande do Sul

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS OUVINTES DE ACÔRDO COM A NATURALIDADE

Estados	N.º de alunos
Minas Gerais	2
Rio Grande do Sul	2
Espirito Santo	1
TOTAL	5

CURSO DE FRUTICULTOR

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo

1.º ANO

Alunos	Data do Nascimento	Naturalidade
Celio Ferreira da Fonseca	5- 4-1928	Minas Gerais
Elias de Souza Lima	21- 8-1927	" "
Frederico J. Herzog	8- 1-1926	Espírito Santo
Gil F. de Souza	1- 2-1927	Estado do Rio
Gumercindo A Silva	23-11-1928	Minas Gerais
José N Henrique	21- 7-1927	" "
Lelio Chiappani	1- 9-1928	Espirito Santo
Manoel R Filho	29-10-1928	" "
Paulo C Rodrigues	6- 7-1927	" "
Silvio Valdetaro	20- 2-1917	" "
Telmo Nascimento	1-10-1926	" "
Ubirajara S Vieira	15- 5-1929	Distrito Federal
Valter Gouvêa	27- 1-1926	Espirito Santo
Antonio C. Suarez	25- 9-1927	Distrito Federal
Nilton A Pessoa	6- 4 1930	São Paulo

2.º ANO

Alunos	Data do Nascimento	Naturalidade
Antenor da S. Mendes	29- 9-1925	Minas Gerais
Germano S. Sanderlms	9- 6-1927	Espirito Santo
Halley da S. Ramalho	9-11-1923	Minas Gerais
Henilkom G. Furtado	23- 5-1927	Espirito Santo
Henrique M. Junior	30- 5-1927	" "
Raul Tavares	29-10-1921	São Paulo
José A. Ribeiro	17- 6-1923	Espirito Santo
Nelson Tavares	17- 2-1926	São Paulo
Jair Gomes	19- 1-1927	Minas Gerais
Soly N. Furtado	23- 2-1925	" "
Wayne Braga	17- 9-1925	Espirito Santo

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRICULAS DE ACÔRDO COM A NATURALIDADE

Estados	*Anos*	
	1.º Ano	2.º Ano
Espírito Santo	7	5
Minas Gerais	4	3
Distrito Federal	2	0
São Paulo	1	3
Estado do Rio	1	0
TOTAL	15	11

MOVIMENTO DE MATRICULAS

Anos	*N.º de alunos*	
	1-3-944	30-11-944
1.º ano	15	11
2.º ano	12	11
TOTAL	27	22

Obs.) Foram desligados da Escola, por motivos vários, três alunos do curso de fruticultor (1.º ano).

REPROVADOS:

	alunos
Em Sólos e adubação	2
Em Botânica	2
Em Zootecnia	1
TOTAL	5

NÃO PUDERAM ENRAR EM EXAME:

	alunos
Em Entomologia	6
Em Botânica	1
Em Revisão	2
TOTAL	9

De acôrdo com o resultado dos exames, foram promovidos, em primeira época, para o 2.º ano do curso de Fruticultura, os seguintes alunos:

Antonio Cistello Suarez;
Celio Ferreira da Fonseca;
Elias de Souza Lima;
Frederico João Herzog;
Silvio Valdetaro
Valter Gouvêa;

REPROVADOS:

	alunos
Em Economia	1
Em Genética	2
Em Botânica	1
Em Fitopatologia	3
TOTAL	7

NÃO PUDERAM ENTRAR EM EXAME:

	alunos
Em Revisão	1
Em Contabilidade	2
TOTAL	3

De acôrdo com o regulamento, tiveram antecipados os exames de segunda época, os seguintes alunos, que lograram aprovação.

ALUNOS	MATÉRIAS		
	Genética	*Fitopatologia*	*Contabilidade*
José Alonso Ribeiro	53	—	—
Germano Guilherme S.	—	52	—
Hemilkon Guedes Furtado	—	52	90

RESULTADOS DOS EXAMES

CURSO DE FRUTICULTURA 1.° ANO

Nomes dos alunos	*Matérias*						
	S. Adub.	*Agri.*	*Ent.*	*Frut.*	*Bot.*	*Zoot.*	*Rev.*
Antonio C. Suarez	72	82	48	54	52	59	76
Celio Ferreira da Fonseca	85	81	65	97	92	75	94
Elias de Souza L.	72	61	61	98	97	73	98
Frederico J. Herzog	60	76	58	82	65	75	68
Gil Fernandes de Souza	46	53	—	42	—	55	—
Gumercindo da C. Silva	—	58	—	51	—	51	40
José Neto Henrique	60	61	—	66	49	51	71
Lelio Chiappani	40	56	—	50	—	48	48
Manoel R. Filho	60	49	66	57	57	—	55
Paulo C. Rodrigues	—	43	—	59	48	42	—
Silvio Valdetaro	72	82	65	99	85	73	84
Telmo Nascimento	51	60	—	70	72	44	59
Valter Gouvêa	95	98	98	99	98	93	98

RESULTADOS DOS EXAMES

CURSO DE FRUTICULTURA DO 2.° ANO

Alunos	*Matérias*							
	Econ.	*Gent.*	*Apic.*	*Bot.*	*Rev.*	*Fitop.*	*Cont.*	*Frut.*
Antenor da Silva M.	76	79	58	87	89	52	85	73
Germano Guilherme S.	79	55	48	48	81	—	65	60
Halley da Silva R.	—	—	41	—	—	—	—	47
Hemilkom Guedes F.	55	54	47	49	52	—	—	52
Henrique M. Junior	98	97	51	96	97	65	99	93
José A. Ribeiro	72	—	47	73	46	45	58	53
Jair Gomes	68	52	45	62	67	57	67	52
Nelson Tavares	62	51	50	68	72	58	69	56
Soly N. Furtado	87	41	52	75	56	57	59	72
Waynne Braga	92	78	91	92	96	78	88	92

O aluno Raul Tavares, cursou e foi aprovado, nas seguintes matérias:

Contabilidade	67
Fitopatologia	66
Botânica	64
Economia	89

De acôrdo com o resultado dos exaes, concluiram o curso de fruticultura, os seguintes alunos:

Antenor da Silva Mendes;
Germano Guilherme Sunderhus;
Hemilkon Guedes Furtado;
Henrique Meille Junior;
Nelson Tavares;
José Alonso Ribeiro;
Soly Nascimento Furtado;
Wayne Braga;
Raul Tavares;
Jair Gomes.

CURSO DE HORTELÃO

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo

1.º ANO

Alunos	*Data do Nascimento*	*Naturalidade*
Celio Ferreira da Fonseca	5- 4-1928	Minas Gerais
Elias de Souza Lima	21- 8-1927	" "
Frederico João Herzog	8- 1-1926	Espírito Santo
Gil Fernandes de Souza	1- 2-1927	Estado do Rio
Gumercindo A. Silva	23-11-1928	Minas Gerais
José Neto Henrique	21- 7-1927	" "
Lelio Chiappani	1- 9-1927	Espírito Santo
Manoel Ramos Filho	29-10-1928	" "
Paulo Costa Rodrigues	6- 7-1927	" "
Silvio Valdetaro	20- 2-1917	"
Telmo Nascimento	1-10-1926	" "
Ubirajara S. Vieira	15- 5-1929	Distrito Federal
Valter Gouvêa	27- 1-1926	Espírito Santo
Antonio C. Suarez	25- 9-1927	Distrito Federal
Niltom Amorim Pessoa	6- 4-1930	São Paulo

2.º ANO

Alunos	*Data do Nascimento*	*Naturalidade*
Antenor da Silva Mendes	29- 9-1925	Minas Gerais
Germano Guilherme Sunderhus	9- 6-1927	Espírito Santo
Halley da Silva Ramalho	9-11-1923	Minas Gerais
Hemilkom Guedes Furtado	23- 5-1927	Espírito Santo
Henrique Meille Junior	30- 5-1927	" "
João Nunes Castello	22- 4-1928	" "
José Alonso Ribeiro	17- 6-1923	" "
Nelson Tavares	17- 2-1926	São Paulo
Raul Tangerino	1- 6-1927	" "
Soly Nascimento, Furtado	17- 9-1925	Espírito Santo
Wilson Mendes	20- 2-1927	Minas Gerais
Waynne Braga	23- 2-1925	Espirito Santo

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ACÔRDO COM A NATURALIDADE

Estados	1.º *Ano*	2.º *Ano*
Espírito Santo	7	7
Minas Gerais	4	3
Distrito Federal	2	0
São Paulo	1	2
Estado do Rio	1	0
TOTAL	15	12

MOVIMENTO DE MATRICULAS

Anos	1-3-944	30-11-944
	Número de alunos	
1.º Ano	15	12
2.º Ano	12	12

REPROVADOS:

	alunos
Em Solos e adubação	2
Em Botânica	2
Em Zootecnia	1
TOTAL	5

NÃO PUDERAM ENTRAR EM EXAME:

	alunos
Em Entomologia	6
Em Botânica	1
Em Revisão	2
TOTAL	9

De acôrdo com o resultado dos exames, foram promovidos para o 2.º ano, em primeira época, os seguintes alunos:

Antonio Castello Suarez;
Celio Ferreira da Fonseca;
Elias de Souza Lima;
Frederico João Herzog;
Silvio Valdetaro;
Valter Gouvêa.

REPROVADOS:

	alunos
Em Genética	2
Em Economia	1
Em Botânica	1
Em Fitopatologia	3
TOTAL	7

NÃO PUDERAM ENTRAR EM EXAME:

	alunos
Em Revisão	1
Em Contabilidade	2
TOTAL	3

D eacôrdo com o regulamento, tiveram antecipados os exames de segunda época, os seguintes alunos, que lograram aprovação.

ALUNOS	MATÉRIAS		
	Genética	*Fitopatologia*	*Contabilidade*
José Alonso Ribeiro	53	—	—
Germano Guilherme S.	—	52	—
Hemilkom Guedes F.	—	52	90

De acordo com o resultado dos exames, concluiram curso de hortelão, os seguintes alunos:

Antenor da Silva Mendes;
Germano Guilherme Sunderhus;
Halley da Silva Ramalho;
Hemilkom Guedes Furtado;
Henrique Meille Junior;
João Nunes Castelo;
José Alonso Ribeiro;
Nelson Tavares;
Raul Tangerino;
Soly Nascimento Furtado;
Wilson Mendes;
Wayne Braga.

RESULTADO DOS EXAMES

CURSO DE HORTELÃO — 1.º ANO

Alunos	*Matérias*						
	Hortalicicultura	*Solos e adubação*	*Entomologia*	*Agricultura*	*Botânica*	*Revisão*	*Zootecnia*
Antonio C. Suarez	83	72	48	82	52	76	59
Celio F. da Fonseca	74	85	65	81	92	94	75
Elias de S. Lima	50	72	61	61	97	98	73
Frederico J. Herzog	62	60	58	76	65	68	75
Gil Fernandes de Souza	64	46	—	53	—	—	55
Gumercindo A. Silva	76	—	—	58	—	44	51
José N. Henrique	73	60	—	61	49	71	51
Lelio Chiapani	68	44	—	56	—	48	48
Manoel Ramos Filho	66	60	47	49	57	55	—
Paulo Costa Rodrigues	69	—	—	43	48	—	42
Silvio Valdetaro	92	72	65	82	85	84	73
Telmo Nascimento	68	51	—	60	72	59	44
Valter Gouvêa	94	95	98	98	98	98	93

RESULTADO DOS EXAMES

CURSO DE HORTELÃO 2.º ANO

Alunos	*Matérias*							
	Gent.	*Econ.*	*Apic.*	*Bot.*	*Rev.*	*Fit.*	*Cont.*	*Hort.*
Antenor da Silva Mendes	79	76	58	87	82	52	85	90
Germano Guilherme S.	55	79	48	48	81	—	65	79
Halley da Silva Ramalho	—	—	41	—	—	—	—	81
Hemilkom Guedes Furtado	54	55	47	49	52	—	—	86
Henrique Meille Junior	97	98	51	96	97	65	99	95
João Nunes Castello	84	96	52	83	88	57	85	95
José Alonso Ribeiro	—	72	47	73	46	45	58	65
Nelson Tavares	51	62	50	68	72	58	69	77
Raul Tangerino	61	81	51	58	80	51	89	88
Soly Nascimento Furtado	41	87	52	75	56	57	59	80
Wilson Mendes	71	97	52	86	83	65	88	85
Waynne Braga	78	92	91	92	96	78	88	95

CURSO DE FLORICULTURA

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo

2.º ANO

João Nunes Castello	12- 4-1928	Espírito Santo
Raul Tangerino	1- 6-1927	São Paulo
Wilson Mendes	20- 2-1927	Minas Gerais
Jair Gomes	19- 4-1926	" "
Floriano Farjado	19- 4-1926	Estado do Rio
Ivan Soares Costa	25- 6-1925	Minas Gerais

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS, DE ACORDO COM A NATURALIDADE

Estados	*Número de alunos*
Minas Gerais	3
Espírito Santo	1
São Paulo	1
Estado do Rio	1
TOTAL	6

MOVIMENTO D EMATRÍCULAS

Anos	*Número de alunos* 1-3-944	30-11-944
2.º ano	4	4
1.º ano	2	2

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo

Alunos	*Data do Nascimento*	*Naturalidade*
Floriano Fajardo	19- 4-1926	Estado do Rio
Ivan Soares Costa	25- 6-1925	Minas Gerais

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS DE ACORDO COM A NATURALIDADE

Estados	*Número de alunos*
Minas Gerais	1
Estado do Rio	1
TOTAL	2

MOVIMENTO DE MATRÍCULAS

Anos	*Número de alunos* 1-3-44	30-11-44
1.º ano	2	2

Obs.) Os alunos Floriano Fajardo e Ivan Soares Costa, só cursaram, no 1.º ano a cadeira de Floricultura geral, pois, já tinham obtido, no ano anterior, aprovação em todas as outras matérias.

Matérias	*Notas*	*Alunos*
Floricultura	60	Floriano Fajardo
Floricultura	60	Ivan Soares Costa

RESULTADO DO EXAME 2.º ANO

Alunos	*Matérias*							
	Flor.	*Cont.*	*Bot.*	*Apt.*	*Econ.*	*Gent.*	*Fit.*	*Rev.*
João Nunes Castello	68	85	83	52	96	84	57	88
Raul Tangerino	72	87	58	51	97	61	51	80
Wilson Mendes	63	88	86	52	68	71	65	83
Jair Gomes	57	67	52	45	81	52	57	67
Floriano Fajardo	63	—	—	—	—	—	—	—
Ivan Soares Costa	48	—	—	—	—	—	—	—
Raul Tavares	—	—	64	—	—	—	—	—

De acôrdo com o resultado dos exames concluiram o curso de floricultor os seguintes alunos:

João Nunes Castello;
Raul Tangerino;
Wilson Mendes;
Floriano Fajardo;
Jair Gomes;
Ivan Soares Costa;
Raul Tavares.

CURSO DE HORTICULTURA

Relação do aluno matriculado no início do ano letivo

Aluno	*Data do Nascimento*	*Naturalidade*
Agricola Castelo Borges	17- 8-1920	Espírito Santo

MOVIMENTO DE MATRÍCULAS

	alunos
1.º ano	0
2.º ano	0
3.º ano	1
TOTAL	1

RESULTADO DOS EXAMES — 3.º ANO

Aluno: Agrícola Castelo Borges

	Notas
Floricultura	80
Hortaliciciltura	91
Construções Rurais	52
Contabilidade	99
Fruticultura	86
Jardinagem	53
Desenho	64
Agrometria	76
Botânica	86
Apicultura	76
Genética	95
Economia	99

Obs.) De acôrdo com o resultado dos exames, o aluno Agricola Castelo Borges, concluiu o curso de horticultor.

CURSO DE JARDINAGEM

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo

1.º ANO

Alunos	*Data de Nascimento*	*Naturalidade*
Floriano Fajardo	19- 4-1926	Estado do Rio
Ivan Soares Costa	25- 6-1925	Minas Gerais

2.º ANO

Alunos	*Data de Nascimento*	*Naturalidade*
Raul Tavares	29-10-1924	São Paulo

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRICULAS DE ACÔRDO COM A NATURALIDADE

Estados	*Anos* 1.° Ano	2.° Ano
Estado do Rio	1	0
Minas Gerais	1	0
São Paulo	0	1
TOTAL	2	1

MOVIMENTO DE MATRICULAS

Anos	*Número de alunos* 1-3-944	30-11-944
1.° ano	2	0
2.° ano	0	1

RESULTADO DOS EXAMES

Curso de Jardinagem — 1.° ano

	Notas
Floriano Fajardo:	
Floricultura	60
Jardinagem	58
Desenho	47
Zootecnia	50
Ivan Soares Costa:	
Floricultura:	46
Jardinagem	57
Desenho	47
Zootecnia	50

Obs.) Os reefridos alunos, não prestaram exame de todas as matérias, porque já haviam sido aprovados no ano anterior.

Curso de jardinagem — 2.° ano

	Notas
Raul Tavares:	
Economia	89
Agronomia	71
Contabilidade	67
Desenho	62
Fitopt.	66
Jardinagem	54
Floricultura	76

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Computando-se os dados acima transcritos, verifica-se que, o movimento geral dos exames foi o seguinte:

Cursos	*Alunos matriculados*	*Alunos que entraram em exame*	*Alunos aprovados*
1.° Ano			
Curso de Horticultor	0	0	0
2.° Ano			
Curso de Horticultor	0	0	0
3.° Ano			
Curso de Horticultor	1	1	1
1.° Ano			
Curso de Hortelão	15	13	7
2.° Ano			
Curso de Hortelão	12	12	5
1.° Ano			
Curso de Fruticultor	15	13	7
2.° Ano			
Curso de Fruticultor	11	10	5
1.° Ano			
Curso de Jardinagem	2	2	2
2.° Ano			
Curso de Jardinagem	1	1	1
1.° Ano			
Curso de Floricultor	0	0	0
2.° Ano			
Curso de Floricultor	6	6	6
1.° Ano			
Curso de Apicultor	1	1	1

CURSOS RÁPIDOS

Foram ministrados dois cursos rápidos, a cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, um de Viveirista, outro de Botânica Agrícola.

O movimento desses cursos foi o seguinte:

Curso de Viveirista: Alunos matriculados, 35; Alunos aprovados, 20; Alunos que não puderam entrar em exame, 15; Botânica agrícola: Alunos matriculados, 33; Alunos aprovados, 20; Alunos que não puderam entrar em exame, 13.

CURSO AVULSO DE HORTICULTOR

Em colaboração com a diretoria dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura, foi ministrado o 1.º curso avulso de horticultura.

Esse curso estava a cargo de três professores da Escola de Horticultura e de um técnico da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Os professores da Escola que colaboraram foram:

Prof. Geraldo Goulart da Silveira — Horticultura especial;
Prof. Sabael Magalhães da Silva — Horticultura geral;
Prof. Pedro G. da Silveira Filho — Economia e administração;

O movimento geral desse curso foi o seguinte:

Alunos matriculados, 16; alunos que entraram em exame, 14; alunos aprovados 14.

E' a seguinte a relação dos que concluiram o curso avulso de horticultor

Agricola Castelo Borges;
Antenor da Silva Mendes;
Floriano Fajardo;
Germano Guilherme Sunderhus;
Henrique Meili Junior;
Ivan Soares Costa;
João Nunes Castelo;
Nelson Tavares;
Raul Tavares;
Romeu Rampazzo;
Silvio Valdetaro;
Valter Gouvêa;
Wayne Braga;
Wilson Mendes.

TRABALHOS PRÁTICOS

O movimento geral dos trabalhos práticos realizados pelos alunos, foi o seguinte, no ano de 1944:

NATUREZA DO TRABALHO	N.º DE HORAS
Horta	
Preparo do terreno, organização dos canteiros, semeadura, repicagem etc.	13.428
Pomar	
Preparo do terreno, organização de sementeiras e viveiros, preparo de mudas, plantio, tratos culturais etc.	5.982
Jardinagem	
Preparo e conservação de jardins, traçado, execução e conservação de estradas, tratos culturais etc.	2.065
Floricultura	
Preparo do terreno, sementeira, multiplicação agâmica, tratos culturais etc.	2.132
Trabalho mecânico	
a) com arado	425
b) com capinadeira	981
c) com grade	101
Apiário	
Trabalhos referentes à instrução e conservação do apiário	350

OUTRAS ATIVIDADES

Durante o ano de 1944, continuou a Escola de Horticultura "Wenceslau Bello, prestando a colaboração que, desde 1943, vinha dando a Legião Brasileira de Assistência, na campanha da produção de hortaliças.

Produziu e distribuiu gratuitamente, cêrca de 70.000 mudas de hortaliças.

COMEMORAÇÕES FESTIVAS

As datas de criação do Ministério da Agricultura, da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", da Sociedade Nacional da Agricultura, os feriados nacionais, o dia da Juventude, o dia da árvore, o dia da ave, etc., foram festivamente comemorados e realizadas solenidades festivas.

PROFISSIONAIS PREPARADOS PELA ESCOLA

Desde sua inauguração, em 1937, já foram preparados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello":

Enxertadores	81
Sericicultores	84
Viveiristas	63
Fitosanitaristas	55
Herborizadores	43
Polinizadores	38
Fruticultores práticos	29
Fruticultores	27
Hortelões	26
Práticos em botânica	20
Horticultores	19
Apicultores práticos	11
Floricultores	10
Apicultores	5
Jardineiros	5
TOTAL	516

De acôrdo com a natureza dos cursos, o número de diplomados pela Escola é o seguinte, até 1944:

	diplomados
Cursos temporários	453
Cursos permanentes	92

não incluindo, as numerosas turmas de Horticultura, Indústrias rurais e Apicultura, prepados em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência, e a turma do 1.º curso avulso de Horticultura, preparada em colaboração com a Diretoria dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura.

Conselho Federal do Comércio Exterior

A 21.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 26 DE JUNHO DE 1944

Realizou-se no dia 26 de junho último, a vigésima primeira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral. Submetida à discussão e votação a ata da 20.ª sessão, realizada a 19 do corrente mês, foi a mesma aprovada unanimemente. No expediente, o Senhor Presidente comunicou haver recebido um telegrama do Touring Clube do Brasil, agradecendo ao Conselho a aprovação da Resolução sobre o pedido dirigido pela mesma instituição ao Senhor Presidente da República. A seguir comunicou à Casa que o Senhor Presidente da República, por despacho de 22 do corrente, havia aprovado a sugestão do Conselho no sentido do Departamento Nacional do Café reexaminar o assunto da industrialização do café, para a obtenção de café soluvel, sem adição de quaisquer substância estranhas, procurando nos seus próprios laboratórios ou por intermédio de firmas interessadas, estas, se necessário, auxiliadas oficialmente, resolver o problema da industrialização do café, fixando tipos definitvos para o produto, afim de ficar o mesmo Departamento, com os resultados colhidos, habilitando a dar execução integral à Resolução do Conselho sobre a matéria aprovada pelo Senhor Presidente da República em 27 de junho de 1941. Ainda no expediente falou o Conselheiro Anápio Gomes sobre a instituição no país dos serviços das Caixas Econômicas Postais. Recordou Sua Excelência que o Conselho, em 1942, tomou a iniciativa de estudar o assunto e juntamente com a Caixa Econômica Federal, Ministério da Agricultura e Departamento dos Correios e Telégrafos procedeu a rigoroso estudo, e que, devido a dificuldades surgidas então, ficou adiada a discussão do ante-projeto do Decreto-lei que criava a Caixa Postal, subordinada ao Departamento de Correios e Telégrafos. Sugeriu Sua Excelência, após justificativa de ordem técnica e econômica sobre a instalação da referida Caixa, que fosse agora distribuido o trabalho já organizado, afim de que o Plenário pudesse julgar da oportunidade da criação no país do sistema de arrecadação de pequenas economias através dos serviços dos Correios, que tão bons resultados tem dado em todos os países que a estabeleceram. Seguiu-se com a palavra o Conselheiro Tôrres Filho, que leu uma carta que lhe fôra dirigida pelo Presidente da "Cacau Industrial e Comercial S. A." sobre a exportação da manteiga de cacau baiana e produtos derivados da teobroma, falando, depois, o Conselheiro José Jobim sobre a propaganda do café brasileiro na Argentina. Na ordem do dia foi discutido e votado o processo n.º 1.282 — "Aumento da tarifa alfandegária para o carbonato de potássio", com parecer da Câmara de Distribuição e Mercado Interno, relatado pelo Conselheiro Uldarico Cavalcanti, que foi mandado arquivar. Antes de ser encerrada a sessão, o Sr. Presidente designou o Conselheiro João de Lourenço para substituir, na Câmara de Intercâmbio, o Conselheiro Gastão Vidigal, no seu atual impedimento, sem prejuizo das suas funções na Câmara de Distribuição e Mercado Interno. A sessão foi encerrada às 19 horas e 30 minutos.

A 22.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 3 DE JULHO DE 1944

Realizou-se no dia 3 de julho corrente, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral, a vigésima segunda sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Submetida à discussão e votação, a ata da sessão anterior foi aprovada. No expediente o Senhor Diretor Geral comunicou ao Plenário que o Senhor Presidente da República aprovara a Resolução do Conselho atinente ao processo n.º 1.068 — "Defesa do patrimônio florestal do país. Reconstituição dos pinheirais devastados", e a Indicação apresentada pelo Conselheiro Alves de Sousa no sentido de ser iniciada, ainda êste ano, a publicação dos Anais do Conselho, e assinara dois Decretos-leis que consubstanciam medidas sugeridas pelo Conselho: o de n.º 6.635, de 27 de junho último, relativo à organização, em cooperativas, dos produtores de erva mate e à criação de uma taxa especial para financiamento da respectiva produção, e o de n.º 6.636, de 28 subsequente, que estabelece a classificação e padronização obrigatória dos produtos minerais destinados à exportação.

A seguir, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de ter sido a "raiz de ipecacuanha", pela Portaria n.º 58, de 27 de junho último, do Senhor Ministro da Fazenda,

publicada no "Diário Oficial" de 1.º do corrente, incluida entre os produtos que dependem de licença prévia de exportação, a ser expedida pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, medida esta decorrente de providências sugeridas pelo Conselho em Resolução aprovada pelo Senhor Presidente da República. Ainda no expediente falou o Conselheiro Tôrres Filho sobre a situação atual do algodão de São Paulo, propondo, ao concluir, fossem convidados os Senhores José Garibaldi Dantas e José Maria Fernandes, na qualidade de técnicos no assunto, para esclarecerem o Conselho a êsse respeito, sendo aprovada a proposta. Falou, depois, o mesmo Conselheiro sobre a padronização de produtos, salientando as medidas que vêm sendo postas em prática pelos órgãos competentes e que foram sugeridas pelo Conselho, visando à defesa dos nossos produtos animais, vegetais e minerais. O Conselheiro João de Lourenço fez comentários sobre o aumento das nossas vendas para o exterior. Também se referiu ao assunto, especialmente sobre a exportação de tecidos brasileiros para a Inglaterra, India, Canadá e os paises ocupados pelos alemães, o Conselheiro Euvaldo Lodi, que pôs em destaque as perspectivas que se apresentam para a nossa indústria têxtil os negócios que acabam de ser ultimados entre o Brasil, os Estados Unidos da América e a Inglaterra.

Na ordem do dia, foi votada a matéria constante do processo n.º 1.306, relatado pelo Conselheiro Alencastro Guimarães, que trata da isenção de direitos aduaneiros para produtos e artigos destinados ao Ministério da Guerra. Em seguida, o Conselheiro Anápio Gomes pediu preferência para discussão e votação do processo n.º 1.307 — "Concessão de favores para a construção de hotéis". Lido o seu parecer, foi, por proposta do Conselheiro Euvaldo Lodi, em virtude do adiantado da hora e da necessidade de estudo das emendas apresentadas ao projeto de Resolução da Câmara de Distribuição, adiada a sua discussão, marcando-se uma reunião extraordinária para êsse fim. Antes de concluidos os trabalhos da sessão, que terminaram às 20 horas, o Conselheiro Tôrres Filho apresentou uma Indicação sôbre a cultura do *guayule* como sucedâneo da borracha.

A 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 6 DE JULHO DE 1944

Realizou-se no dia 6 de julho corrente a segunda sessão extraordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral. Nesta sessão, foi tratado especialmente da matéria contida no Processo n.º 1.307 — "Concessão de favores para a construção de hotéis em todo o território nacional". Na Câmara de Distribuição o assunto havia sido estudado e relatado pelo Conselheiro Anápio Gomes, que concluiu submetendo à consideração do Conselho Pleno um projeto de Decreto-lei que estabelece normas para a concessão de tais favores. Após prolongados debates, em que tomaram parte todos os Conselheiros presentes à sessão, foi aprovado aquele projeto, com emendas sugeridas pelos Senhores Cassiano Ricardo, Euvaldo Lodi, Ulderico Cavalcanti, José Jobim, Alves de Sousa e João de Lourenço.

A 23.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 10 DE JULHO DE 1944

Realizou-se no dia 10 de julho corrente a vigésima terceira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral. Submetida à discussão e aprovação, a ata da sesão anterior foi aprovada. No expediente, o Senhor Presidente comunicou ao Plenário que o Senhor Presidente da República aprovara, por despacho de 4 do corrente mês, duas Resoluções do Conselho: a primeira, atinente ao processo n.º 1.401, volume 3.º — "Industrialização do quartzo no Brasil", e a segunda, referente ao Processo número 1.192 — "Estandardização do rutilo", ambos relatados pelo Conselheiro Alves de Sousa na Câmara de Produção. A seguir, falou o Conselheiro Edgar Abrantes sobre uma reportagem recentemente publicada em um dos jornais desta capital, a respeito das irregularidades que se vêm verificando na venda de carvão para gasogênio, assunto de que já se ocupara o Conselho e fôra encaminhado para estudos à Comissão Nacional do Gasogênio e no Instituto Nacional de Tecnologia. Ainda sobre o mesmo assunto, falou o Conselheiro Tôrres Filho, que informou haver assistido, na qualidade de Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento do Ministério da Agricultura, à sessão da Comissão Nacional de Gasogênio em que se tratou da Indicação do Conselho a êsse respeito, tendo solicitado que fossem os respectivos estudos encaminhados a êste Orgão. Na ordem do dia, foi relatado pelo Conselheiro José Jobim o processo n.º 1.301 — "Criação de um escritório de compras nos Estados Unidos da América", tendo sido aprovada a deliberação da Câmara para que o processo bai-

xasse em diligência. Encerraram-se os trabalhos às 19 horas e 30 minutos.

A 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 17 DE JUNHO DE 1944

Realizou-se no dia 17 de julho do corrente a vigésima quarta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral. O Presidente, na hora do expediente, comunicou ao Plenário ter o Coordenador da Mobilização Econômica, Ministro João Alberto, expedido portaria regularizando o comércio de ipecacuanha destinada ao consumo interno e também à exportação, a qual concretiza medidas recomendadas pelo Conselho e que mereceram a aprovação do Presidente da República. O Conselheiro Edgar Abrantes, que havia sido o autor da indicação da qual resultou a providência efetiva, congratulou-se com o Conselho pela solução dada no caso da produção nacional de emetina, cujo desenvolvimento está assegurado pelas medidas de amparo agora tomadas. Aproveitou estar com a palavra para tecer comentários sobre a necessidade de serem incentivadas as providências, já sugeridas pelo Conselho em relação ao suprimento de quinino ao mercado brasileiro. O Senhor Tôrres Filho informou que os trabalhos experimentais com a quineira, que vêm sendo realizados em São Paulo, estão muito avançados, podendo-se prever, para breve, a obtenção de matéria prima nacional para a fabricação do quinino e seus derivados. Ainda com a palavra, o Conselheiro Tôrres Filho refere-se ao problema da mamona, assunto que vem sendo estudado pelo Conselho. Comentou, a seguir, o recente Decreto-lei que declara de interêsse nacional e mobilizada a indústria têxtil, sugerindo que também seja feita a mobilização do campo, idéia que já tivera oportunidade de sugerir ao Conselho Federal de Comércio Exterior. Na ordem do dia, o Conselheiro Euvaldo Lodi leu o parecer que emitira sobre o Processo n.º 1.187 — "Alta dos preços e a indústria dos sucedâneos", que foi aprovado.

A 25.ª SESSÃO REALIZADA A 24 DE JULHO DE 1944

Realizou-se no dia 24 de julho último a vigésima-quinta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral.

O presidente, ao iniciar os trabalhos, congratulou-se com o Conselho pela presença do Conselheiro Gastão Vidigal, que após prolongada enfermidade, completamente restabelecido, retomava as suas atividades. O Conselheiro Gastão, agradecendo as demonstrações de afeto que lhe foram tributadas, confessou sua satisfação em comparecer novamente às sessões, voltando, assim, ao convívio dos seus colegas. Em seguida o Presidente pôs em discussão e votação a ata da sessão anterior, que foi unanimemente aprovada.

No expediente, deu conhecimento ao Plenário de haver designado uma comissão que, sob a sua presidência e composta dos Conselheiros Alves de Sousa, Cassiano Ricardo, José Jobim, João de Lourenço e Edgar Abrantes, se incumbirá do estudo das matérias a serem publicadas nos Anais do Conselho. Comunicou, depois, que havia recebido uma carta em que o Cônsul aposentado Vinicio da Veiga, em funções atualmente na Confederação Nacional da Indústria, solicita sejam marcados dia e hora para apresentar aos membros do Conselho amostras e fazer demonstrações práticas do uso do novo "Extrato de Café Brasil", cuja usina acaba de ser instalada no Estado de S. Paulo. Consultados os Conselheiros, fixou-se a próxima segunda-feira, às 18 horas, para aquele fim.

Ainda no expediente, o Senhor Presidente leu um ofício da Associação Comercial e Industrial de Petrópolis, de congratulações com o Conselho pela aprovação do projeto de decreto-lei que visa incrementar a construção de hotéis no território nacional.

O Conselheiro Tôrres Filho, leu também uma reportagem recentemente publicada em um vespertino desta capital, sobre o decreto-lei assinado pelo Senhor Interventor Ernani do Amaral Peixoto, que concede facilidades várias ao pequeno agricultor. Comentando aquele ato, declarou que há poucos meses tivera oportunidade de louvar a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil pela sua atuação em pról dos agricultores. Agora tem o ensejo de focalizar as medidas que vêm de ser postas em prática pelo Govêrno do Estado do Rio, as quais beneficiarão ainda mais o pequeno proprietário, considerando como tal, naquele Estado, o possuidor de um alqueire de terras, ou sejam, 48.400 metros quadrados de terra. A conduta do Estado do Rio é, assim, a mesma que vem seguindo o Conselho, de favorecer tanto quanto possível o pequeno proprietário.

Por último, falou o Conselheiro João de Lourenço, fazendo uma declaração em torno

da matéria tratada no processo número 1.099, referente aos contratos de propaganda do café brasileiro nas Repúblicas do Prata. Passando ao Relatório Verbal, o Senhor Presidente prestou um esclarecimento sobre a Resolução aprovada pelo Conselho e referente à industrialização do quartzo no Brasil, tendo sido proposto um adendo à mesma Resolução pelo Conselheiro Alves de Sousa, o qual foi aprovado e será submetido à apreciação do Senhor Presidente da República.

Na ordem do dia, o Conselheiro Napoleão de Alencastro Guimarães relatou o processo relativo ao decreto-lei que trata da proteção à indústria do vidro plano no Brasil, sendo aprovada a conclusão da Câmara de Intercâmbio a respeito do assunto.

A 26.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 31 DE JULHO DE 1944

Realizou-se no dia 31 de julho último a vigésima-sexta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral.

Antes do início dos trabalhos, atendendo a solicitação que lhe fôra feita pelo Senhor Vinicio da Veiga, antigo funcionário do Corpo Diplomático brasileiro, o Conselho Pleno o ouviu sobre os estudos que estão sendo realizados por uma fábrica paulista para a industrialização do café, tendo oportunidade de exibir amostras e fazer uma demonstração prática, oferecendo à degustação café preparado com as referidas amostras. O Diretor Geral agradeceu os esclarecimentos prestados, felicitando o Senhor Vinicio da Veiga pelos bons resultados já atingidos. Informou-o de que o Conselho Federal de Comércio Exterior sugerira, não faz muito, ao Senhor Presidente da República a continuação das experiências que vinham sendo feitas pelo D. N. C. no sentido de serem obtidos tipos padronizados de café solúvel puro, sugestão esta que havia merecido a aprovação de Sua Excelência, estando, assim a matéria entregue àquele Departamento. O Conselheiro Euvaldo Lodi, representante da indústria no Conselho, congratulou-se também com o Senhor Vinicio da Veiga, concitando-o a prosseguir nos trabalhos empreendidos e que tão promissores resultados já apresentava.

No expediente, o presidente comunicou ao Plenário que o Senhor Presidente da República assinara um decreto-lei que concede favores fiscais aos hotéis que se construirem em todo o território nacional, assunto estudado e debatido no Conselho, por determinação de Sua Excelência, em julho findo. A seguir, participou que designará uma comissão de cinco Conselheiros paar examinar o problema da fixação de preço do vidro plano no país, que é hoje atribuição legal do Conselho.

Passando-se à Ordem do dia, foi dada a palavra ao Conselheiro Cassiano Ricardo, que relatou o processo número 1.289, relativo à regulamentação do artigo da Constituição que trata do trabalho como dever social, tendo sido aprovado o parecer da Câmara respectiva. Na hora das indicações, falou o Conselheiro Alves de Sousa, propondo medidas no sentido de o Conselho realizar estudos que visem o incremento de construções de casas de aluguel barato no Distrito Federal e nos Estados e também, por intermédio do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, a aquisição de casas próprias pelos funcionários públicos que o desejarem, examinando, entre outras medidas, a possibilidade, de construir o mesmo Instituto, em diversos bairros e subúrbios desta capital, grupos residenciais para os servidores públicos. A sessão foi encerrada às 20 horas.

A 27.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 7 DE AGOSTO DE 1944

Realizou-se no dia 14 de agosto corrente a vigésima oitava sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do ministro Mário Moreira da Silva, dirtor geral.

Iniciados os trabalhos, falou o Conselheiro José Jobim, recordando, a propósito do décimo anivrsário do Conselho, a atuação do Cônsul Raul Bopp, que, na primeira fase do Conselho, orientou os trabalhos da Secretaria de maneira louvavel e eficiente.

A seguir, o Conselheiro Tôrres Filho propôs que constasse da ata da sessão um elogio à Diretoria Geral pela publicação edit[illegible] ob o título — "Conselho Federal de Comé[illegible] [illegible]terior — Dez anos de atividade", [illegible] e que o mesmo fosse extensivo aos funcionários da Secretaria que na mesma colaboraram.

No expediente o Senhor Presidente comunica ter recebido vários telegramas e ofícios de felicitações pelo 10.º aniversário do Conselho.

Ainda no expediente, o Senhor Presidente trouxe ao conhecimento do Plenário várias irregularidades que chegaram ao seu conhecimento sobre qualidades de produtos brasileiros exportados e também sobre os elevados

preços que os mesmos vêm experimentando. Seguiu-se com a palavra o Conselheiro João de Lourenço que leu um estudo comparativo do nosso comércio exterior no primeiro semestre dêste ano em relação com o mesmo período do ano anterior. O Conselheiro José Jobim fez entrega à Mesa de uma carta do Senhor O. Alves de Lima a respeito da propaganda do café brasileiro nas Repúblicas do Prata. Em seguida o Conselheiro Edgar Abrantes comunica que compareceu, conforme fôra resolvido em sessão anterior, à reunião promovida pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, dos interessados no comércio da ipecacuanha e da emetina, fazendo um relato do que ficou resolvido na mesma.

Passando-se à ordem do dia, o Conselheiro José Jobim relata o processo número 1.310 — "Autorização para importação de materiais e maquinismos pela S. A. Indústrias Viery", e, na ausência do Conselheiro Uldarico Cavalcanti, o Conselheiro Anápio Gomes relata o processo número 1.123 — "Tratado de comércio com a Venezuela". Depois de discutidos, são unanimemente aprovados, os pareceres emitidos, respectivamente, pela Câmara de Intercâmbio e pela Câmara de Distribuição. Na hora das Indicações, falaram o Conselheiro Tôrres Filho apresentando uma Indicação, propondo medidas destinadas a incentivar o estabelecimento da pequena propriedade rural e mtôrno das grandes cidades e o Conselheiro Edgar Abrantes, pedindo que seja estudada a possibilidade de estenderem-se os favores concedidos aos hotéis às casas de saúde que se construirem no Distrito Federal e nos Estados, sendo ambas as Indicações aprovadas unanimemente para constituirem objeto de resolução posterior.

A 29.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 21 DE AGOSTO DE 1944

Realizou-se no dia 21 de agosto último, sob a presidência do ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral, a vigésima nona sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Iniciados os trabalhos, falou o conselheiro Uldarico Cavalcanti sobre as irregularidades que se veem verificando, em matéria de qualidade e preço, no comércio de exportação do Brasil, mencionadas pelo Diretor Geral na última sessão, e que têm motivado frequentes reclamações trazidas ao conhecimento do Conselho Federal de Comércio Exterior, diretamente ou por intermédio das nossas missões diplomáticas e consulares. Depois de várias considerações sobre o assunto, propôs que o Conelho votasse uma resolução baseada nos estudos já realizados. Leu a seguir uma declaração de voto que teria feito na votação do processo relativo à prorrogação do *modus vivendi* comercial Brasil-Venezuela, caso tivesse comparecido à sessão em que essa matéria foi debatida. O Diretor Geral, com a palavra, a propósito da declaração do Conselheiro Uldarico Cavalcanti sobre as reclamações recebidas de importadores de produtos brasileiros, informou que de há muito vem a Seção de Fomento do Comércio Exterior do Conselho, por determinação sua, tomando enérgicas providências sobre o assunto, e que todos os casos concretos que se têm apresentado vêm merecendo cuidadoso estudo, sendo de mencionar que a maioria deles se resolveram favoravelmente, com pleno atendimento das reclamações formuladas. Para isso, tem o Conselho podido contar com a colaboração da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, nos casos de indenizações em dinheiro, dependentes de transferências de câmbio. Tratou, em seguida, da questão dos preços de materiais importados dos Estados Unidos, que aqui são vendidos por preços evidentemente exagerados, quano naquele país estão sendo negociados por preços baixos, quase no mesmo nível dos de antes da guerra. O Conselheiro Anápio Gomes informa que o assunto vem merecendo meticuloso exame por parte da Coordenação da Mobilização Econômica e que medidas imediatas serão tomadas afim de evitar que essas especulações continuem em prejuizo do consumidor. O Conselheiro Alencastro Guimarães focalizou, a propósito da matéria em discussão, o problema do mercado negro, que tanto vem prejudicando a vida brasileira. Cita, como exemplo, o caso das chapas de ferro, que importadas diretamente pela Estrada de Ferro Central do Brasil chegam ys mãos desta por preços ínfimos, comprovando a maneira correta com que trabalha o comércio exportador nos Estados Unidos. Quem necessitar, porém, dêsse mesmo artigo, terá que pagar preços altíssimos, mesmo considerando-se os direitos alfandegários, e só o encontra no mercado clandestino. Lembra que talvez o estabelecimento de entrepostos de distribuição, controlados pelo Govêrno, pudesse resolver tão angustiosa situação. O Presidente declara que, conforme acabara de informar o Conselheiro Anápio Gomes, a Coordenação da Mobilização Econômica já estava examinando o problema, e que o Conselho prestará à mesma toda a colaboração que julgar necessária à solução do problema. O Conselheiro João de Lourenço

leu, a seguir, um estudo sôbre as diferenças de preços entre produtos exportados pelo Brasil e pelos Estados Unidos, no qual apresenta detalhes, tendo em vista um trabalho recentemente publicado pelo consultor chefe do *Export-Import Price Branch* do *United States Office of Administration* sobre o contrôle norte-americano dos preços no domínio da exportação. O Diretor Geral informa que o Senhor Presidente da República aprovara a diligência sugerida pelo Conselho no processo n.º 1.301, que trata da criação de um escritório de compras nos Estados Unidos.

O Conselheiro Benjamin do Monte leu uma comunicação da Câmara de Produção sobre uma exposição feita, na mesma, pelo Dr. Josué de Castro a respeito do problema da implantação no Brasil de indústria de desidratação de produtos alimentares, transmitindo ainda um convite para que o Conselho visitasse o Instituto de Tecnologia Alimentar.

Dada, em seguimento, a palavra ao Conselheiro Tôrres Filho, êste, a propósito da comissão especial, instituida no Conselho para estudar o problema das fibras nacionais, tece comentários sobre o assunto, mostrando como, na sua opinião, poder-se-á dar à matéria uma solução prática e de resultados favoráveis. Na ordem do dia, foi lido pelo Conselheiro Euvaldo Lodi o parecer que emitira sobre o processo n.º 1.184 — "Aproveitamento da rocha asfáltica nacional", que conclui pelo maior aproveitamento dessa matéria prima brasileira na construção de nossas estradas de rodagem, possibilitando, assim, maior desenvolvimento no preparo dessas vias de comunicação. O parecer foi aprovado. Não houve oradores na hora destinada às indicações.

A 30.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 28 DE AGOSTO DE 1944

Realizou-se no dia 28 de agosto último, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral, a trigésima sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Iniciados os trabalhos, comunicou o diretor geral ter o Presidente da República, por despacho de 22 de agosto, aprovado a resolução deste Conselho referente ao processo n.º 1.284 — "Proteção à indústria nacional de vidro plano", do qual foi relator o Conselheiro Alencastro Guimarães, no sentido de serem mantidas as disposições contidas no Decreto-lei número 6.462, de 2 de maio último, que elevou ao dobro os direitos aduaneiros sobre a importação de lâminas de vidro branco, lisas, uma vez que persistem os motivos que deram à expedição daquele ato. O Sr. Benjamin do Monte informa, a propósito, ter recebido o expediente que o designou para presidir à Comissão que vai proceder à fixação dos preços de vidro plano, conforme disposição legal. Declara a seguir que a conclusão dos trabalhos está deepndendo apenas de alguns elementos já solicitados. Comunicou, ainda, o Diretor Geral, que, conforme resolvera o Plenário em uma das sessões anteriores, convidara o Sr. José Garibaldi Dantas, conhecido técnico em algodão e atual Superintendente da Comissão de Financiamento da Produção, para fazer uma exposição sobre a posição do algodão brasileiro, principalmente no Estado de São Paulo, tendo o mesmo aceito o convite. Ficou marcada a próxima sessão do Conselho, no dia 4 de setembro, para o comparecimento do Sr. Garibaldi Dantas.

Com a palavra, o Conselheiro João de Lourenço lê um estudo sobre a posição dos preços dos produtos norte-americanos exportados para o Brasil e dos níveis a que atingem êsses produtos no mercado interno.

Não havendo matéria na ordem do dia, para deliberação, passou-se às Indicações, tendo o Conselheiro Uldarico Cavalcanti apresentado uma Indicação no sentido de serem estudadas e concretizadas medidas destinadas ao combate intensivo das pragas, que tanto têm prejudicado a agricultura brasileira. O Conselheiro Tôrres Filho focalizou os trabalhos já realizados pelo Ministério da Agricultura com o objetivo apontado. Posta em votação, a Indicação do Conselheiro Uldarico Cavalcanti foi considerada objeto de exame e deliberação posterior.

A 31.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 4 DE SETEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 4 de setembro corrente, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a trigésima primeira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Iniciados os trabalhos, o presidente comunicou à assembléia que se achava presente o Sr. José Garibaldi Dantas, conhecido técnico brasileiro em algodão e atual superintendente da Comissão de Financiamento da Produção, o qual, atendendo ao convite que lhe havia sido feito pelo Conselheiro Artur Tôrres Filho, representante da agricultura, iria fazer uma exposição sobre o algodão brasileiro, especialmente no Estado de São Paulo. Introduzido na sala das sessões, foi o Sr. Garibaldi Dantas saudado pelo Ministro Moreira da Silva, que lhe deu a palavra.

Começou o orador analisando a situação do algodão sob o ponto de vista internacional, para depois tratar dêsse produto na economia brasileira. Afirmou que, no âmbito internacional, a posição do algodão, nos cinco anos de guerra, não havia piorado, em relação ao período anterior, mas, ao contrário, tinha melhorado em vários paises produtores, como era o caso dos Estados Unidos da América, onde o consumo interno foi suficiente para absorver a produção na sua quase totalidade. Esse fato fez com que os atuais estoques, naquele país, sejam menores do que no início da conflagração . O Egito reduziu as suas safras de 1/3 para atender a plantações de cereais e a Índia está absorvendo, com o desenvolvimento da sua indústria textil, quase toda a produção. Conclui reafirmando que, mesmo sem o consumo das fábricas européias e asiáticas, a posição estatística mundial de algodão não se agravou. Ilustrando a sua palestra com numerosos gráficos, diagramas e estatísticas, o Sr. Garibaldi Dantas, passa a tratar do algodão brasileiro e, depois de discorrer longamente sobre o problema em causa, declara que os seguintes fatos deveriam ser salientados: 1.º — o Govêrno brasileiro, atendendo à necessidade de defender os interêsses da produção e do comércio dessa preciosa matéria prima, decretou, pela primeira vez na nossa história, o financiamento amplo das safras, assegurando, por essa forma, aos lavradores um preço mínimo, para toda a quantidade produzida; 2.º — com essa garantia — e à vista de outros fatores enumerados pelo Sr. Garibaldi Dantas — a produção de algodão no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, aumentou consideravelmente, passando de médias pouco superiores a 400.000 toneladas para 600.000, que deverá ser a safra de 1944, se o norte do país concorrer com a parte que lhe foi estimada; 3.º — em consequência dêsse aumento, os estoques se acumularam no país, apesar do consumo interno haver crescido auspiciosamente, passando de 120.000 para quase 200.000 toneladas anuais; 4.º — o aumento dêsses estoques não trouxe, porém, maiores consequências para a economia algodoeira, porquanto parte deles já foi negociado, embora não embarcado; 5.º — além disso, êsses estoques são constituidos de algodão de excelente qualidade, quanto a tipos e fibras, o que dá ao Brasil a posição de ser provavelmente o maior detentor atual de algodão dessa classe, em contraposição com a de outros paises produtores, onde os estoques devem ser, em grande parte, de tipos baixos e fibras mais curtas do que os de São Paulo. Graças, assim, ao fator favorável de qualidade, à próxima terminação da guerra na Europa e à procura consequente dessa matéria prima nos centros industriais europeus e de outras partes do mundo, conclui o Sr. Garibaldi Dantas declarando que a situação do algodão brasileiro, dentro de possibilidades seguras, admite a maior confiança e otimismo no futuro dêsse produto, que é hoje uma das melhores estacas da economia brasileira. Terminada a exposição, que foi, como ficou dito, grandemente documentada, o Sr. Garibaldi Dantas colocou-se à disposição dos Senhores Conselheiros para prestar quaisquer informações complementares. Pela ordem, falou o Conselheiro Tôrres Filho que, em rápidas palavras, traçou o perfil do Sr. Garibaldi Dantas como um dos mais autorizados técnicos brasileiros em algodão, discorrendo, depois, sobre o financiamento do algodão, a situação econômica da lavoura algodoeira e a posição do Brasil como país produtor e industrial no após-guerra. Falaram ainda os Conselheiros João de Lourenço, Alencastro Guimarães, Santos Filho, Barbosa Lima Sobrinho, Gastão Vidigal e Euvaldo Lodi, que solicitaram detalhes sobre diversas partes do problema algodoeiro brasileiro, trocando idéias com o Sr. Garibaldi Dantas. Concluidos os debates, o Ministro Moreira da Silva agradeceu ao Sr. Garibaldi Dantas o seu comparecimento à sessão, dizendo que a maneira inteligente com que havia feito a exposição sobre a matéria em discussão mostrava quão justo é o conceito em que o orador é tido no país e fora dele, não só como técnico abalizado de algodão, mas também de notável economista. A sessão foi encerrada às 20 horas.

A 32.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 11 DE SETEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 11 de setembro corrente, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a trigésima segunda sessão ordnária do Conselho Federal de Comércio Exterior. No expediente o Ministro Moreira da Silva voltou a tratar do problema dos preços pelos quais estão sendo vendidas, no Brasil, as mercadorias procedentes dos Estados Unidos da América, onde os valores dos produtos de exportação foram, por assim dizer, congelados, permanecendo quase os mesmos de antes da guerra. Salientou que o Coordenador da Mobilização Econômica, além da providência já divulgada de publicar as listas dos preços dos produtos na sua saída das Alfândegas do país, havia baixado a portaria n.º 270, publicada no "Diário Oficial" de 2 do

corrente, delegando competência ao Chefe do Serviço de Fiscalização Geral de Preços para entender-se com os órgãos competentes no sentido de serem assentadas medidas capazes de por termo à especulação verificada. Continuando, disse que as palavras pronunciadas no Conselho tinham tido a maior repercussão e acolhimento favoravel de toda a imprensa do país. Sómente na Associação Comercial houve uma voz discordante e esta foi a do Sr. Osvaldo Benjamin de Azevedo, que, todavia, acabou confessando que o abuso de preços existe realmente, não por culpa dos comerciantes importadores, que entregam as mercadorias ao consumidor pelos preços estabelecidos pela Coordenação, mas sim pela benevolência de certos industriais que recebem os produtos para os seus mistéres, porém os manda vender, em parte, por intermédio de escritórios de "mercado negro", ao público, extorquindo-lhe lucros exorbitantes. O Ministro Mário Moreira da Silva, prosseguindo, diz que não acusou os importadores, fixando apenas o fato dos altos preços dos produtos importadores dos Estados Unidos. E o fato foi confirmado pelo Sr. Osvaldo Benjamin de Azevedo, que apenas transferiu a responsabilidade do comerciante importador para o industrial. Terminando as suas considerações, o Ministro Mário Moreira da Silva refere-se às declarações do Sr. O. B. de Azevedo contrárias à publicação das listas dos preços de custo das mercadorias, ordenada pela Coordenação, publicação que quebrou o "sigilo comercial" das transações comerciais. Ora, conclui o Diretor Geral do C. F. C. E., o ponto de vista do delegado da Associação Comercial, não tem cabimento, pois não pode haver segredo comercial ou profissional contra o interêsse público. E êste é precisamente o caso. A defesa da coletividade está acima de quaisquer regras ou etiquetas. Aliás, a medida da Coordenação não atingirá os comerciantes ou importadores honestos, mas sómente os especuladores, que são justamente os proprietários de escritórios de "câmbio negro" aludidos pelo Sr. Osvaldo Benjamin de Azevedo.

Com a palavra, o Conselheiro Anápio Gomes declara que a simples ameaça da publicação das listas de preços de custo das mercadorias importadas, deu lugar a uma baixa acentuada de certos produtos. Naturalmente a sua ação não ficará na ameaça, pois fará publicar as listas prometidas, como aliás já vem fazendo com os produtos farmacêuticos. Pretende indicar a margem de lucro permitido nessas novas listas. Sabe que a reação dos interessados será grande, mas terá então elementos para bem avaliar as reclamações e colocar o problema dentro de justos termos. Quanto ao "sigilo comercial", declara que o Sr. Osvaldo Benjamin de Azevedo poderá ter razão dentro do ponto de vista em que se colocou, mas que êle nada mais fez do que seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, pátria da democracia e das liberdades individuais, onde tal sistema foi realizado, sem protestos. As revistas americanas que costuma lêr, afirma o Conselheiro Anápio Gomes, publicam constantemente os preços de custo e margem de lucros para todos os materiais.

A seguir, o Conselheiro João de Lourenço, com a palavra, congratula-se com o Diretor Geral pelas considerações que fêz em relação à portaria 270 do Sr. Coordenador, principalmente em relação ao item 4, que manda criar uma Comissão de Peritos Contadores. Nada poderá diminuir o alcance dessa providência da Coordenação. O que esta visa é resguardar o comércio legitimo da população. Continuando, o Sr. João de Lourenço teceu considerações sobre a situação econômica do mundo e o seu reflexo na economia brasileira. Os Srs. Euvaldo Lodi e Gastão Vidigal fazem comentários sobre as declarações do Sr. João de Lourenço, constantes da última parte do seu discurso.

Em prosseguimento, usou da palavra o Sr. Salgado Scarpa, representante do comércio no Conselho Federal de Comércio Exterior. Começa declarando que ouviu, com a máxima atenção, as declarações feitas pelo Sr. Diretor Geral sobre o discurso proferido, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo Sr. Osvaldo Benjamin de Azevedo, e também a palavra esclarecedora do eminente colega Conselheiro Anápio Gomes. Nada teria que objetar, se a sua qualidade de representante do comércio no seio do Conselho não o obrigasse a vir repetir um fato conhecido e que é o seguinte: — o comércio honesto, que felizmente representa a sua quase totalidade, repousa tranquilo e confiante na atuação do Coordenador da Mobilização Econômica. Deseja até mencionar uma expressão feliz de S. Excia. quando, pela sua nomeação, recebeu a manifestação de simpatia dos seus companheiros do Conselho, declarando que para o seu novo pôsto levava apenas uma qualidade, que era a de ser impermeavel a qualquer espécie de corrupção. E' combatendo a corrupção, que é forçoso reconhecer existe, embora fóra propriamente do meio comercial, que S. Excia. vai encontrar meios de reprimir as especulações, o anseio desbragado de lucros excessivos. Dirigindo-se ao Coordenador, o Conselheiro

Salgado Scarpa lembra que, na questão da publicação das listas já referida, talvez pudesse ser encontrada uma melhor solução, dando-se apenas a conhecer o preço de venda, sem usar da faculdade que tem de publicar o preço de custo. O resultado seria o mesmo e de efeitos mais benéficos para o comércio e para a própria Coordenação. Aproveitando estar com a palavra, o Sr. Salgado Scarpa, na sua qualidade de industrial de leite e seus derivados, fez comentários sobre a atuação da Comissão Executiva do Leite no mercado dêsses produtos, lembrando medidas que lhe parecem úteis à normalização da crise existente.

Os Senhores João de Lourenço e Tôrres Filho fazem longas considerações sôbre a necessidade de estabelecer-se, com urgência, a planificação agrícola, matéria já em estudo no C. F. C. E., considerações que são apoiadas pelo Sr. Euvaldo Lodi.

O Sr. Gastão Vidigal, fazendo uso da palavra, propõe que sejam incentivados os estudos sobre a planificação agrícola e o problema do leite e seus derivados, afim de que sejam presentes, em curto prazo, ao Presidente da República os resultados colhidos e os pedidos de providências que forem julgadas úteis. Essa proposta foi unanimemente aprovada, com um acréscimo pedido pelo Conselheiro Benjamin do Monte, que sugeriu que a planificação agrícola fosse calcada nas Resoluções da Conferência de Alimentação de *Hot Spring*, das quais o Brasil é signatário. Não havendo matéria na ordem do dia, a sessão foi encerrada às 20 horas.

A 33.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 18 DE SETEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 18 de setembro corrente, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a trigésima terceira reunião ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. No expediente, o diretor geral comunicou que, na próxima segunda feira, o Ministro Valder Sarmanho especialmente convidado, fará perante o Conselho uma detalhada exposição sobre estudos que realizou, tendentes ao estabelecimento em Nova York de um escritório de compras, destinado a facilitar o reequipamento da indústria brasileira. Comunicou também que havia recebido um amavel ofício do Ministro A. Marcondes Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, transmitindo as congradulações, lançadas em ata daquele Conselho, pela passagem do 10.º aniversário do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Com a palavra, o Conselheiro João de Lourenço leu um magnífico trabalho sobre a situação econômica e financeira do Brasil em face das dificuldades criadas pela guerra. Reportou-se a idéias que já havia sustentado em trabalho que publicou em começos deste ano, intitulado — "Indicações sobre a política econômico-financeira em situação de conjuntura" — e referiu-se ao seu ponto de vista, que mantem, expendido naquela publicação, de que é contraditória a realização de grandes despesas públicas em fase de expansão natural ou anormal das atividades econômicas. Terminando as suas considerações a respeito dêsse interessante tema, de palpitante atualidade, declarou o Sr. João de Lourenço que convém distinguir entre os influxos inflacionistas da guerra e as tendências de facilitação do crédito, agravadas em face do que vem ocorrendo após 1939. Todos reconhecem que o problema dos transportes. Assim, os maiores esforços devem ser envidados para que o nosso sistema de communicações preencha as suas finalidades permanentes e corresponda aos encargos extraordinários, resultantes dos compromissos que o país contraiu com as Nações Unidas, na defesa dos interêsses comuns da civilização.

Falou depois o Conselheiro Benjamin do Monte, Diretor da Câmara de Produção, que abordou comentários a propósito de uma notícia publicada em Londres, no *Public Ledger*, sobre a situação da citricultura brasileira, notícia esta transmitida ao Conselho pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Conselheiro Artur Tôrres Filho tratou, a seguir, do problema da planificação agrícola, matéria já debatida na sessão anterior. Mostrou, autorizado pelo Sr. Ministro Apolônio Sales, qual o plano já traçado por sua Excelência para o aumento geral da produção brasileira de gêneros alimentícios. Esse plano abrangerá, não só as zonas Norte e Nordeste do país, onde muito já tem sido feito, mas também todo o território nacional, escolhidas principalmente as localidades situadas próximas aos meios de transporte, com o objetivo de levar os produtos, tão depressa quanto possível aos centros consumidores. Constará, além de outros artigos, do plantio, em larga escala, de arroz, feijão, milho e amendoim. Serão cem mil hectares adicionais da lavoura a serem cuidados, distribuidos pelos Estados brasileiros e territórios federais, neles incluindo o da Capital da República. Salvo possíveis alterações, essa área será ocupada com a cultura de 30.000 hectares de milho, 30.000 de feijão, 20.000 de arroz, 10.000 de amendoim, 2.000 de hortaliças e 8.000 com lavou-

ras diversas. Procurar-se-á estabelecer preços mínimos de compra para toda a produção, ao lado da assistência técnica do Ministério da Agricultura. Essa assistência técnica, que será fator decisivo na vitória do programa, far-se-á mediante contratos firmados entre o Ministério da Agricultura e os lavradores, que terão, por módicos preços, os seus terrenos preparados por processos mecânicos, prontos a receberem as sementes, que lhes serão fornecidas gratuitamente. Receberão os lavradores, por empréstimo, as máquinas necessárias às operações agrícolas complementares e, pelo custo, os inseticidas e fungicidas destinados no combate às pragas e moléstias. O pagamento a que se obrigarão os agricultores pelo preparo do terreno será realizado em duas partes, sendo a primeira quando o terreno estiver preparado e a segunda depois da colheita. Serão organizadas patrulhas mecanizadas e de tração animal, com todos os utensílios necessários e pessoal superior e braçal, destinados a percorrer o território nacional, em todas as direções onde a sua presença se tornar necessária. Além dessas patrulhas de preparo da terra, outras existirão para cuidar do beneficiamento dos produtos. Instituições de crédito auxiliarão, quando necessário, os agricultores, que ficarão, assim, em condições de fazer face aos gastos a seu cargo, tais como capinas, tratos culturais, colheitas, etc. Para realização do plano inteligentemente traçado pelo Sr. Ministro da Agricultura, resultantes de estudos mandados elaborar pelo esclarecido espírito do Presidente Vargas, atento sempre aos problemas que dizem respeito ao bem estar da coletividade, serão importadas, em grande escala, máquinas agrícolas, das mais modernas, dos Estados Unidos da América, cujo govêrno está pronto a atender aos reclamos do Brasil. Além das providências indicadas, a direção dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização tomará a seu cargo o preparo do pessoal necessário à movimentação dessa cruzada agrícola, formando em cursos rápidos, de quatro meses, tratoristas, aradores, capatazes, etc., com a dupla vantagem de fornecer elementos a execução do programa esboçado e incorporar à agricultura brasileira um elevado número de operários especializados, de que tanto necessitamos. Como vêm os Srs. Conselheiros, terminou o Sr. Artur Tôrres Filho, o Govêrno da República, por intermédio do Ministério da Agricultura, hoje entregue ao dinamismo de um técnico de elevada cultura e primorosa inteligência, o Sr. Apolônio Sales, vem de elaborar êste magnífico programa, que redundará certamente em esplêndida realidade, com benefícios enormes para as populações brasileiras, além das possibilidades de saldos exportáveis, com os quais poderemos atender às enormes massas humanas dos países devastados pela guerra, completamente famintas e desgraçadas, que muito necessitam do nosso auxílio. Não havendo matéria na ordem do dia, passou-se às indicações. Com a palavra, o Conselheiro Anápio Gomes propôs que o Conselho estudasse imediatamente o probelma do livro brasileiro.

Alongou-se em considerações sobre a matéria, focalizando-a sob vários aspectos e tratando, finalmente, do caso dos livros importados, escritos em língua portuguesa que tem provocado amplos debates na imprensa. Terminou lembrando a adoção de várias medidas sobre o assunto.

A indicação foi aprovada unanimemente e constituirá objeto de exame e conclusões a serem discutidas à decisão final do Sr. Presidente da República. A sessão foi encerrada às 20 horas.

A 34.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 25 DE ETEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 25 de setembro corrente sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a trigésima quarta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Abertos os trabalhos, o Ministro Mário Moreira da Silva comunicou à assembléia que se achava presente o Ministro Valder Sarmanho, Conselheiro Comercial junto à Embaixada do Brasil em Washington, que, especialmente convidado, viria prestarinformações e esclarecimentos sobre a criação de um Escritório de Compras do Brasil em Nova York, matéria submetida ao exame do Conselho Federal de Comércio Exterior pelo Presidente da República. Introduzido no recinto das sessões, foi o Ministro Valder Sarmanho saudado pelo Presidente, que pôs em realce a personalidade do visitante, mostrando, em rápidas palavras, qual vem sendo a sua atuação na chefia dos Serviços Econômicos e Comerciais da Embaixada do Brasil em Washington, onde tem prestado relevantes serviços ao país.

Dada a palavra ao Ministro Valder Sarmanho, começou Sua Excelência declarando que ali se encontrava para esclarecer o plano que traçara em carta endereçada ao Ministro Osvaldo Aranha, datada de 28 de janeiro de 1944, e que, mais tarde, viera a ter no exame do Conselho. Os estudos que, sobre o assunto, realizara em Washington fôra motivado por incumbência que recebera do ex-Ministro das

Relações Exteriores, interessado em conhecer os detalhes de escritórios criados por outros países da América do Sul nos Estados Unidos da América. A notícia de que o Brasil pretendia estabelecer tal escritório, alarmou, como era natural, o comércio importador. Parecia, à primeira vista, que o Conselheiro Comercial junto à Embaixada do Brasil em Washington estava propondo ao seu govêrno um verdadeiro monopólio de Estado. Nunca, porém, pretendeu tal coisa, nem nada que com isso se pareça. Pede ao Conselho Federal de Comércio Exterior que esclareça, sobre êste ponto. Mais uma vez, o comércio em geral, poderá estar tranquilo, pois qualquer medida a ser tomada não afetará, de leve sequer, as transações normais do comércio. O escritório em mira so seria criado como consequência de um planejamento geral para o após-guerra. Estabelecidas as nossas necessidades reais, em matéria de fábricas e maquinárias, formar-se-ia o escritório, aparelhado com o pessoal técnico necessário e recursos indispensáveis. Esse órgão trabalharia em coordenação com a Comissão Nacional de Planejamento Econômico, e estaria sempre habilitado a fechar negócios, dentro dos planos estabelecidos. Evitar-se-iam, tanto quanto possivel, passos desnecessários, consultas, etc., fatores de perda de tempo, que, muitas vezes, fazem com que negócios interessantes fujam de nossas mãos pelo retardamento das soluções. E' sabido que o govêrno americano, pelas condições de guerra, é proprietário de muitas indústrias, que, terminado o conflito, não desejará manter como bens do Estado. Certamente irá vendê-los em leilão. São fábricas de maquinárias novas, que muito poderão reforçar as nossas indústrias. O processo de licitação é, por sua própria natureza, rápido, não podendo suportar negociações longas. Com recursos e técnicos no local, estaremos em condições de concorrer às compras, dentro do plano estabelecido, com vantagens evidentes para o país. Como se vê, a idéia da criação do escritório de compras em nada prejudicará o comércio normal. Será apenas um órgão de emergência, adquirindo apenas máquinas do Govêrno Americano e que não tem evidentemente representantes no Brasil com quem os interessados possam entender-se. Depois dessas considerações, o Ministro Valder Sarmanho traçou, em rápidas linhas, o critério que se lhe afigura real no planejamento econômico do Brasil para o após-guerra. Destacou, como matérias essenciais de estudo, os problemas relacionados com a remodelação e expansão das indkstrias existentes; o estabelecimento de novas indústrias básicas de transformação, considerando a matéria prima e o mercado interno; a questão dos transportes e aparelhamento portuário; a energia elétrica, o ensino técnico, nutrição, saneamento e habitação. Ao lado dêstes, outros problemas seriam examinados, tais como o de tarifas, imigração, contrôle cambial, etc. Essas matérias e outras seriam distribuidas pelos órgãos técnicos já existentes, como o Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional de Politica Industrial e Comercial, Conselhos Nacionais de Petróleo, Energia Elétrica, Minas e Metalurgia, etc., etc.. Centralizados os elementos obtidos, a Comissão Nacional do Planejamento estaria habilitada a levá-los ao conhecimento do Presidente da República, que traçaria então as linas mestras da politica econômica nacional a ser seguida.

Pede em seguida a palavra o Conselheiro Euvaldo Lodi, que dirige plavras de elogios ao Ministro Valder Sarmanho pelo esfôrço que vem desenvolvendo, no país e no estrangeiro, em prol dos problemas econômicos brasileiros, salientando a sua atuação nos Estados Unidos, onde sempre, com especial dedicação, procurou e procura resolver todas as dificuldades criadas ao nosso comércio, e à nossa indústria em consequência da guerra. Traça a situação atual da indústria, procurando mosrtra a sua evolução nos últimos anos, a ponto de formar, pela organização, que o Govêrno, em leis sindicais, determinou, uma consciência coletiva, a tal ponto que o interêsse particular passou a dar lugar no interêsse geral. Hoje todos estão empenhados na batalha por um Brasil cada vez mais forte, cada vez maior. Apoia o esboço de planificação do Ministro Sarmanho, achando, porém, que outros órgãos devam intervir na sua elaboração, abrindo-se amplo debate sobre a materia, de forma que todos a êle possam concorrer. Fala sobre o projetado escritório, matéria agora perfeitamente esclarecida pelo Ministro Sarmanho. Não se trata ficou claro, de um monopólio de Estado, mas tão sòmente um órgão auxiliador, sem qualquer interferência no comércio normal.

Em seguida, o Conselheiro Gastão Vidigal declara que a exposição do Conselheiro Comercial Valder Sarmanho trouxe elementos preciosos ao estudo do Conselho, elementos que, partindo de quem, como o Dr. Valder Sarmanho, vem acompanhando de perto a solução da vida americana, lhe dão um valor todo especial. E acrescenta: "O trabalho do Ministro Valder Sarmanho quando não seja o roteiro definitivo para que se converta em realidade o planejamento econômico, servirá todavia

de subsídio — e dos melhores — nos estudos que já se estão procedendo".

Por fim, o Ministro Moreira da Silva agradece ao Sr. Valder Sarmanho o seu comparecimento ao Conselho e o brilhante trabalho que trouxe ao conhecimento do Plenário, trabalho que vem demonstrar, uma vez mais, as suas qualidades de inteligência e dedicação nos estudos dos problemas econômicos que interessam ao Brasil.

A 35.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 2 DE OUTUBRO DE 1944

Realizou-se no dia 2 de outubro corrente a trigésima quinta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Diretor Geral, Ministro Mário Moreira da Silva. O Presidente submeteu à votação as atas das suas reuniões anteriores, que foram unanimemente aprovadas. Comunicou, em seguida, ao Plenário, haver o Sr. Presidente da República aprovado as instruções propostas pelo Conselho, interpretativas da Resolução, também aprovada por Sua Excelência, que condicionou a exportação de quartzo em bruto (cristal de rocha) à compra de certa quantidade de cristais osciladores, industrializados no país. Por essas instruções, ficou esclarecido que não se tratam de osciladores prontos, mas sim de peças semi-acabadas, cuja preparação final ficará a cargo dos países importadores, que as modelarão de acôrdo com as suas necessidades. Estabeleceu-se também que a obrigatoriedade de compra de tais peças pelos importadores de cristal de rocha em bruto será aplicada progressivamente, de acôrdo com a produção nacional. E, finalmente, que a exportação de quartzo em bruto poderá processar-se livremente quando não haja produção brasileira de peças semi-manufaturadas de osciladores. Essas providências foram tomadas com o objetivo de não prejudicar, por um lado, a exportação de cristal de rocha em bruto, atendendo-se por outro, a indústria de osciladores, já em desenvolvimento no país. Em continuação, o Diretor Geral trouxe ao conhecimento do Plenário que o Ministério da Agricultura havia informado não poder, no momento, estabelecer, por falta de crédito, as medidas de fomento agrícola, sugeridas pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, tendentes a garantir o abastecimento regular do Estado de Mato Grosso. No expediente, o Conselheiro João de Lourenço leu extenso trabalho sobre o comércio exterior do Brasil no período de janeiro a agosto, inclusive, do corrente ano. Passando-se à ordem do dia, foi dada a palavra ao Conselheiro Uldarico Cavalcanti, relator do processo relativo à desapropriação do "Pálace Hotel" e "Teatro Opera", que se achava em primeiro lugar na pauta dos trabalhos. Sua Excelência leu o seu parecer e a proposta de Resolução da Câmara de Mercado Interno, informando que havia assinado a mesma com restrições em relação à conclusão. Aberta a discussão, pede a palavra o Conselheiro Benjamin do Monte, que apresenta uma emenda substitutiva da Resolução proposta. Fala, a seguir, o conselheiro João de Lourenço que apresenta também uma emenda substitutiva e o Conselheiro Euvaldo Lodi que pede seja incluída na emenda João de Lourenço um parágrafo explicativo, que lhe parece indispensável. Depois de terem feito uso da palavra outros Conselheiros, o Sr. João de Lourenço, de acôrdo com o regimento, requer preferência para a votação da sua emenda, que é aprovada por sete votos contra três. Concedida a preferência, o Presidente submete à votação a emenda João de Lourenço, que é aprovada por seis votos contra quatro, tendo o Conselheiro Benjamin do Monte transformado sua emenda em declaração de voto, no que é acompanhado pelo Conselheiro Barbosa Lima Sobrinho. O Conselheiro Uldarico Cavalcanti votou pela conclusão que apresentara na Câmara, conclusão que teve o apoio do Conselheiro Cassiano Ricardo. Passou-se em seguida ao processo sobre o Financiamento do Algodão. O Presidente, Ministro Moreira da Silva, deu conta ao Plenário da incumbência que recebera do Conselho de entender-se pessoalmente com o Senhor Ministro da Fazenda sobre a matéria. Trouxe o ponto de vista do Sr. Ministro Souza Costa ao conhecimento dos Srs. Conselheiros, esclarecendo-os de que os estudos realizados pela Comissão do Financiamento da Produção haviam terminado pela recomendação ao Govêrno favorável ao aumento do preço do financiamento para Cr$ 90,00, sob certas condições, que o comunicado oficial publicado pela imprensa esclarecia. O resultado dêsses estudos iriam ser encaminhados ao Sr. Presidente da República. Mostrou o Ministro Moreira da Silva, terminando as suas considerações, que as conclusões da citada Comissão eram, com pequenas divergências, coincidentes com as da Câmara de Produção do Conselho Federal de Comércio Exterior. Com a palavra o relator do processo, Conselheiro Benjamin do Monte, declarou que à vista dos esclarecimentos prestados pelo Diretor Geral, poder-se-ia encaminhar o estudo realizado pelo Conselho ao Sr. Presidente da República em forma de parecer, como contribuição à

resolução do problema. O Plenário, por oito votos contra dois, aprovou a proposta do Conselheiro Benjamin do Monte. O Conselheiro João de Lourenço fez extensa declaração de voto, na qual deu as razões pelas quais era contrário às conclusões da Câmara de Produção elevando a base do financiamento, no que foi acompanhado pelo Sr. José Jobim. Não havendo oradores na hora das indicações, a sessão foi encerrada às 20 horas e 15 minutos.

A 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 9 DE OUTUBRO DE 1944

Realizou-se no dia 9 de outubro corrente, a trigésima sexta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Diretor Geral, Ministro Mário Moreira da Silva. Submetida à discussão e votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. No expediente, o Presidente comunicou ao plenário que o Sr. Presidente da República, por despacho de 28 de setembro findo, aprovara a Resolução do Conselho adotada na sessão plenária de 21 de agosto, atinente ao processo n.º 1.184 — "Aproveitamento da rocha asfáltica nacional" — relatado pelo Conselheiro Euvaldo Lodi. Em virtude dessa Resolução, será recomendado às Interventorias Federais nos Estados, às Prefeituras das Capitais e ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o emprêgo, em maior escala, da rocha asfáltica nacional na pavimentação das estradas de rodagem e otras vias públicas, dados o sbons resultados colhidos até agora. A seguir lê um telegrama que transmitiu ao Vice-Presidente do Conselho de Aguas e Energia Elétrica, manifestando o pezar do Conselho Federal de Comércio Exterior pelo falecimento do Coronel Mário Pinto Peixoto da Cunha, Presidente daquele Conselho e que tão bons e relevantes serviços prestou ao país. Em seguida, o Sr. Diretor Geral consultou o Plenário sobre o comparecimento ao Conselho do Sr. Américo Giannetti, Diretor da "Eletro-Química Brasileira S. A.", afim de trazer uma exposição sobre a situação atual da indústria de alumínio no Brasil. Manifestou-se de modo especial pela oportuna visita o Conselheiro Gastão Vidigal, que despendeu considerações de ordem econômica sobre essa novel indústria. O plenário concordou em receber a visita, tendo sido marcado o dia 23 do corrente para a realização da conferência do Sr. Américo Giannetti. Ainda no expediente, falou o Conselheiro Tôrres Filho sobre o processo votado na sessão anterior, "Financiamento do algodão" — salientando o voto que dera favoravel ao financiamento e mostrando que os produtores de algodão são merecedores dêsse amparo governamental, pois muito têm feito pelo progresso da economia brasileira nesse setor. Acentuou que a iniciativa da discussão do problema no Conselho fôra sua, na qualidade de representante da lavoura nesse Orgão, consultivo da Presidência da República. Prosseguindo com a palavra, o Conselheiro Tôrres Filho falou, depois, sobre a instalação da Comissão de Planejamento Econômico, louvando as finalidades dêsse novo organismo, e, ao concluir, requereu fosse transcrito na ata do Conselho o discurso de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, pronunciado na sessão solene de instalação daquela Comissão, por encontrar no mesmo uma preciosa fonte de inspiração para os estudos dêste Conselho. Submetida a votos a proposta do Conselheiro Tôrres Filho é aprovada por unanimidade. Falou, a seguir, o Conselheiro Anápio Gomes transmitindo as suas impressões da recente viagem que fez a São Paulo. Declarou Sua Excelência que voltara contristado diante do panorama que teve oportunidade de observar, ante o flagelo da sêca, que vem assolando o interior de São Paulo. Acrescentou que, se não chover até o fim dêste mês, iremos atravessar, em breve, uma situação alimentar muito difícil, pois estamos justamente na época do plantio. Indicou as providências que a Coordenação da Mobilização Econômica vai pôr em prática imediatamente no sentido de evitar, tanto quanto possível, os efeitos da estiagem. O Conselheiro Tôrres Filho, discorreu também sobre os efeitos da calamitosa sêca que nos assola, recordando que o Interventor Fernando Costa, quando Ministro da Agricultura, foi um entusiasta da irrigação agrícola. Declarou que sem êsse sistema de trabalho, nunca poderemos ter uma agricultura em condições técnicas capaz de enfrentar as estiagens prolongadas. Finalizando, S. Excia. se congratula com o Conselho Federal de Comércio Exterior pela palavra enérgica do Conselheiro Anápio Gomes, Coordenador da Mobilização Econômica, na certeza de que Sua 7xcelênela, com o plano que acabara de traçar, estaria em condições, caso a sêca continue, a fazer frente à crise de gêneros alimentícios, que se esboça.

A 37.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 16 DE OUTUBRO DE 1944

Realizou-se no dia 16 de outubro corrente a trigésima sétima sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Di-

retor Geral. Submetida à votação foi aprovada a ala da sessão anterior. No expediente, o Presidente comunicou ao Plenário que a Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, por intermédio do seu diretor executivo, o havia informado de que, na revisão do convênio brasileiro-norte americano sobre babaçu, ora em processamento, será atendida a providência solicitada pelo Conselho, de aumento da cota dêsse produto destinada à indústria nacional. Essa cota passará a er de 30% da produção total. A seguir, o Presidente fez uma exposição sobre os trabalhos da UNRRA no Brasil mostrando a colaboração que o Conselho Federal de Comércio Exterior prestou nos entendimentos, recentemente realizados nesta Capital, entre representantes daquela entidade e delegados brasileiros, êstes orientados pelo Sr. Ministro Souza Costa. Mencionou também os trabalhos coligidos pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio de uma comissão especialmente designada pelo Senhor Ministro de Estado, Embaixador Leão Veloso. Frisou que os delegados da UNRRA, em todas as conversações, deixaram claro que só pretendem comprar os saldos exportáveis, sem qualquer sacrifício para o consumidor brasileiro. Não desejam também, com o mesmo objetivo de evitar perturbações no mercado interno, incentivar ou estimular quaisquer produções especiais para a UNRRA. Salientou o Ministro Moreira da Silva a atuação que tiveram nos trabalhos da UNRRA no Brasil os Srs. Valentim Bouças e Garibaldi Dantas, seus colegas na Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington. Deu conhecimento, em seguida, ao Plenário dos resultados obtidos e das condições em que foram fixados os auxilios que o Brasil prestará no socorro às populações dos paises europeus devastados pela guerra. E termina lendo uma carta que acabara de receber do Senhor Lawrence Duggan, chefe da delegação da UNRRA que visitou o Brasil, na qual é posta em relevo a colaboração prestada pelo Conselho Federal de Comércio Exterior à missão que o trouxe ao Rio de Janeiro. A propósito dessa comunicação falaram os Conselheiros Tôrres Filho e Edgar Abrantes, ambos salientando a boa organização dos serviços técnicos do Conselho Federal de Comércio Exterior, que o permitiram dar a colaboração referida acima, fruto da experiência de dez anos e eficiência dos seus respectivos servidores. O Conselheiro Anápio Gomes solicitou ao Diretor Geral que lhe fossem enviadas cópias dos trabalhos realizados, mencionados na comunicação feita, destinados à Coordenação da Mobilização Econômica. Ainda no expediente, o Conselheiro Edgar Abrantes leu um longo e minucioso trabalho sobre a situação da indústria de emetina no Brasil, hoje em franca prosperidade dadas as medidas ditadas pelo Sr. Presidente da República como resultado dos estudos e recomendações do Conselho. O Conselheiro João de Lourenço, analisando a importância das declarações encerradas na exposição do Sr. Edgard Abrantes, propôs que o trabalho dêsse Conselheiro fosse encaminhado, para conhecimento, ao Sr. Presidente da República, medida que obteve a aprovação unânime do Plenário. Com a palavra, e em continuação do expediente, o Conselheiro Tôrres Filho falou sobre a lavoura cafeeira, comentando noticias publicadas na imprensa sobre a mesma, e terminou requerendo fossem solicitadas informações ao D. N. C. e às Secretarias de Agricultura dos Estados produtores a respeito da real situação dêsse produto para estudos posteriores por parte do Conselho. A proposta mereceu unânime aprovação. Passando-se à ordem do dia, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro Edgar Abrantes, relator do processo n.º 1.296 "Redução de direitos aduaneiros para caseina". O Plenário aprovou o parecer da Câmara de Intercâmbio, com emenda de redação proposta pelo Conselheiro Uldarico Cavalcanti, contrário às facilidades pretendidas. Resolveu também, por meio de uma comissão especial, fazer estudar a indústria da caseina no Brasil, com o objetivo de incentivá-la e padronizá-la. Não havendo oradores para indicações, a sessão foi encerrada às 19 horas e 45 minutos.

A 38.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 23 DE OUTUBRO DE 1944

Realizou-se no dia 23 de outubro corrente, a trigésima oitava sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral. Abertos os trabalhos, o presidente da assembléia comunicou que se achava presente o Doutor Américo Giannetti, que iria expor ao Conselho a situação atual da fábrica de aluminio que a "Eletro-Quimica Brasileira S. A.", da qual é diretor-presidente, acaba de instalar em Ouro Preto e que começará a sua produção em dezembro próximo. Introduzido o Dr. Américo Giannetti no recinto das sessões, o Ministro Moreira da Silva requereu a inversão da ordem do dia, afim de realizar o visitante, em primeiro lugar, a sua conferência. Aprovada a providência indicada, o presidente saúda o Engenheiro Américo Giannetti,

salientando, em traços largos, a personalidade do diretor-presidente da "Eletro-Química Brasileira S. A.", como técnico e como brasileiro dedicado à causa pública. Em seguida, concede-lhe a palavra. O Dr. Américo Giannetti começa historiando a posição do alumínio no mundo e, em seguida, os estudos a que procedeu da matéria desde 1933, quando empreendeu uma viagem à Europa com o objetivo de visitar fábricas de alumínio e colher elementos para a indústria que, desde aquela época, pretendia instalar no Brasil. No seu regresso, continuou o exame do problema, que, por causas várias, não conseguiu então concretizar. Mais tarde, já em 1938, no começo do ano, teve então oportunidade de expor o seu plano ao Sr. Presidente da República, que, com a sua larga visão de estadista experimentado, que só o apoiou, como determinou providências no sentido da concessão de facilidades tendentes a tornar realidade a instalação dessa indústria básica no país. Retornando à Europa, com o amparo que lhe deu o Presidente Vargas, em fins de 1938, declara o Sr. Américo Giannetti que teve oportunidade de realizar as encomendas necessárias à instalação da usina de alumínio em Ouro Preto, local privilegiado pela fôrça hidráulica de que dispõe em abundância, ao lado de depósitos bastante vultosos de bauxita, que poderão ser trabalhados durante cêrca de trinta anos. A guerra, porém, impediu a chegada ao Brasil do material encomendado na Europa. Voltou-se, então, o engenheiro Giannetti para os Estados Unidos, em 1941, cujo govêrno lhe concedeu amplas facilidades para o objetivo em vista. Apesar da guerra, que pouco depois atingiu o continente americano, os materiais comprados naquele país chegaram ao Brasil, embora com atrasos normais em ocasiões como esta. Os seguros de guerra e outras despesas não previstas, encareceram sobremodo a instalação da usina. O Banco do Brasil, por intermédio da sua Carteira Agrícola e Industrial, financiou parte das obras. Mil e um tropeços surgiram no caminho dada a nossa posição de beligerante. Mas, hoje, afirma o Dr. Giannetti, graças ao auxílio governamental que recebeu do Presidente Getúlio Vargas, o Brasil possui uma moderna usina para fabricação de alumínio em quantidade suficientes para atender a todo o seu mercado interno. Faz questão de salientar que nunca teve idéias de lucros, mas trabalhou apenas com o objetivo de bem servir ao país, iniciando uma obra de que, só mais tarde, se poderão calcular os benefícios que trará ao Brasil, qual orientado pelo atual Govêrno, vai saindo da posição de nação colonial fornecedora de matérias primas, para país industrializador dos seus próprios recursos. Usa da palavra, em seguida, o Conselheiro Euvaldo Lodi. Diz que acaba de regressar de Ouro Preto, onde foi assistir aos festejos comemorativos de mais um aniversário da Escola de Minas, que muito se honra de ter o engenheiro Américo Renê Giannetti entre os seus ex-alunos e dos mais distintos e capazes. Em Ouro Preto, teve ocasião de visitar a fábrica de alumínio que lhe deixou uma grande impressão. Classifica o empreendimento levado a efeito pelo Dr. Américo Giannetti como corajoso e patriótico. E termina dizendo que o Brasil deve orgulhar-se de ter filhos da têmpera do engenheiro Giannetti, capazes de tomar sôbre os seus ombros tarefa dessa ordem. O Conselheiro Alves de Sousa fez suas as palavras do Dr. Euvaldo Lodi, dizendo que também visitou as usinas de Ouro Preto, cuja boa impressão não foi menor do que a experimentada pelo seu colega. Declara que o Dr. Américo Giannetti foi seu colega dos bancos acadêmicos da Escola de Minas e, desde então, lhe vota especial admiração pelas suas qualidades de homem estudioso e capaz, comprovadas pela sua atuação na vida prática. Fala ainda o Dr. Gastão Vidigal, salientando o auxílio prestado pelo Banco do Brasil ao problema do alumínio no Brasil, tecendo comentários sôbre a pessoa do Dr. Américo Giannetti. O Ministro Moreira da Silva agradece, então a presença do conferencista e os elementos preciosos que trouxe ao conhecimento do Conselho sôbre a questão em causa. Propõe, em seguida, o adiamento da discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, o que é aprovado. A sessão encerrou-se às 21 horas.

A 39.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 30 DE OUTUBRO DE 1944

Realizou-se no dia 30 de outubro último a trigésima nona sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro M. Moreira da Silva. Abertos os trabalhos, o Presidente leu diversos telegramas endereçados ao Senhor Presidente da República e por Sua Excelência encaminhados ao Conselho, nos quais associações de classes e sindicatos de produtores de cacau da Bahia reclamam providências ao Govêrno sôbre a atuação do Instituto do Cacau daquele Estado, que entendem prejudicial aos interêsses da economia cacaueira. Estando o Conselho, presentemente, realizando um inquérito sôbre a situação do cacau, os telegramas referidos foram

distribuidos ao relator respectivo, Conselheiro José Jobim. No expediente, o Conselheiro Tôrres Filho falou sobre a lavoura de café, comentando trechos do discurso do Interventor Fernando Costa pronunciado por ocasião da reunião dos fazendeiros, recentemente realizada no Palácio dos Campos Elíseos, com a presença do Senhor Ministro da Fazenda. Salientou Sua Excelência o trabalho fecundo que vem realizando em São Paulo o ex-Ministro da Agricultura, que além de agrônomo de reconhecido mérito é um homem público de larga visão. Referindo-se, em seguida, o Senhor Tôrres Filho, à atuação destacada que tem tido, na defesa dos produtos brasileiros, o Ministro Sausa Costa, sempre pronto a atender os interêsses da lavoura, ajudando-a toda vez que a mesma necessita de amparo. Mostrou quão justas foram as medidas tomadas, ainda há pouco, pelo Senhor Ministro da Fazenda, de acôrdo com a orientação sábia do Senhor Presidente da República, em relação ao problema do algodão, para dizer que certamente em relação ao café outra não será a atitude do Senhor Sousa Costa, que é, sem favor, um estadista de altos méritos e brilhante inteligência, desempenhando com segurança o verdadeiro encargo de Ministro da Economia Nacional. Passando-se à ordem do dia, foi dada a palavra ao Conselheiro Edgar Abrantes, relator do processo número 1.322 "Exame da possibilidade de ser proibida ou restringida a importação de cloreto de cal", matéria provocada pela Coordenação da Mobilização Econômica, à vista de representação de várias fábricas interessadas. O Conselho Pleno, por unanimidade, foi contrário, no momento, à medida solicitada, prontificando-se, todavia, a realizar, caso assim o entenda a Coordenação, um amplo inquérito sobre o assunto, para a adoção, mais tarde, de providências acauteladoras, na hipótese de serem favoráveis as conclusões do dito inquérito. Passou-se depois ao exame do processo número 1.227 — "Custo de produção dos produtos agrícolas e industriais", que tinha como relator o Conselheiro Tôrres Filho, encontrando-se em mãos do Conselheiro Barbosa Lima Sobrinho em virtude de pedido de vista. Pela ordem, o Conselheiro Euvaldo Lodi solicita também vista do processo e pede que a mesma lhe seja concedida pelo prazo de 40 dias. O Conselheiro Barbosa Lima Sobrinho entende ser excessivo o período pedido por se tratar de matéria que merece exame imediato, qual seja o estabelecimento de bases destinadas ao conhecimento dos preços de produção dos produtos agrícolas e industriais. Faz outras considerações para ressaltar a importância que tal serviço poderá ter no estudo do planejamento econômico do país e na solução de problemas relativos ao desenvolvimento, amparo e financiamento das atividades produtoras nacionais. Além do mais, acrescenta, a proposta que apresentou, dada a complexidade da matéria, visa apenas a fixação de uma medida preliminar, qual seja a de solicitar autorização do Senhor Presidente da República para que o Conselho Federal de Comércio Exterior promova uma conferência de técnicos, que se incumbirá do estudo de uma organização, que superintenda e coordene os trabalhos de contabilização do custo de produção. Volta a falar o Conselheiro Euvaldo Lodi para informar que só solicitou o prazo de 40 dias em virtude da viagem que vai empreender aos Estados Unidos no próximo dia 5, de forma que, antes do período indicado, não poderá redigir as suas observações. O Conselheiro Barbosa Lima Sobrinho declara, então, que, à vista do motivo apresentado pelo seu ilustre colega, votaria a favor do pedido. O Senhor Presidente põe em votação o pedido de vista do Conselheiro Euvaldo Lodi, que é aprovado, contra o voto apenas do Conselheiro José Jobim, que o fêz por escrito. Não havendo oradores para indicações, a sessão foi encerrada às 20 horas.

A 40.ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 6 DE NOVEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 6 do corrente a quadragésima sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro M. Moreira da Silva. Abertos os trabalhos, o Presidente comunicou encontrar-se na séde do Conselho o senhor Paulino Jaguaribe de Oliveira, Presidente do Instituto do Cacau da Bahia, que iria fazer uma exposição sobre a situação atual do cacau na economia brasileira e a atuação do Instituto na defesa dêsse produto. Introduzido na sala das sessões, foi o Senhor Paulino Jaguaribé saudado pelo Ministro Moreira da Silva, que lhe deu a palavra. Começa o Presidente do Instituto do Cacau da Bahia traçando o panorama da lavoura cacaueira nos últimos anos para mostrar a sua situação atual em que, amparada por medidas de natureza governamental, está entrando numa fase que é, declara, de franca prosperidade. As medidas referidas têm visado principalmente os pequenos produtores, considerados como tais aqueles cujas safras são inferiores a 2.000 arrobas, e são hoje em número de 22.996, de acôrdo com o último censo. Esses pequenos agricultores viveram sempre en-

tregues aos azares da sorte, sem proteção, obrigados a vender as suas safras aos intermediários por preços vis. Foi quando, examinando o problema, a Coordenação da Mobilização Econômica baixou a portaria número 63, de 19 de maio de 1943, concentrando todo o comércio de cacau no Instituto, que ficou também autorizado a conceder adiantamentos na razão de Cr$ 13,00 por arroba de cacau superior. Essa politica, acrescenta o Presidente Paulino Jaguaribe, produziu os mais benéficos resultados, liquidando-se a safra de 1943-44 por preço magnifico, injetando o Instituto de Cacau, em toda a região cacaueira da Bahia, mais de 80 milhões de cruzeiros, pagos diretamente aos lavradores. Houve, é bem verdade, um atraso de cêrca de 90 dias nesta liquidação, motivada pela transformação administrativa realizada no Instituto. Esse fato, porém, não mais será reproduzido. Sendo pequeno o financiamento de Cr$ 13,00, fixado para a safra 1943-44 pela Coordenação, esta, com grande compreensão do problema, já estabeleceu, para a nova safra, 1944-45, adiantamentos na base de Cr$ 24,00 por arroba do tipo superior, com os deságios normais para os tipos inferiores. Nesta safra, a liquidação final deverá, segundo cálculos mais ou menos seguros, ser realizada à razão de Cr$ 34,00 por arroba do tipo superior, preço fortemente compensador. A da safra passada foi de Cr$ 32,00. Dêsses preços são apenas deduzidas as despesas de transporte interno, que são pequenas. As transações com o exterior, feitas diretamente pelo Instituto, têm sido negociadas por bons preços, que variam entre 8,20 a 8,25 cêntimos do dólar americano por arroba. Para os Estados Unidos da América já foram vendidas 900.000 sacas, sendo .... 400.000 pelo primeiro dos citados preços e .. 500.000 pelo último. Para os restantes países americanos têm sido feitas vendas por maiores preços, mas para pequenas quantidades. Só a República Argentina poderá ser considerada compravadora de certo vulto, pois adquiriu cêrca de 100.000 sacas anuais. No que diz respeito à classificação, esta tem sido feita cuidadosamente, dentro das normas estabelecidas pelo Decreto do Govêrno Federal número 6.284, de 14 de setembro de 1940. O objetivo do Instituto é só permitir a exportação de tipos capazes de acreditar o produto no estrangeiro, tal como fazem, para qualquer mercadoria, os países adiantados do mundo. O Brasil muito tem sofrido, nesse setor, por falta de um contrôle rigoroso na exportação dos seus produtos. Não será necessário historiar tudo quanto tem havido para fortificar o meu ponto de vista, bastando perguntar por que o algodão brasileiro é, hoje, um artigo de reputação mundial? E a resposta será uma só: pela sua cuidadosa classificação. Por que não fazer o mesmo com os outros produtos? Passa, então, o Senhor Paulino Jaguaribe a informar o Conselho sobre a situação da indústria brasileira, que emprega o cacau como matéria prima. Depois de várias considerações declara o orador que o preço pelo qual a indústria recebe o cacau é igual ao preço líquido de exportação para os Estados Unidos da América, isto é, Cr$ 33,10, acrescido das despesas legais obrigatórias, o que dá o resultado de Cr$ 34,50, para o regular e, finalmente, Cr$ 32,50 para o inferior. Refere-se depois à campanha que, pela imprensa e por outros meios, vem sendo desenvolvida contra o Instituto por emprêsas e firmas poderosas, possuidoras de grandes recursos e chefiadas, quase sempre, por estrangeiros, que se desinteressam pela sorte dos pequenos lavradores brasileiros, visando apenas grandes lucros. E' natural que assim procedam, conclui o Senhor Paulino Jaguaribe, pois a época da escravatura do brasileiro que labuta de sol a sol já passou, estando o Govêrno brasileiro na sua defesa, amparando-o como era necessário. E' funcionário do Banco do Brasil, com mais de 20 anos de serviços prestados a êsse nosso principal estabelecimento bancário, não tendo, assim, apêgo ao cargo de Presidente do Instituto do Cacau da Bahia, que exerce por patriotismo e com desassombro e o fará enquanto merecer a confiança do Govêrno Federal e do Govêrno da Bahia. Depois de ter falado o Conselheiro Edgar Ahrantes, que trata do problema da cafeina no Brasil, fazendo várias perguntas ao Presidente do Instituto do Cacau por êste respondidas, o Presidente da assembléia, Ministro Moreira da Silva, agradece ao Senhor Paulino Jaguaribe o seu comparecimento ao Conselho Federal de Comércio Exterior e as informações prestadas e encerra a sessão às 20 horas e 30 minutos.

A 41.ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 13 DE NOVEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 13 do corrente a quadragésima primeira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a Presidência do Ministro M. Moreira da Silva. Abertos os trabalhos, o Presidente submeteu à discussão as atas das 39.ª e 40.ª sessões anteriores, que são aprovadas sem debates. No expediente, usa da palavra o Conselheiro Gastão Vidigal, que faz longas considerações à or-

dem do dia, o Conselheiro A. J. Alves de Sousa, relator do processo número 1.328 — "Amparo à indústria nacional de alumínio", requer preferência para a discussão e votação imediata do referido processo, já submetido a consideração da Câmara de Produção, em reunião especial. Concedida a preferência por unanimidade, o Conselheiro Alves de Sousa passa a ler o seu parecer, no qual estuda detalhadamente o problema da indústria citada, trazendo ao conhecimento do Plenário o projeto da resolução aprovado pela mencionada Câmara. Após prolongados debates, no qual tomaram parte os Conselheiros Gastão Vidigal, João de Lourenço, Alencastro Guimarães, José Jobim, Tôrres Filho, Alves de Sousa e Uldarico Cavalcanti, êste último requer e obtem, por unanimidade de votos, vista do processo, que será, assim, julgado na próxima sessão, marcada para o dia 20 do corrente. Dado o adiantado da hora, o presidente da assembléia, Ministro Moreira da Silva, adia a discussão do processo número 1.327 — "Produção e distribuição de adubos nas zonas rurais" — para a reunião imediata e encerra os trabalhos ás 20 horas e 15 minutos.

A 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 20 DE NOVEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 20 do corrente a quadragésima segunda sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a Presidência do Ministro M. Moreira da Silva. Abertos os trabalhos, foi submetida á discussão e votação a ata da 41.ª sessão, que mereceu unânime aprovação. Em seguida, o Ministro Moreira da Silva comunicou que se encontrava na séde do Conselho Federal de Comércio Exterior o Senhor Pedro A. de Cerqueira Lima, delegado da "Cooperativa Central dos Cacauicultores Bahianos", que, conforme deliberação do Plenário, iria fazer uma exposição sobre a situação da lavoura de cacau na Bahia, defendendo o ponto de vista da sua representada no problema em estudo. Introduzido no recinto, foi o Senhor Cerqueira Lima saudado pelo Presidente da assembléia, que lhe concedeu a palavra. O representante da "Cooperativa Central" começou agradecendo o gesto do Conselho concedendo-lhe permissão para falar no Plenário, fato que mostra, mais uma vez, a maneira elevada do trabalho deste Orgão da Presidência da República, que procura resolver os problemas que lhe são afetos com perfeito conhecimento de causa, ouvindo todos os interessados. Ressalta, a seguir, que a "Cooperativa Central" já conta com associados que representam 35% da produção de cacau do Estado da Bahia. Mostra os resultados do trabalho da mesma, em 1942, nos oito meses em que lhe foi permitido figurar entre os exportadores. Entende que o Instituto do Cacau deverá continuar com as suas atribuições atuais, principalmente na parte relativa à exportação, mas pede que as cooperativas possam trabalhar com os cooperados que com elas desejem transacionar. Quem não quiser, terá a porta aberta do Instituto para realização dos seus negócios. Pensa que, sendo todas as operações realizadas na base de um preço mínimo fixado pelo Instituto do Cacau, não haverá qualquer risco para o pequeno agricultor, que foi o objetivo principal da Portaria número 63 da Coordenação da Mobilização Econômica mandando centralizar nas mãos do Instituto todo o comércio de cacau, medida tomada para a safra de 1943-44 e já prorrogada para a de 1944-45. Declara, em prosseguimento, que é lavrador, filho e neto de lavrador, e que trabalha, há 23 anos, na lavoura cacaueira. Julga que o Instituto tem prestado serviços à agricultura do cacau, mas que, infelizmente, em momentos passados, nunca esteve em condições de ampará-la suficientemente. Assim aconteceu recentemente, no periodo que mediou entre a entrada dos Estados Unidos da América na guerra e a realização do acôrdo brasileiro-americano para a compra de 1.300.000 sacas, acôrdo obtido pela clarividência do Presidente Getúlio Vargas, que salvou a lavoura cacaueira de um desastre definitivo. No periodo aludido, os exportadores não compravam e o Instituto também não, ficando a lavoura à mercê de aventureiros, que exploraram largamente o pequeno produtor. Se o Instituto, naquela época, estivesse perfeitamente aparelhado, tal fato não teria acontecido. Entende que o Instituto deveria estar também habilitado a financiar o preparo da lavoura e não sòmente receber o produto em consignação, mediante adiantamentos, conforme vem se verificando. Apela para o Govêrno, por intermédio do Conselho, no sentido de consentir no funcionamento das Cooperativas existentes no Estado, sem prejuizo, como disse, do regular funcionamento do Instituto como órgão central controlador. Declara, concluindo, que está à disposição dos Senhores Conselheiros para quaisquer esclarecimentos. O Presidente da assembléia, Ministro Moreira da Silva, e os Conselheiros Gastão Vidigal, Tôrres Filho, João de Lourenço, Alencastro Guimarães e o relator do processo, Conselheiro José Jobim, fazem diversas indagações ao Senhor Cerqueira Lima, que procura prontamente esclarecê-las. Por fim,

o Ministro Moreira da Silva agradece ao Senhor Cerqueira Lima a contribuição prestada ao Conselho e designa o Secretário do Plenário para acompanhá-lo até a saída da séde do Conselho. Passando-se ao expediente, usa da palavra o Conselheiro Edgar Abrantes que, comentando uma notícia publicada na imprensa desta capital sobre a cafeina, declara que emprêsas ligadas a interêsses estrangeiros estão procurando forçar a baixa do preço da cafeina brasileira de U. S. $ 21,00 para U. S. $ 13,20, estabelecendo campanha contra o Instituto do Cacau da Bahia com o objetivo de forçá-lo a vender a matéria prima por vil preço para poderem negociar a cafeina pelo preço irrisório de U. S. 13,20, referido. Salienta que í produto não se destina a fins farmacêuticos, mas como ingrediente de conhecida bebida refrigerante, o que torna mais grave o problema. Pede, em conclusão, que os documentos que apresenta sejam encaminhados ao relator do processo, Conselheiro José Jobim, no que foi atendido pela Presidência. Na ordem do dia, o Conselheiro Alves de Sousa, relator do processo número 1.328, "Amparo à indústria nacional do aluminio", e que se encontrava, com vista, em mãos do Conselheiro Uldarico Cavalcanti, requer o adiamento da sua discussão e votação, afim de poder trazer ao conhecimento dos Senhores Conselheiros elementos novos que está coligindo. Por unanimidade, o adiamento foi concedido. Entra em discussão, em seguida, o processo número 1.327, "Produção e distribuição de adubos nas zonas rurais", do qual é relator o Conselheiro Tôrres Filho. Depois de falarem os Conselheiros Benjamin do Monte, Alves de Sousa e Anápio Gomes, foram introduzidas várias modificações no texto da Resolução, que, por proposta do próprio relator, voltará à Câmara de Distribuição para a redação final. Ao finalizar os trabalhos, o Ministro Moreira da Silva comunicou haver recebido um telegrama do Doutor Guilherme Guinle informando que a "Companhia Siderúrgica Nacional" recebeu, com especial prazer, a notícia de que os Membros do Conselho desejam, incorporados, visitar as Usinas de Volta Redonda pedindo fixação de data. Ficou deliberado que a visita será na próxima terça-feira, dia 28 do corrente. Não havendo oradores para indicações, a sessão foi encerrada às 20 1/2 horas.

A 43.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 27 DE NOVEMBRO DE 1944

Realizou-se no dia 27 do corrente a quadragésima terceira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a Presidência do Ministro M. Moreira da Silva. Iniciados os trabalhos, foi submetida à discussão e votação a ata da 42.ª sessão ordinária, que mereceu unânime aprovação. No expediente, o Conselheiro Tôrres Filho refere-se à inauguração, recentemente realizada, do Entreposto de Gêneros Alimentícios do Distrito Federal, que contou com a presença do Senhor Presidente da República, incentivador de todas as obras que dizem respeito com o bom estar da população. Esse entreposto, prossegue o Conselheiro Tôrres Filho, virá facilitar, é fóra de dúvida, a distribuição da produção que se canaliza para esta Capital, proporcionando o abastecimento regular dos mercados regionais, hoje já existentes, nesta cidade, em consideravel número. Além disso, o entreposto certamente vai receber mercadoria em consignação enviadas pelas Cooperativas e pelos próprios agricultores, procedimento que muito contribuirá para a solução do problema da alimentação no Distrito Federal. Também o sistema de leilões poderá ser adotado, tal como se procede nas grandes cidades, no estrangeiro. Finalizando as suas considerações, o Conselheiro Tôrres Filho pede que se registre na ata tão auspicioso acontecimento e também que se consigne a satisfação do Conselho pela atuação inteligente e proveitoso do Prefeito Henrique Dodsworth, que tudo tem feito para melhorar os serviços de abastecimentos desta Capital, tomando, entre muitas outras, medidas como a da construção do entrepôsto, de incontestável valor para a solução do problema em causa. A proposta acima mereceu unânime aprovação. Com a palavra, o Conselheiro Uldarico Cavalcanti lê um trabalho que elaborara sobre a distribuição e produção de adubos nas zonas rurais, requerendo a juntada do mesmo ao processo respectivo, que se encontra na Câmara de Produção para redação final. O requerimento foi deferido. Ainda no expediente, o Conselheiro João de Lourenço faz uma análise do comércio exterior do Brasil nos últimos nove meses. Passando à ordem do dia, foi dada a palavra ao Conselheiro José Jobim, relator do processo número 3.301, "Criação de um escritório de compras do Brasil nos Estados Unidos da America". O Conselheiro José Jobim lê extenso relatório sobre a matéria, estudando-a em todos os seus detalhes, e submete à consideração do Plenário um projeto de resolução, aprovado pela Câmara de Intercâmbio. Antes de pô-la em discussão e votação, o Presidente propõe o seu adiamento, dado o adiantado da hora. Aprovado, a sessão é levantada às 20,30 horas.

Curso avulso de Horticultura

Transcrevemos, a seguir, o relatório apresentado pelos professores do curso, referido no título acima:

"O 1.º curso avulso de horticultura, realizado pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura, em colaboração com a Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", obteve pleno êxito, conforme se verifica pelo resultado final dos exames realizados.

Iniciado no dia 5 de agosto de 1944, com 16 alunos inscritos, terminou no dia 30 de novembro, com 14 alunos, pois no decurso do primeiro mês, 2 alunos deixaram de comparecer às aulas, por motivo de doença.

A duração total do curso foi de 18 semanas, como havia sido previsto, observando-se um alto índice de interesse por parte dos professores, pois, durante todo o curso, nenhuma aula deixou de ser dada, pela ausência dos mesmos.

Durante o curso avulso de horticultura, foram ministradas 216 horas de aulas, assim distribuidas:

72 horas de aulas de horticultura especial;
54 horas de aulas de horticultura geral;
54 horas de aulas de defesa sanitária;
36 horas de aulas de economia e administração.

O curso foi teórico-prático, visando a formação de profissionais capazes. Procurou-se, portanto, levar os alunos, a aprenderem trabalhando.

Os professores, todos êles profissionais especializados, três, professores da própria Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e um, técnico da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, procuraram sempre, fugir das divagações livrescas para o ensino eminentemente objetivo, consoante os modernos preceitos pedagógicos.

Durante o curso foram realizados, pelos alunos, todos os trabalhos de instalação, aproveitamento, exploração e administração de hortas, tendo sido instaladas nos terrenos da Escola, duas grandes hortas que foram administradas pelos próprios alunos.

Releva salientar que, o interesse pelo curso foi tão grande que nele matricularam-se 16 alunos, dos quais:

a) 2 profissionais em horticultura (horticultores diplomados pela Escola "Wenceslão Bello";

b) 14 estudantes de horticultura (todos alunos da Escola "Wenceslão Bello".

o que demonstra, um vivo interesse pelo aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos na Escola.

A turma diplomada, é pois, dos mais capazes, e está apta à instalar e dirigir eficientemente, qualquer horta, grande ou pequena, pois os conhecimentos teóricos e sobretudo, práticos, revelados em exames, indicaram não só grande conhecimento no assunto, como, também, grande discernimento e objetividade nos trabalhos de exploração e administração de propriedades horticolas.

A Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento está, pois, de parabens, pois os seus objetivos ao instalar o curso avulso de Horticultura, foram plenamente atingidos, e, talvez, mesmo, ultrapassados.

De acôrdo com o regimento dos cursos avulsos, foram realizados exames escrito e prático-oral, perante uma banca examinadora constituida pelos professores do curso avulso de Hortalicicultura, com a presença do agrônomo Cinéas Guimarães, assistente dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

De um modo geral, os examinandos revelaram bom aproveitamento, conforme indicam as notas obtidas nos respectivos exames.

O exame escrito, realizado no dia 1 de dezembro, pela manhã, constou de 12 questões (três relativas a cada uma das matérias do curso), formuladas no momento, pelos respectivos professores. A cada grupo de três questões foi atribuido o valor máximo de 25 pontos. A nota do exame escrito foi a soma das notas parciais dadas pelos professores.

Foi o seguinte o resultado dêsse exame:

Romeu Rampazzo	97,0
Henrique Meilli Junior	97,0
Valter Gouvêa	90,5
João Nunes Castello	88,5
Nelson Tavares	88,5
Agricola Castelo Borges	87,5
Waynne Braga	87,0
Silvio Valdetaro	85,5
Wilson Mendes	82,0
Floriano Fajardo de Morais	81,0
Raul Tavares	78,0
Anternos da Silva Mendes	71,5
Ivan Soares Costa	63,0
Germano Guilherme Sunderhus	62,0

O exame prático-oral, realizado no mesmo dia à tarde, constou de questões práticas e teóricas, formuladas sebre as quatro matérias componentes do curso, sendo cada examinando arguido pelos quatro examinadores durante cêrca de 10 minutos com cada um deles.

Cada examinador atribuiu nota de, 0 até 100, e a média do exame prático-oral, foi a média aritmética entre as notas dos quatro examinadores.

Foi o seguinte, o resultado dêsse exame:

Romeu Rampazzo	100,0
Henrique Meilli Junior	100,0
Valter Gouvêa	100,0
Agricola Castello Borges	96,0
Silvio Valdetaro	95,0
João Nunes Castello	91,0
Waynne Braga	91,0
Nelson Tavares	86,0
Antenor da Silva Mendes	85,0
Wilson Mendes	82,5
Floriano Fajardo de Morais ...	81,0
Raul Tavares	77,0
Germano Guilherme Saadelus	66,0
Ivan Soares Costa	62,5

Conforme se verifica, em 14 exames, foram atribuidas 3 distinções o que representa uma porcentagem de 21,41%.

A nota final de aprovação, de acôrdo com o regimento dos cursos avulsos, é a média aritmética entre as notas de exame prático-oral e escrito.

O resultado final foi, portanto, o se

Romeu Rampazzo	98,5
Henrique Meilli Junior	98,0
Walter Gouvêa	95,0
Agrícola Castello Borges	92,0
João Nunes Castello	91,0
Waynne Braga	90,5
Silvio Valdetaro	90,0
Nelson Tavares	87,0
Wilson Mendes	82,0
Floriano Fajardo de Morais	81,0
Anternor da Silva Mendes	80,0
Raul Tavares	77,0
Germano Guilherme Sunderhes	64,0
Ivan Soares Costa	63,0

Sendo 60 a nota mínima de aprovação, não houve nenhum aluno reprovado.

O quadro a seguir dá uma idéia geral do aproveitamento dos alunos.

Notas	*N.º de alunos*	*Percentagens*
100 a 90	1	12,85%
90 a 80	6	28,57%
80 a 70	2	14,28%
70 a 60	2	14,28%
Menos de 60	0	—

Conforme se verifica, mais de 70% dos alunos que prestaram exame obtiveram nota final de aprovação superior à 80 pontos, o que revela não só a eficiência do curso, como também, o grande interesse dos candidatos.

Os alunos que fizeram o curso avulso de horticultura, escolheram para paraninfo, o Dr. Arthur Torres Filho, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização e escolheram para a solenidade da conclusão do curso, o dia 3 de Dezembro, quando se realizou a colação de gráu dos diplomados da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

A solenidade, que foi muito concorrida, teve a presença do antigo diretor dos cursos de Aperfeiçoamento, e atual Diretor da Sociedade Nacional de Agronomia, Dr. Alcides Franco, vários professores da S. N. A., como o Dr. Luiz de Oliveira Mendes, Dr. Honório Monteiro Filho, etc., dos professores da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", de técnicos do Ministério da Agricultura, etc..

Em seu discurso de paraninfo, o Dr. Torres Filho, salientou, não só a importância dos cursos avulsos mantidos pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamen-

UM TERRENO PARA "CASA DA AGRICULTURA"

DECRETO-LEI N.º 7.227 — DE 4 DE JANEIRO DE 1945

Exclui das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal; concede-lhe o aforamento condicional, com isenção de foros, à Sociedade Nacional de Agricultura, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fic aexcluido das disposições do Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, o terreno acrescido de marinha, que constitui o lote número oito (8) da quadra doze (12), da Planta de Retificação de Limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n.º 3.085, situados na freguesia de São José, na Capital Federal, e que constituirá o lote número cinco (5), da mesma quadra doze (12), se for aprovado o projeto de reloteamento das quadras 11, 12, 12-B, 12-C, 13, 13-A, 14, 14-A, 14-B, 14-C e 15-A, da mesma Esplanada do Castelo, modificativo do projeto n.º 3.085.

Art. 2.º À "Sociedade Nacional de Agricultura", com séde na Capital Federal, (sociedade civil declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 3.540, de 16 de outubro de 1918), fica reconhecido o aforamento do terreno de acréscimo de marinha constituido pelo lote n.º 8 ou 5, de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. O terreno será exclusivamente utilizado para a construção de um edifício que se denominará "Casa da Agricultura" e servirá de séde da "Sociedade Nacional de Agricultura" e da "Confederação Rural Brasileira", sociedade civil também com séde na Capital Federal.

Art. 3.º Na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal, assinar-se-á, de acôrdo com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n. 159.898, de 1944, o contrato de aforamento, com a clausula de que há isenção do foro que se calcular enquanto o domínio útil do terreno aforado fizer parte do patrimônio da "Sociedade Nacional de Agricultura".

§ 1.º O contrato será lavrado em livro da repartição e valerá como escritura pública, para efeito de transcrição no Registro de Imóveis competente, mediante certidão *verbo ad verbum*.

§ 2.º O contrato será isento de qualquer impôsto de sêlo ou emolumento e sua transcrição no Registro de Imóveis competente far-se-á gratuitamente.

Art. 4.º Nenhum ônus ou contribuição fiscal, federal ou municipal, gravará a qualquer título o terreno aforado pelo presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os favores dêste artigo extender-se-ão às benfeitorias e construções que no mesmo terreno se fizerem.

Art. 5.º O domínio útil do terreno mencionado nos arts. 1.º e 2.º reverterá ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias, incorporadas ao solo, em qualquer dos seguintes casos:

a) se a construção do edifício indicado no art. 3.º não se iniciar dentro de três (3) anos, contados da data da assinatura do contrato citado no art. 3.º;

b) se a Sociedade Nacional de Agricultura não der ao terreno o destino previsto no parágrafo único do art. 2.º;

c) se a mesma Sociedade não preencher as suas finalidades sociais; ou

d) se, ainda, se extinguir, excetuada a eventualidade de substituição por outra sociedade, com as mesmas finalidades sociais e reconhecimento de sua utilidade pública.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

---

to e Especialização, como também, o grande interesse prático da realização do curso de horticultura, no momento em que as condições do abastecimento das grandes cidades tornaram-se muito precárias".

O cooperativismo na China e seus ensinamentos

O movimento cooperativista chinês, notadamente o que surgiu sob os imperativos da guerra, vem chamando a atenção do mundo.

As *cooperativas de produção industrial*, desenvolvidas num ritmo acelerado e com perspectivas admiráveis, apoiando o esfôrço da guerra da China num crescendo que assombra, constituem movimento impar no mundo.

A amplitude dêsse movimento e o pensamento do general Chiang Kai-Shek de dar à futura China estrutura econômica de base cooperativa, levaram os líderes a organizar o Congresso Nacional Cooperativo Chinês, que incluiu em seu plano de ação a formação de dirigentes, o aumento do capital social das cooperativas, a criação de armazens de atacado, a melhoria da qualidade dos produtos, a coordenação das atividades econômicas das cooperativas entre si e a economia nacional, o estímulo à previdência por métodos cooperativos e a emulação entre as cooperativas para maior rendimento.

Foi criado pelo Igeislativo *um banco cooperativo central* com um capital de 60 milhões de dólares chineses. Até meados de 1943 haviam sido estabelecidos 5 bancos cooperativos provinciais e 100 bancos locais, denominados "hsien", em 16 provincias.

O número global de cooperativas existentes até 1942 era de 160.393, com um capital de cêrca de 190 milhões de dólares chineses. Os empréstimos subiram a cêrca de 600 milhões de dólares.

As cooperativas assim se distribuiam em 1942: Cooperativas de crédito, 53%; de compras em comum, 6,5%; produção agrícola, 12,1%; produção industrial, 4,9%; consumo, 9%; venda, 10%; de serviços, 2,1%; seguro, 1,8%.

Em 1941 houve aumento no número de cooperativas de produção agrícola, consumo e de venda.

Estabeleceram-se 15 regiões em 15 provincias diversas nas quais se estabeleceram *cooperativas-modelos*, que tamtambém se encarregarão de fomentar o cooperativismo nas regiões vizinhas e melhorar o funcionamento das existentes no seu raio de ação.

Janeiro de 1945.

(Do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura).



Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



DIRETORIA GERAL

Presidente — Arthur Torres Filho
1.º *Vice-Presidente* — Luiz Simões Lopes
2.º " " — Edgard Teixeira Leite
3.º " " — Mario de Oliveira
1.º *Secretário* — A. de Arruda Camara
2.º " — Adamastor Lima
3.º " — Eurico Santos
4.º " — Cinéas de L. Guimarães
1.º *Tesoureiro* .. Kurt Repsold
2.º " — Domingos de Faria

DIRETORIA TÉCNICA

Fabio Furtado Luz
Franklin de Almeida
Frederico Murtinho Braga
Hilário Luiz Leitão
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
José Sampaio Fernandes
Luiz de Oliveira Mendes
Luiz Gonçalves Vieira
Otto Frensel
Virginio Werneck Campello

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Altino de Azevedo Sodré
Alvaro Simões Lopes
Antonio Barreto
Antonio F. Magarinos Torres
Antonio José Alves de Souza
Apolonio Sales
Ben-Hur Ferreira Raposo
Carlos de Souza Duarte
Dioclecio Duarte
Diogenes Caldas
Euvaldo Lodi
Eduardo Duvivier
Fernando Costa
Francisco Saturnino de Brito Filho
Gastão de Faria
Guilherme Weinschenck
Honorio da Costa Monteiro Filho
Humberto Bruno
Itagiba Barçante
Ismael Cordovil
Jeronymo Antonio Coimbra
João Baptista de Castro
João Mauricio de Medeiros
José Augusto Bezerra de Medeiros
José Monteiro Ribeiro Junqueira
José Solano Carneiro da Cunha
João Tjader
Julio Vieira de Almeida
Landulpho Alves de Almeida
Mario Augusto Teixeira Freitas
Mario Vilhena
Napoleão de Alencastro Guimarães
Newton de Castro Beleza
Paulo Parreiras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bitencourt
Rubens Farrula
Ruy Carneiro
Raimundo Fernandes e Silva
Sebastião Herculano de Mattos